

BRASIL-CUBA:
RELAÇÕES POLÍTICO-DIPLOMÁTICAS
NO CONTEXTO DA GUERRA FRIA
(1959-1986)

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES



Ministro de Estado Embaixador Celso Amorim
Secretário-Geral Embaixador Antonio de Aguiar Patriota

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



Presidente Embaixador Jeronimo Moscardo

INSTITUTO RIO BRANCO

Diretor-geral Embaixador Georges Lamazière

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br

GUSTAVO HENRIQUE MARQUES BEZERRA

Brasil-Cuba:
Relações Político-Diplomáticas no
Contexto da Guerra Fria (1959-1986)



Brasília, 2010

Copyright © Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Capa:

Bruno Giorgi - Estudo para escultura
Carvão sobre papel, 91,5 x 58 cm, 1959.

Equipe Técnica:

Maria Marta Cezar Lopes
Cíntia Rejane Sousa Araújo Gonçalves
Erika Silva Nascimento
Fabio Fonseca Rodrigues
Júlia Lima Thomaz de Godoy
Juliana Corrêa de Freitas

Programação Visual e Diagramação:

Juliana Orem e Maria Loureiro

Impresso no Brasil 2010

Bezerra, Gustavo Henrique Marques.
Brasil-Cuba: relações político-diplomáticas no contexto
da Guerra Fria (1959-1986) / Gustavo Henrique
Marques Bezerra. – Brasília : FUNAG, 2010.
184p.

ISBN: 978-85-7631-199-7

1. Relações políticas internacionais – Brasil - Cuba.
2. Relações diplomáticas – Brasil - Cuba. I. Título.

CDU: 341.76(81:729.1)

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme
Lei nº 10.994, de 14/12/2004.



A meus pais.





Agradecimentos

Ao Professor Francisco Doratioto, pelos comentários sobre o projeto original e pela valiosa orientação metodológica.

À colega Patrícia Barbosa Lima Côrtes, sem cuja ajuda inestimável não teria sido possível a realização de parte substancial deste trabalho.

Ao Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, pela concessão de informações valiosas para a realização deste estudo.

Aos professores e colegas do Instituto Rio Branco, pois juntos participamos de um momento especial de nossas vidas.

A todos aqueles que contribuíram, de uma maneira ou de outra, para a realização deste trabalho.



“Nenhuma revolução poderia ter sido mais bem projetada para atrair a esquerda do hemisfério ocidental e dos países desenvolvidos, no fim de uma década de conservadorismo global; ou para dar a estratégia da guerrilha maior publicidade. A revolução cubana era tudo: romance, heroísmo nas montanhas, ex-líderes estudantis com a desprendida generosidade de sua juventude – os mais velhos mal tinham passado dos trinta –, um povo exultante, num paraíso turístico tropical pulsando com os ritmos da rumba. E o que era mais: podia ser saudada por toda a esquerda revolucionária”.

Eric J. Hobsbawn. *A era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. 4ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 427.

“Aquele que conta ao povo falsas lendas revolucionárias, que o diverte com histórias sedutoras, é tão criminoso quanto o geógrafo que traça mapas mentirosos para os navegadores”.

Prosper-Olivier Lissagaray. *História da Comuna de 1871*. 2ª ed., São Paulo: Editora Ensaio, 1995, p. 9.



Sumário

Introdução, 15

I – Anos de Transição: Da Revolução à PEI (1959-1961), 21

- 1.1. Antecedentes, 21
 - 1.1.1. A Ascensão de Fidel Castro em Cuba, 22
 - 1.1.2. Uma História Conturbada, 23
 - 1.1.3. A Conjuntura Brasileira, 25
- 1.2. O Impacto da Revolução Cubana na Política Externa Brasileira, 28
 - 1.2.1. O Tratado do Rio de Janeiro e o Sistema Interamericano, 28
 - 1.2.2. O Governo Kubitschek e a Operação Pan-Americana, 30
 - 1.2.3. A Questão Cubana nas Eleições Presidenciais de 1960, 31
- 1.3. As Relações Brasil-Cuba no Contexto da PEI: o Governo Jânio Quadros (janeiro-agosto de 1961), 36
 - 1.3.1. Fundamentos da PEI, 36
 - 1.3.2. A Questão Cubana e as Relações Brasil-EUA, 39
 - 1.3.3. As reações no Brasil à Invasão de Playa Girón, 41
 - 1.3.4. A Aliança para o Progresso, 44
 - 1.3.5. A Visita de Guevara e a Renúncia de Quadros, 46

II – Anos de Crise: O Governo João Goulart (1961-1964), 49

- 2.1. Continuidade da PEI, 49
- 2.2. A VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, 53
 - 2.2.1. Os Preparativos da VIII Reunião de Consulta, 53
 - 2.2.2. A Posição do Brasil em Punta del Este, 55
- 2.3. O Papel do Brasil na Crise dos Mísseis, 60
- 2.4. O Problema dos Asilados, 64
- 2.5. Brasil: Uma Nova Cuba?, 67
 - 2.5.1. A Radicalização Política, 67

- 2.5.2. A Segunda Declaração de Havana, 69
- 2.5.3. As Ligas Camponesas, 72
- 2.5.4. O Fantasma da Quebra da Hierarquia Militar, 74
- 2.5.5. O Golpe de 64 e o Rompimento de Relações Diplomáticas, 76

III – Anos de Ruptura: A Política do Regime Militar frente à Cuba (1964-1974), 79

- 3.1. O Governo Castello Branco e a “correção de rumos” da Política Externa Brasileira (1964-1967), 79
 - 3.1.1. O alinhamento Brasil-EUA, 79
 - 3.1.2. A influência da Doutrina de Segurança Nacional, 82
- 3.2. O Governo Costa e Silva e a transição da política externa brasileira (1967-1969), 86
 - 3.2.1. A ascensão da “linha dura”, 86
 - 3.2.2. Novos paradigmas após 1967, 88
- 3.3. O Governo Médici e a consolidação do regime militar no Brasil (1969-1974), 90
 - 3.3.1. O nacionalismo militar, 90
 - 3.3.2. O apoio de Cuba às guerrilhas, 92

IV – Anos de Degelo: O Processo de reaproximação Brasil-Cuba (1974-1986), 103

- 4.1. O Governo Geisel e o Pragmatismo Responsável (1974-1979), 103
 - 4.1.1. Distensão interna e universalismo, 103
 - 4.1.2. As políticas africanas de Brasília e de Havana, 106
- 4.2. O Governo Figueiredo e a redemocratização (1979-1985), 107
 - 4.2.1. Os pontos de convergência, 107
 - 4.2.2. O retorno do poder civil, 110
 - 4.2.3. Fecha-se o mosaico, 112

Conclusões, 117

Lista de Siglas e Abreviaturas, 121

Notas, 125

Fontes e Bibliografia Citadas, 159

Anexos, 171

ANEXO A – Justificação de voto do Brasil na VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, 173

ANEXO B – Carta-Resposta de João Goulart a John F. Kennedy por ocasião da Crise dos Mísseis em Cuba (24 de Outubro de 1962), 177

ANEXO C – Rompimento de relações diplomáticas com Cuba, 181



Introdução

A presente dissertação tem por finalidade lançar luz sobre as relações político-diplomáticas entre os governos do Brasil e de Cuba, no período compreendido entre a vitória da Revolução Cubana, em 1959, e a normalização das relações entre os dois países, em 1986. Originalmente, o texto foi escrito como uma dissertação de mestrado, no âmbito do Programa de Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas (PROFA-1), do Instituto Rio Branco, em Brasília, no segundo semestre de 2003 e primeiro semestre de 2004, sob a coordenação do Professor Francisco Doratioto.

Do ponto de vista da historiografia brasileira sobre relações internacionais, o estudo das relações Brasil-Cuba justifica-se, em primeiro lugar, pelo aspecto da originalidade, haja vista a escassez de trabalhos especializados sobre o tema.¹ Segundo Bert Hoffman, isso se deve, provavelmente, ao reduzido peso das trocas comerciais do Brasil com Cuba, embora as relações entre os dois países se revistam de inegável importância *vis-à-vis* o impacto da Revolução Cubana no contexto das relações internacionais da América Latina durante a Guerra Fria entre as duas superpotências – Estados Unidos e União Soviética. Isso tornou a dimensão política da questão cubana, devido às suas implicações para o continente americano, nas palavras de Hoffman, “*disproportionately greater than the island’s actual size*”.²

A maior parte da produção bibliográfica existente sobre História das Relações Internacionais atribui às relações Brasil-Cuba um valor secundário,

subordinando-as à dinâmica mais ampla das relações do Brasil com os Estados Unidos ou da confrontação bipolar entre esse país e a União Soviética. Com frequência, enxerga-se a influência da questão cubana sob o prisma da evolução da política interna brasileira, mais especificamente no período 1961-1964, correspondente aos governos de Jânio Quadros e de João Goulart, sobre os quais existe uma vasta bibliografia.³ No campo dos estudos sobre relações internacionais latino-americanas, existe uma bibliografia relativamente vasta sobre a política externa de Cuba, mas sem referência direta às relações desse país com o Brasil.⁴ Desse modo, o tema das relações político-diplomáticas Brasil-Cuba entre 1959 e 1986 continua a ter um tratamento marginal na literatura brasileira e estrangeira sobre relações internacionais.

Some-se a isso a dificuldade decorrente da polarização de opiniões geralmente associada à questão cubana. Com efeito, poucos são os temas de relações internacionais que costumam gerar pontos de vista tão discrepantes e antagônicos quanto as relações de Cuba com o restante do continente americano. Isso torna particularmente difícil uma interpretação histórica o mais possível isenta de preferências e preconceitos ideológicos.⁵ Tal tarefa se apresenta como tão mais complexa quando se percebe que as relações com o Governo de Cuba, malgrado o término da Guerra Fria e o desaparecimento da própria URSS, continuam a alimentar paixões e a suscitar polêmicas.⁶

Um outro aspecto a enfatizar é a quase total inexistência de trabalhos que tratam das relações Brasil-Cuba após 1964. Isso se explica, em parte, pelo motivo óbvio do rompimento de relações diplomáticas entre os dois países após essa data. Todavia, o fato de as relações formais terem sido interrompidas nesse período, dele não retira a sua importância para o entendimento da evolução ulterior da política externa brasileira. A questão de Cuba continuou a influir, por vezes de forma decisiva, na conduta dos vários regimes militares latino-americanos nos anos 60 e 70, entre os quais o do Brasil. É o que demonstra a importância atribuída à Revolução Cubana na formulação da chamada Doutrina de Segurança Nacional pelo regime militar brasileiro.⁷ Ressalte-se, nesse sentido, o aparecimento de estudos específicos sobre o papel do Governo de Cuba no apoio a organizações guerrilheiras de esquerda no Brasil e em outros países da América Latina.⁸

Nesse contexto, o posicionamento do Ministério das Relações Exteriores do Brasil em relação ao regime cubano reveste-se de inegável importância. O estudo das relações Brasil-Cuba no período em foco pode fornecer

subsídios para a compreensão do posicionamento estratégico da Diplomacia Brasileira dentro dos marcos político-ideológicos da ordem bipolar da Guerra Fria. Pode servir, também, de contribuição importante para a análise das relações diplomáticas do Brasil com outros países, notadamente os Estados Unidos da América.⁹

A dissertação tem, como objeto central de análise, as mudanças de orientação da política externa brasileira em relação ao Governo de Cuba, desde a vitória da Revolução Cubana (janeiro de 1959) até o restabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países (junho de 1986). Trata-se de analisar, à luz de fontes primárias e secundárias, o impacto de fatores políticos exógenos e endógenos na condução da política exterior brasileira em relação ao Governo revolucionário cubano, no período em questão. Para tanto, além do objeto central do estudo, foram eleitos os seguintes objetivos específicos:

- 1 – Caracterizar o processo decisório no Ministério das Relações Exteriores do Brasil (Itamaraty), no que tange ao rompimento e ao restabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e Cuba;
- 2 – Descrever os principais pontos de convergência e de divergência entre os dois países, em cada fase do período em questão;
- 3 – Relacionar as mudanças político-institucionais verificadas no Brasil no decorrer de cada período com a orientação diplomática em relação a Cuba, no contexto geral das relações internacionais.

O texto está organizado em quatro capítulos. Cada uma delas segue uma ordem cronológica dos fatos, de acordo com a orientação dominante da política externa brasileira em relação a Cuba, segundo periodização por nós estabelecida. Assim, de 1959 a 1964 (fase dividida em dois períodos: 1959-1961 e 1961-1964), predomina a linha de *convergência e cooperação*; de 1964 a 1974, vigora a lógica do *rompimento e confronto*; de 1974 a 1986, prevalece a dinâmica da *reaproximação e normalização* das relações.

Os capítulos 1 e 2 correspondem ao período de janeiro de 1959 até janeiro de 1961. Coincidem com o início do Governo revolucionário de Fidel Castro e com o alinhamento de Cuba com o bloco socialista liderado pela União Soviética, culminando com o rompimento de relações diplomáticas bilaterais após o movimento político-militar de março de 1964 no Brasil. Esse período coincide também, em sua segunda fase (1961 a 1964), com a

formulação e implementação da Política Externa Independente (PEI) pelos governos Jânio Quadros e João Goulart. É analisado o papel da PEI no relacionamento do Brasil com o Governo de Cuba, em questões como a exclusão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Crise dos Mísseis, em 1962.

O capítulo 3 trata da orientação do Itamaraty e da percepção do regime militar brasileiro em relação a Cuba após o rompimento de relações diplomáticas entre os dois países e a primeira “correção de rumos” da política externa brasileira após 1964.¹⁰ Nele, é analisada a evolução da política exterior do Brasil nos primeiros dez anos do regime militar brasileiro, correspondentes aos governos dos marechais Humberto Castello Branco (1964-1967) e Arthur da Costa e Silva (1967-1969) e do General Emílio Médici (1969-1974). É abordada a influência de fatores como a divisão mundial da Guerra Fria e a Doutrina de Segurança Nacional nas iniciativas da política externa brasileira, ao longo do período, como o envio do contingente militar brasileiro para integrar a Força Interamericana de Paz (FIP) na República Dominicana, em 1965, bem como no combate interno às guerrilhas de inspiração castrista.

O capítulo 4, finalmente, diz respeito às iniciativas da política externa brasileira em relação a Cuba no decorrer dos dois últimos governos militares, os dos generais Ernesto Geisel (1974-1979) e João Baptista Figueiredo (1979-1985). Nesse período, iniciou-se o processo de reaproximação bilateral que resultou no restabelecimento das relações diplomáticas em 1986, após o término do regime militar no Brasil. É dada ênfase à mudança de orientação geral da política externa brasileira após 1974, consubstanciada no Pragmatismo Responsável do Governo Geisel.

Foi adotado, como critério para a análise de depoimentos e documentos escritos (memórias, ofícios, telegramas etc.), o cotejamento com a bibliografia existente, a fim de dirimir dúvidas e confrontar opiniões divergentes.

Os procedimentos adotados visaram a comprovar as seguintes hipóteses:

1 – Em que pese a influência de fatores externos como a Guerra Fria e a pressão do Governo dos EUA, as relações Brasil-Cuba, no período em foco, pautaram-se muito mais por imperativos de ordem *interna* da política brasileira;

2 – Ao contrário do padrão verificado no rompimento, que constituiu um desdobramento lógico da tomada do poder pelos militares, durante o restabelecimento das relações bilaterais a máquina diplomática do Ministério das Relações Exteriores do Brasil se impôs como *principal agente* do

processo de decisão. No primeiro caso, a decisão de romper relações com Cuba foi dos militares. No segundo, o reatamento foi uma ação do MRE. As condicionantes do rompimento e do reatamento foram diversas e os processos e procedimentos, também.

Sobre a primeira hipótese, a influência de fatores como a Guerra Fria e a polarização ideológica deflagrada pela questão cubana na política interna brasileira afiguram-se inter-relacionadas e inseparáveis.¹¹ Buscou-se, assim, analisar o peso específico que cada dimensão teve nas relações Brasil-Cuba nos dois momentos sublinhados.

Com relação à segunda hipótese, tratou-se de averiguar o papel do Ministério das Relações Exteriores brasileiro nos dois processos supracitados. Buscou-se determinar o *modus operandi* do Itamaraty *vis-à-vis* a questão de Cuba e, de maneira mais geral, a relação entre a Chancelaria e o Executivo nacional na formulação da política externa brasileira. Assim, buscou-se explicar os processos de rompimento e de reatamento das relações diplomáticas com base em uma abordagem institucional, no contexto das relações entre a máquina ministerial do Itamaraty e os fatores conjunturais da política interna e externa.



I - Anos de Transição: Da Revolução à PEI (1959-1961)

1.1. Antecedentes

No dia 27 de novembro de 1956, o Embaixador Vasco Leitão da Cunha chegou a Havana, capital da República de Cuba, para assumir a chefia da representação diplomática do Brasil naquele país. Pelos próximos cinco anos, ele estaria incumbido de representar os interesses brasileiros junto ao Governo local. Nesse período, seria testemunha de fatos que mudaram radicalmente a história daquela ilha do Caribe e marcaram profundamente a América Latina como um todo – e, particularmente, as relações entre Cuba e o Brasil.¹

Não era a primeira vez que Vasco Leitão da Cunha vislumbrava os casarões coloniais de Habana Vieja e o mar cor de esmeralda de Varadero. Dezesesseis anos antes, em 1940, ele já havia visitado a capital cubana, como membro da delegação brasileira à II Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, realizada em Havana.² Nascido em 1903 em uma tradicional família do Rio de Janeiro, o “Dr. Vasco”, como era chamado no Itamaraty, ingressou na carreira diplomática em 1927, aos 24 anos de idade. Quando criança, no Rio de Janeiro da *belle époque*, chegou a conhecer o patrono da Diplomacia brasileira, José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, que costumava frequentar a casa de sua família. Antes de assumir a Embaixada brasileira em Havana, servira em países como Peru, Portugal, Argentina, Chile e junto ao Comitê Francês de Libertação na Argélia, durante

a Segunda Guerra Mundial. Depois, foi Embaixador do Brasil na Finlândia e na Bélgica, além de ter ocupado interinamente o Ministério da Justiça no primeiro Governo de Getúlio Vargas (1930-1945), ocasião em que se tornou conhecido ao mandar prender, em 1942, o então poderoso Chefe de Polícia do Distrito Federal, Filinto Müller, quando este tentou impedir a realização de uma manifestação estudantil a favor da guerra contra o Eixo nazi-fascista. Posteriormente, exerceu, ainda, o cargo de Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores.³ Aquela missão, a Embaixada em Havana, teria uma importância especial em sua carreira, e marcaria o início de um dos períodos mais decisivos da Diplomacia Brasileira no século XX.

1.1.1. A ascensão de Fidel Castro em Cuba

O país em que Vasco Leitão da Cunha desembarcou em 1956 estava à beira de um terremoto político e social. O Presidente de Cuba, Fulgencio Batista y Zaldívar, governava como ditador desde o golpe de Estado de 10 de março de 1952, que cancelou as eleições previstas para aquele ano, nas quais, quase certamente, seria derrotado. No ano seguinte, em 26 de julho de 1953, um grupo liderado por um advogado de 26 anos de idade, Fidel Castro Ruz, tentou tomar a guarnição militar de Moncada, em Santiago de Cuba, segunda maior cidade do país. O ataque, porém, fracassou. Na onda repressiva que se seguiu, o próprio Fidel Castro foi capturado, tendo sido condenado a 15 anos de prisão.⁴

Libertados por uma anistia em 1955, Fidel e seus companheiros exilaram-se no México, onde organizaram o *Movimiento Revolucionario 26 de Julio* (M-26 ou M-26-7), assim batizado por causa da data do malogrado ataque ao Moncada. Na Cidade do México, o grupo de exilados cubanos foi reforçado por adesões como a do médico argentino Ernesto “Che” Guevara, recém-chegado da Guatemala, onde presenciara o golpe militar que derrubou o Governo nacionalista guatemalteco em 1954. O grupo preparou o caminho para seu retorno à ilha, estocando armas e fazendo treinamento de guerrilha nos arredores da capital mexicana.⁵

Dois dias antes da chegada do Dr. Vasco ao aeroporto de Havana, um grupo de 82 revolucionários, comandados por Fidel Castro, embarcou em um pequeno iate, o *Granma*, com destino à província de Oriente, em Cuba.⁶ Após uma difícil travessia do Mar do Caribe, os expedicionários desembarcaram na ilha em 2 de dezembro de 1956, estabelecendo uma base

guerrilheira na região de Sierra Maestra.⁷ Depois de alguns encontros trágicos com as forças do Governo, em que os expedicionários quase foram dizimados, o pequeno Exército Rebelde passou a galvanizar as forças de oposição, desenvolvendo uma bem-sucedida campanha de guerrilha contra o Exército regular de Batista. Após o fracasso de uma greve geral em abril de 1958, os rebeldes passaram a contar com um aliado que se mostraria de grande importância: os comunistas, que em Cuba estavam organizados na sigla PSP (Partido Socialista Popular).⁸ Nas primeiras horas de 1º de janeiro de 1959, vendo que perdera completamente o controle da situação, Batista fugiu do país. Poucos dias depois, o M-26-7, tendo à frente Fidel, seu irmão Raúl, “Che” Guevara e Camilo Cienfuegos, entrou triunfalmente em Havana.⁹

1.1.2. Uma História conturbada

Três anos antes, nada parecia indicar que aqueles jovens barbudos empalmaressem o poder na ilha caribenha. Cuba foi, ao lado de Porto Rico, a última colônia americana a obter sua independência da Espanha. Durante a época colonial, tornou-se um importante destino de escravos importados da África, devido à implantação da monocultura da cana-de-açúcar, até hoje uma das bases de sua economia. Tal fato deixou marcas indeléveis na composição racial do povo cubano, formado, em sua maioria, por descendentes de escravos africanos e dos colonizadores espanhóis. Devido em parte às tentativas de compra ou de anexação pelos Estados Unidos, Cuba ficou à margem do processo de independência política das colônias espanholas da América, no começo do século XIX.¹⁰

Ao mesmo tempo, a ascensão dos EUA como potência continental hegemônica, juntamente com a decadência do poderio colonial espanhol, teve profundas consequências para o futuro de Cuba. Em 1868, estourou uma sangrenta revolta de dez anos pela independência da ilha, liderada por Carlos Manuel de Céspedes. Uma nova rebelião contra o domínio espanhol explodiu em 1895, tendo à frente Máximo Gómez, Calixto García e o poeta José Martí.¹¹

Finalmente, a luta pela independência chegou ao fim quando, em 1898, tropas norte-americanas intervieram em Cuba, depois que o Presidente dos EUA, William McKinley (1897-1901), declarou guerra à Espanha, em seguida à misteriosa explosão do navio norte-americano *USS Maine* no porto de Havana.¹² Em poucas semanas, naquilo que os norte-americanos chamaram,

jactanciosamente, de *our splendid little war*, o Exército e a Marinha dos EUA infligiram à Espanha uma das mais fragorosas derrotas militares da História. Com um número irrisório de baixas, os EUA ocuparam Cuba e anexaram Porto Rico, Guam e Filipinas. Para frustração de muitos patriotas cubanos, a ilha se tornou independente da Espanha para se converter em um virtual protetorado dos EUA. Os norte-americanos ocuparam militarmente Cuba de 1899 a 1902, quando foi promulgada uma Constituição para o país e eleito seu primeiro Presidente, Tomás Estrada Palma. A Constituição continha uma Emenda (a “*Platt Amendment*”), que estabelecia o direito de os EUA intervirem nos assuntos de Cuba sempre que seus interesses estivessem sob ameaça.¹³

Formalmente independente da Espanha, Cuba tornou-se um país de importância estratégica para os EUA na região do Caribe e da América Central, sobretudo após a inauguração do Canal do Panamá, em 1914. Em 1933, uma insurreição popular irrompeu contra o Governo ditatorial de Gerardo Machado, no poder desde 1925. O Presidente dos EUA, Franklin D. Roosevelt (1933-1945), tratou então de modificar a política de Washington para a América Latina, implementando a chamada “Política da Boa Vizinhança” (*Good Neighbor Policy*), segundo a qual os EUA não mais promoveriam intervenções militares nos países latino-americanos. Desse modo, a Emenda Platt foi revogada e os EUA retiraram suas tropas de vários países da América Central e Caribe, inclusive Cuba (com exceção da base naval de Guantánamo).¹⁴

Após a queda de Machado, Cuba entrou em um período de anarquia, com a subida ao poder, em 1934, do Sargento-Estenógrafo do Exército (subitamente promovido a Coronel) Fulgencio Batista. Com o apoio do Exército, Batista passou a controlar a política do país desde a guarnição militar de Campo Columbia, até sua derrubada, em 1959. Nesse período, sua predominância no Governo cubano se manteve inalterada, apesar do interregno democrático iniciado com a promulgação da Constituição de 1940 e durante as presidências de Ramón Grau San Martín (1944-1948) e de Carlos Prío Socarrás (1948-1952).¹⁵

No ano em que o Embaixador Vasco Leitão da Cunha chegou a Cuba, porém, o poder de Batista já não se mostrava tão sólido. Nas décadas de 40 e 50, o país se tornara um verdadeiro paraíso do jogo e da prostituição. Os principais hotéis, cabarés e cassinos de Havana eram controlados pela Máfia ítalo-americana, com a cumplicidade das autoridades governamentais.

O Embaixador dos EUA era uma espécie de “pró-cônsul”. Na política, imperava o gangsterismo. A corrupção no Governo era endêmica.¹⁶

Diante da impopularidade crescente de Batista, a política do Presidente Dwight D. Eisenhower (1953-1961), que até então fora de firme apoio a governos ditatoriais afinados com os interesses norte-americanos, começou a dar sinais de mudança. Em março de 1958, o Governo dos EUA decretou a suspensão do envio de armas às Forças Armadas de Batista, acusadas da prática de torturas e de outras violações dos direitos humanos contra a população civil.¹⁷ Ademais, a desigualdade social, agravada pela dependência econômica dos EUA, era uma fonte constante de tensão, embora a situação da economia, em comparação com a de outros países da América Latina, estivesse longe de ser má.¹⁸ A situação política fervilhava. Em pouco tempo, como o Embaixador Vasco Leitão da Cunha iria presenciar, tudo mudaria de forma dramática.

1.1.3. A conjuntura brasileira

Quando os revolucionários de Fidel Castro entraram em Havana, o Brasil passava por um período de profundas e decisivas transformações econômicas, políticas e sociais. Estava-se no penúltimo ano do Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), durante o qual o processo de industrialização brasileira, iniciado na década de 1930, atingiu seu auge no pós-Segunda Guerra sob a égide da ideologia do nacionalismo desenvolvimentista (chamado de “desenvolvimentismo associado” por Paulo Vinentini¹⁹). Como resultado da modernização da economia nacional, financiada por maciços investimentos estatais e capitais privados externos, houve a rápida urbanização do país, com a entrada em cena de atores sociais até então marginalizados, como as camadas médias, a classe operária e o campesinato. Esses setores passaram a exigir mudanças na estrutura econômico-social, dominada pela elite industrial-financeira e pelos latifundiários associados ao capital externo. Nesse contexto, a questão do capital estrangeiro levou ao antagonismo entre “nacionalistas”, favoráveis a um rígido controle estatal da economia, e “entreguistas”, defensores da associação com os capitais forâneos.²⁰

O aumento das tensões sociais decorrentes da industrialização traduziu-se em uma série de crises político-institucionais após 1945. Nesse ano, fora deposta a ditadura de Getúlio Vargas, no poder desde 1930. Principalmente

após 10 de novembro de 1937, quando desfechou um auto-golpe que fechou o Congresso e instaurou um governo autoritário inspirado nos fascismos europeus, o *Estado Novo*, Vargas implantou um modelo de desenvolvimento econômico nacionalista baseado na forte presença estatal na economia. Para que tal modelo fosse bem-sucedido, fazia-se necessário um Estado rigidamente centralizado e paternalista, capaz de promover a conciliação de classe entre os empregados e os empregadores. Assim, Vargas criou um sistema de estrito controle dos sindicatos de trabalhadores, via Ministério do Trabalho, ao mesmo tempo em que estabeleceu uma legislação trabalhista.²¹

Os anos 1945-1964 são conhecidos como os da “República Populista”, devido à entrada no cenário político, depois de Vargas, das classes e setores populares, em especial a classe trabalhadora, cujos contingentes cresciam com a industrialização. Suas reivindicações passaram a se fazer ouvir, em um contexto de democracia política formal após a promulgação da Constituição liberal de setembro de 1946. Os três principais partidos políticos de então – o Partido Social-Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – representavam os interesses, respectivamente, das oligarquias agrárias estaduais, dos grupos financeiro-industriais vinculados ao capitalismo internacional e da classe trabalhadora. Após o intervalo do Governo conservador do Marechal Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), que alinhou o Brasil ao bloco ocidental liderado pelos EUA, Vargas retornou ao poder, desta vez eleito diretamente. Mas, no seu segundo Governo (1951-1954), sem o suporte político-social de outrora, e acuado pelos setores conservadores prejudicados pelo seu projeto nacionalista, representados pela UDN, suicidou-se em 24 de agosto de 1954, sendo substituído pelo seu Vice-Presidente, João Café Filho. Em outubro de 1955, foram eleitos para a Presidência e a Vice-Presidência da República, respectivamente, Juscelino Kubitschek e João Goulart, pela coligação PSD-PTB. Goulart, em especial, era tido como o herdeiro político de Vargas (fora seu Ministro do Trabalho em 1953-1954), o que ensejou uma tentativa de golpe dos grupos conservadores, que temiam a continuação da política varguista, ocasionando um contra-golpe legalista que garantiu a posse dos eleitos em 31 de janeiro de 1956.²²

Passada a turbulência inicial, o Governo JK foi caracterizado pelo otimismo do desenvolvimento econômico e pela estabilidade democrática, marcando o auge do pacto populista. Entretanto, as próprias características do modelo nacional-desenvolvimentista, baseado na substituição de

importações e no maciço investimento estatal, simbolizado no Programa de Metas²³ e na construção da nova capital, Brasília, levaram ao crescimento das tensões acumuladas e terminaram por colocar a democracia em xeque. A euforia dos anos JK daria lugar a um surto inflacionário, acompanhado do aumento das greves nas cidades e da agitação social no campo. Como sintoma do aumento das dificuldades econômicas, em 1959 o Brasil declarou a moratória do pagamento de sua dívida externa, rompendo temporariamente com o Fundo Monetário Internacional (FMI).²⁴

Entrementes, diante do aumento da instabilidade política e do temor de radicalização social, um setor se tornaria cada vez mais presente na vida política brasileira: os militares. Nas crises de 1945, 1954, 1955 e 1961, estes desempenharam o papel de “poder moderador”, intervindo como árbitros das disputas políticas. Tais intervenções correspondiam a uma tradição de intervencionismo militar na política nacional, com as Forças Armadas desempenhando, após 1930, o papel de fiadoras da ordem interna e da industrialização. À medida, porém, que as crises se sucediam e o modelo populista mostrava sinais de esgotamento, os militares abandonaram gradativamente seu papel tradicional moderador em favor de uma intervenção mais orgânica, usando como justificativa principal a necessidade de combater a “subversão comunista”.²⁵

Assim, em 1949, foi criada a Escola Superior de Guerra (ESG), nos moldes do *National War College* norte-americano, responsável pela elaboração de uma Doutrina de Segurança Nacional idealizada para assegurar o desenvolvimento econômico de forma segura para o capitalismo, estreitando, no plano externo, o alinhamento com o Ocidente na Guerra Fria contra o Oriente e, no plano interno, os laços civis-militares contra o comunismo. Isso significou a mudança de prioridade do combate ao inimigo externo para a luta contra o “inimigo interno” representado, de maneira vaga, pelo comunismo, com ênfase na contra-insurreição e na guerra psicológica. Desde então, gestou-se a ideia, que trazia fortes ecos da filosofia positivista do final do século XIX, de que não cabia mais às Forças Armadas restringirem-se à condição de árbitro das querelas políticas, mas que estas constituíam um setor privilegiado, predestinado a salvar a Nação e conduzi-la ao caminho do desenvolvimento.²⁶

Ao final do Governo JK, essas tensões começaram a aflorar, vindo a explodir, finalmente, em 1964. Foi nesse contexto de crise do populismo que a Revolução Cubana de 1959 contribuiu significativamente para o clima

de polarização político-ideológica no Brasil, durante os governos de Jânio Quadros e de João Goulart.²⁷

1.2. O Impacto da Revolução Cubana na Política Externa Brasileira

1.2.1. O Tratado do Rio de Janeiro e o Sistema Interamericano

À época da Revolução Cubana, os países do continente americano estavam organizados multilateralmente em dois instrumentos básicos: o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) ou Tratado do Rio de Janeiro, assinado em 2 de setembro de 1947, e a Organização dos Estados Americanos (OEA), criada em 30 de abril de 1948 pela Carta de Bogotá, como resultado da IX Conferência Interamericana, realizada na Colômbia, de 30 de março a 2 de maio daquele ano. O TIAR instituiu um sistema de segurança hemisférica do continente americano, com base nos princípios do Pan-americanismo, ao estabelecer, em seu artigo 3º, que uma agressão a qualquer país americano seria considerada como um ato de hostilidade a todos os países do continente. A OEA, criada como resultado da Conferência de Bogotá, veio dar uma estrutura organizacional ao conceito de segurança hemisférica, no contexto do início da Guerra Fria entre as duas superpotências. Amparado nesses dois instrumentos, o Governo dos EUA pretendia salvaguardar sua hegemonia política e econômica sobre o Hemisfério contra qualquer possível ingerência do bloco rival liderado pela URSS.²⁸

A vitória das forças revolucionárias de Fidel Castro em 1959 foi um divisor de águas nas relações interamericanas. O novo regime revolucionário cubano pôs em prática uma política radical de reformas sociais, que incluiu a reforma agrária e a expropriação de empresas e propriedades estrangeiras, sobretudo norte-americanas, culminando com a nacionalização das refinarias particulares de petróleo pertencentes aos EUA na ilha, em julho de 1960.²⁹ Tais reformas, juntamente com as execuções de centenas de membros do Governo deposto, assim como a crescente influência dos comunistas no Governo cubano, levaram ao aumento dos atritos com Washington, culminando com o rompimento de relações diplomáticas e consulares entre Cuba e EUA, em 3 de janeiro de 1961. Em um discurso proferido em 16 de abril daquele ano, Fidel Castro proclamou abertamente o caráter

socialista da Revolução Cubana. Do nacionalismo reformista, com vagas aspirações democráticas, a Revolução Cubana derivou, em pouco mais de dois anos, para o socialismo.³⁰

A transformação de Cuba em um Estado socialista e seu alinhamento com o bloco soviético – a apenas 150 km do território dos EUA – significaram um duro golpe para a diplomacia norte-americana, pautada desde o fim da Segunda Guerra Mundial pelo objetivo de contenção do comunismo. Já em 1954, a X Conferência Interamericana, realizada em Caracas, entre 1º e 28 de março, apresentou uma declaração condenando veementemente o comunismo, apesar da oposição de Guatemala, México e Argentina.³¹ No mesmo ano, a política exterior norte-americana enfrentou o primeiro desafio sério à sua hegemonia no Hemisfério, ao patrocinar um golpe de Estado que depôs o Governo nacionalista e reformista de Jacobo Arbenz na Guatemala. Em 1959, a VI Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, realizada em Santiago do Chile, reiterou em sua declaração final a condenação ao comunismo no âmbito interamericano, o que expressava a desconfiança crescente em relação ao regime de Fidel Castro.³²

Apesar dessas *démarches* de Washington no sentido de neutralizar a influência comunista e o aparecimento de governos nacionalistas e antiamericanos no continente, a América Latina vivia no final da década de 50 um renascimento do nacionalismo. Os governos latino-americanos sentiam-se frustrados e descontentes com a política externa da Casa Branca em relação à América Latina no imediato pós-guerra. Na medida em que vários países da região, entre eles o Brasil, haviam apoiado o esforço de guerra dos EUA durante o conflito mundial, estes esperavam uma contrapartida em termos de apoio financeiro estadunidense para a superação da pobreza e do subdesenvolvimento da região. Isso, porém, não ocorreu, o que levou a que o sentimento anti norte-americano fosse demonstrado de forma dramática pela recepção hostil da população ao Vice-Presidente dos EUA, Richard M. Nixon, quando da visita mal-sucedida deste à Venezuela e ao Peru, em 1958.³³ Assim, não surpreende que a Revolução chefiada por Fidel Castro em Cuba tenha exercido uma influência significativa sobre os países da América Latina. Logo a Revolução Cubana passaria a polarizar as opiniões políticas no continente: para muitos latino-americanos, a experiência de Cuba constituía um modelo de emancipação política e econômica; para outros, era um exemplo de subversão comunista, a ser combatida e evitada a qualquer custo.

1.2.2. O Governo Kubitschek e a Operação Pan-Americana

Dentre os países latino-americanos que acolheram com simpatia a vitória dos revolucionários em Cuba, estava o Brasil. Tal fato não passou despercebido a Fidel Castro que, em março de 1959, encontrou-se com o Presidente Kubitschek e com o Vice-Presidente, João Goulart, no Rio de Janeiro.³⁴

O entendimento entre os governos brasileiro e cubano foi facilitado pela implementação, pelo Governo Kubitschek, de uma política econômica desenvolvimentista, que se refletiria na política externa brasileira. Com efeito, durante a presidência JK, a relação entre política externa e desenvolvimento, já percebida no segundo Governo Vargas (1951-1954), reforçou-se ainda mais, como afirmam Amado Cervo e Clodoaldo Bueno. Tal relação se fazia necessária, visto que “para retirar o país do atraso, impunham-se não apenas reformas internas, mas também mudanças no relacionamento do país com as demais nações”. Nesse contexto, inaugurou-se uma nova fase da política exterior brasileira, em que o “nacional-desenvolvimentismo passou a informar e a ser a chave para a compreensão das relações internacionais do Brasil”.³⁵

O ideal do nacional-desenvolvimentismo refletiu-se na proposta da Operação Pan-Americana (OPA), surgida da troca de cartas entre JK e o Presidente Eisenhower, em 28 de maio e 5 de junho de 1958. Como afirmam Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, esta era “uma proposta de cooperação internacional de âmbito hemisférico, na qual se insistia na tese de que o desenvolvimento e o fim da miséria seriam as maneiras mais eficazes de se evitar a penetração de ideologias exóticas e antidemocráticas, que se apresentavam como soluções para os países atrasados”. A conjuntura em que fora lançada mostrava-se adequada, logo após as demonstrações populares de hostilidade ao Vice-Presidente Nixon em Lima e Caracas, que deixaram evidente o sentimento antiamericano na América do Sul. Daí a necessidade, exposta pela iniciativa de JK, de uma “atualização das relações entre os dois segmentos do continente”.³⁶

No cerne da OPA estava a proposta de cooperação econômica entre os EUA e os demais países do Hemisfério, a fim de restabelecer e reforçar o ideal pan-americanista frente à ameaça do avanço de “ideologias exóticas e antidemocráticas”. Uma vez que as populações do continente latino-americano alcançassem o desenvolvimento e saíssem da miséria, “formar-se-ia um escudo à penetração de ideologias estranhas”. Nesse sentido, JK “situava a OPA no

contexto da luta do Novo Mundo para a defesa de suas idéias e, assim, erguia-se contra a ‘ameaça materialista e antidemocrática do bloco soviético’”. O Brasil se colocava inteiramente do lado do Ocidente, mas “não como *seu proletariado*”. O objetivo de defender a democracia estava intrinsecamente ligado à meta do desenvolvimento, pois “não há democracia onde há miséria”.³⁷

Entre os resultados práticos da OPA, pode-se citar a criação da Comissão Especial dos representantes dos 21 Estados-membros da OEA (“o Comitê dos 21”), encarregado de executar o programa, e cuja delegação brasileira foi chefiada por Augusto Frederico Schmidt. Além deste, o resultado concreto mais importante da OPA foi a fundação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que entrou em funcionamento em 1º de outubro de 1960, constituído por 20 países americanos exceto Cuba (que não ratificou o Convênio Constitutivo do Banco) e com capital de 1 bilhão de dólares para o financiamento e assistência técnica em projetos de desenvolvimento no continente americano. A Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) e a Aliança para o Progresso do presidente Kennedy também são relacionadas à proposta da OPA. A respeito desta última, afirmam Cervo e Bueno que “a Aliança para o Progresso, do presidente John Kennedy, foi também uma resposta, embora tardia, na conjuntura da crise de Cuba, à ideia lançada pela OPA. Os Estados Unidos passavam, então, a dar mais atenção aos problemas latino-americanos”.³⁸

De qualquer maneira, a OPA representou um passo importante para a evolução das relações do Brasil com o restante do continente americano. Desde então, ficou clara a correlação existente entre desenvolvimento e preservação da democracia. Nos anos seguintes, com a radicalização da questão cubana e a crise do populismo no Brasil, essa conexão se tornaria cada vez mais explícita.

1.2.3. A Questão Cubana nas eleições presidenciais de 1960

A proposta da OPA e a vitória da Revolução Cubana trouxeram para o primeiro plano a questão do subdesenvolvimento da América Latina. Essa questão ficou ainda mais evidente quando da visita do Presidente Eisenhower à Argentina, Chile e Brasil, em fevereiro de 1960. Na ocasião, encontrando-se com o Presidente brasileiro, Eisenhower assinou com este a Carta de Brasília, que reafirmava a solidariedade entre os dois países nos termos da OPA. Também por ocasião da visita de Eisenhower, JK aproveitou para

oferecer a mediação do Brasil no conflito cada vez mais tenso entre Cuba e os EUA, enfatizando que o país se opunha a qualquer iniciativa de intervenção na ilha.³⁹

A atitude conciliadora do Governo brasileiro ficou patente três meses depois, em maio de 1960, quando Fidel Castro, no caminho para a reunião do “Comitê dos 21” em Buenos Aires, visitou novamente o Brasil e encontrou-se com Kubistchek em Brasília. O Presidente brasileiro elogiou o Primeiro-Ministro cubano pelos seus “esforços na luta em favor do progresso dos países subdesenvolvidos”, tendo Fidel salientado a “importância da OPA para o reerguimento social e econômico dos povos da América Latina”. Pouco depois, o comandante cubano fez um convite para que o Brasil participasse da Conferência dos Países Subdesenvolvidos a ser realizada em Havana. Seguiu-se, em junho, a visita do Presidente de Cuba, Osvaldo Dorticós, estreitando ainda mais os laços entre os dois países.⁴⁰

Nesse ínterim, as relações cubano-norte-americanas rapidamente se deterioravam, à medida que o Governo de Fidel Castro implementava seu programa de reformas nacionalistas e se afastava cada vez mais da órbita estadunidense. À decretação da reforma agrária e à suspensão da cota açucareira de Cuba pelos EUA seguiu-se a recusa das refinarias norte-americanas de refinar petróleo russo, ao que se seguiu a encampação destas pelo Governo cubano. Após o restabelecimento das relações diplomáticas com Moscou, em 9 de julho de 1960, Cuba aceitou o apoio militar oferecido pela URSS. Isso levou à convocação da VII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, solicitada em caráter de urgência pelo Peru para “examinar a situação do Caribe e a intervenção de uma potência extra-continental nos assuntos americanos”.⁴¹ Na Reunião, realizada em San José da Costa Rica de 22 a 29 de agosto de 1960, o representante do Brasil, Horacio Lafer, lançou a proposta de criação de um “Protocolo Adicional de Assistência Econômica ao TIAR”, que visaria a “fortalecer a solidariedade continental e o sistema interamericano ante as ameaças de intervenção que possam afetá-los”.⁴² Dessa forma, o Governo brasileiro buscou vincular o problema da segurança do continente ao do desenvolvimento econômico, salientando que “o fundo do problema era o subdesenvolvimento dos países latino-americanos, e, conseqüentemente, propunha vincular a consideração dos temas econômicos apresentados no Protocolo de Assistência à política de segurança explicitada no TIAR”.⁴³

O Governo brasileiro via com preocupação crescente a aproximação de Cuba com a URSS. Já em 12 de novembro de 1959, em telegrama à Secretaria-Geral do Itamaraty, o Embaixador Vasco Leitão da Cunha informava que Fidel Castro estava disposto a enfrentar os EUA.⁴⁴ Na opinião do Embaixador brasileiro em Havana, o refinamento de petróleo pela URSS em Cuba constituía um instrumento de expansão da influência soviética no mundo, pois “tendo em vista o espetacular incremento da produção petrolífera na URSS, é de se esperar por uma próxima ofensiva no mercado mundial, quiçá um ‘dumping’ do petróleo, por parte dos russos”. O Embaixador via no uso do petróleo pelos soviéticos em Cuba uma arma econômica para impor o predomínio comunista no mundo ocidental: “É o caso de se pensar em que o plano econômico dos Sete Anos da URSS, no que se refere à rápida expansão da produção petrolífera, esteja dirigido a ferir fundo a economia do Ocidente em um dos seus nervos mais sensíveis, qual seja o da produção e comércio do petróleo. Daí a teoria da coexistência pacífica, que permitiria, sem os perigos de uma guerra nuclear, o predomínio comunista do mundo, pela utilização de armas econômicas”. Leitão da Cunha criticava a falta de visão das empresas de petróleo do Ocidente, que, visando principalmente ao lucro, teriam negligenciado a ameaça soviética: “Lamentável é o contraste entre esta política e a atitude das companhias petrolíferas ocidentais, que, mais preocupadas com os resultados de suas contas de lucros e perdas, não se detêm ante os perigos a que fica exposta a segurança do mundo livre”.⁴⁵

Na Declaração de San José, que incluiu oito resoluções, os países membros da OEA condenaram energicamente em sua primeira resolução “a intervenção ou ameaça de intervenção extracontinental em assuntos das Repúblicas Americanas”.⁴⁶ Tratava-se do primeiro passo para sanções diplomáticas e econômicas visando a punir Cuba, à medida que este país se afastava cada vez mais do bloco ocidental para aceitar o auxílio da potência soviética. A Declaração foi aprovada por 19 votos contra nenhum (o México se absteve e Cuba retirou-se da reunião).⁴⁷

O Brasil votou a favor da Declaração condenando o comunismo, mas também do princípio da não intervenção. Moniz Bandeira ressalta que a Declaração de San José não agradou nem a Fidel nem aos EUA, embora, neste último caso, repudiasse de forma incisiva “qualquer ingerência soviética em assuntos das Repúblicas Americanas”. A defesa da não intervenção pelo

Brasil levou a que o Governo norte-americano enxergasse “*leftist influence*” na posição brasileira.⁴⁸

A curto e médio prazos, a Declaração de San José contribuiu para aumentar ainda mais a radicalização da Revolução Cubana, resultando na proclamação, pelo Governo de Cuba, da Primeira Declaração de Havana, que aumentou ainda mais o abismo entre o regime de Fidel Castro e os demais Estados latino-americanos, ao alinhar Cuba com a URSS. No final do ano de 1960, o rompimento de Cuba com o bloco ocidental liderado pelos EUA e com o sistema interamericano já se mostrava praticamente irreversível. Em dezembro de 1960, Peru, República Dominicana e Guatemala romperam relações diplomáticas com Cuba.⁴⁹

Entrementes, a questão cubana ultrapassava as fronteiras nacionais, passando a influir cada vez mais na situação interna dos Estados latino-americanos em geral, e do Brasil em particular. Na campanha presidencial brasileira de 1960, o nacionalismo desempenhou um papel importante, juntamente com o impacto da Revolução Cubana. A discussão sobre os rumos do processo revolucionário em Cuba entrou, de maneira inevitável, nos debates eleitorais. Politicamente, a situação eleitoral mostrou-se confusa, com o candidato apoiado pela direita UDN, o ex-governador de São Paulo Jânio Quadros, dono de uma plataforma política populista e moralista, bem ao gosto das classes médias, mostrando-se simpático à experiência revolucionária cubana. O candidato apoiado pelas esquerdas, Marechal Henrique Teixeira Lott, por seu lado, condenava as medidas socializantes da Revolução Cubana e recusava publicamente o apoio do Partido Comunista, bastante ativo apesar de ilegal. Para aumentar a confusão, a legislação eleitoral permitia o voto separado no candidato à presidência e à vice-presidência, o que levou à situação esdrúxula de um candidato a presidente apoiado pela direita, Jânio Quadros, e um vice apoiado pelas esquerdas, João Goulart (a chamada “dobradinha Jan-Jan”). Em 3 de outubro de 1960, Jânio Quadros foi eleito Presidente da República com mais de 5 milhões de votos, a maior votação de um candidato à presidência no Brasil até aquela data, e João Goulart, à vice-presidência.⁵⁰

Durante a campanha eleitoral, a questão de Cuba teve grande importância, evidenciada pelo convite feito pelo Embaixador cubano aos dois principais candidatos para que visitassem a ilha. O Marechal Lott, da chapa PSD-PTB, recusou o convite. De olho nos dividendos políticos que poderiam

resultar da visita, Quadros, por sua vez, aceitou-o logo após consultar suas bases eleitorais, em 9 de março.⁵¹

A visita de Jânio Quadros a Cuba realizou-se de 29 a 31 de março de 1960. Buscando dar o máximo de publicidade à viagem, o então candidato fez-se acompanhar de uma numerosa comitiva, que incluiu 14 jornalistas. Ao encontrar-se com Fidel Castro, ele declarou que tinha vindo conhecer a revolução que era “a admiração do mundo”, expressando depois, à imprensa cubana, seu compromisso de que, se fosse eleito, faria no Brasil a reforma agrária. Prometeu, ainda, estudar a realização de pactos sociais, educacionais e econômicos entre Brasil e Cuba. Os resultados da visita de Quadros para a percepção cubana sobre o pleito brasileiro não se fizeram esperar: em 4 de abril, comentando a situação política do Brasil ante a aproximação das eleições presidenciais, o jornal cubano *Revolución*, órgão do Movimiento 26 de Julio, expressou uma opinião claramente favorável ao candidato apoiado pela UDN.⁵²

De volta ao Brasil, o Senador Afonso Arinos, um dos principais coordenadores da campanha de Jânio e seu futuro Chanceler, procurou tranquilizar os parlamentares brasileiros sobre os motivos da visita, afirmando que a presença do comunismo em Cuba não era proporcional à atenção que se dava ao assunto. Falando no Senado, Arinos buscou minimizar as influências externas no processo político daquele país, salientando o “caráter tipicamente cubano da revolução”. Seu discurso foi moderado e simpático à Revolução Cubana.⁵³

A viagem confundiu ainda mais a opinião pública brasileira, visto o caráter notoriamente conservador da candidatura de Jânio Quadros, que tinha a apoiá-lo a máquina da UDN de Carlos Lacerda, o político mais ferrenhamente anticomunista do Brasil. A esse respeito, vale lembrar que, independentemente de qualquer simpatia ideológica de Quadros com relação à Revolução Cubana, o motivo da viagem foi puramente político, e destinava-se a “calar a boca” dos políticos nacionalistas adversários que o acusavam de estar associado aos interesses estrangeiros. “Antes de ser um compromisso a favor de Cuba”, a viagem era, portanto, “parte do esquema publicitário de Jânio, que visava eliminar o rótulo de ‘entreguista’, situando a posição do candidato mais à esquerda”.⁵⁴

Uma vez eleito, Jânio foi logo sondado sobre o problema de Cuba pelo Governo dos EUA, que considerou “encorajadora” sua eleição à presidência da República, já que o candidato adversário, o Marechal Lott, era tido como

um dos elementos “mais anti-ianques” do Brasil. O Presidente Eisenhower manifestou seu interesse em receber Quadros para “trocar idéias” com o novo mandatário brasileiro, aceitando sugestão do Secretário de Estado Christian Herter. Em memorando de 29 de outubro de 1960 a Eisenhower, Herter apresentou como “essencial” o papel do Brasil no conflito com Cuba.⁵⁵

A partir de 1961, ano em que tomariam posse os novos chefes de Estado do Brasil e dos EUA, a questão de Cuba se mostraria cada vez mais relacionada à conjuntura política dos países latino-americanos, a ponto de tornar-se praticamente uma questão de política interna desses países. O apoio das esquerdas e de parcela significativa da opinião pública, latino-americana e mundial, ao processo revolucionário de Cuba, demonstrava-se em declarações como a do filósofo francês Jean-Paul Sartre, em visita ao Brasil: “Cuba representa a primeira tentativa de uma nação latino-americana para atingir a independência total, sem a tutela de ninguém. Para que a Revolução Cubana assuma sua plena significação, será necessário à América Latina considerar o curso dos acontecimentos em Cuba como se fosse em seu próprio país”.⁵⁶ Em outras palavras, dizia o pai do Existencialismo, “é preciso que os cubanos triunfem, ou perderemos tudo, até mesmo a esperança”.⁵⁷ Desse momento em diante, como afirma Tânia Quintaneiro, “a política externa de alguns países latino-americanos não só acompanhará as mudanças no itinerário da Revolução, como também espelhará a radicalização ideológica que o processo cubano desencadeia no interior dessas sociedades”.⁵⁸

1.3. As relações Brasil-Cuba no contexto da Política Externa Independente: o Governo Jânio Quadros (janeiro-agosto de 1961)

1.3.1. Fundamentos da PEI

Durante o breve Governo de Jânio Quadros (31.01.1961 a 25.08.1961), com Afonso Arinos de Melo Franco à frente do Ministério das Relações Exteriores, o Brasil procurou afastar-se da bipolaridade Leste-Oeste que caracterizava as relações internacionais desde 1945. Guiada pelos objetivos do desenvolvimento nacional, a Diplomacia brasileira buscou diversificar seus parceiros comerciais, sem contudo romper os laços políticos e culturais que a vinculavam ao hemisfério ocidental, desenvolvendo o que seria batizado de um “neutralismo potencial”. Isso levou o Brasil a aproximar-se dos países

socialistas, bem como dos Estados recém-independentes da África e da Ásia, os quais formaram em 1961 o bloco dos Não Alinhados.⁵⁹

Nesse sentido, a política externa inaugurada pelo Governo Jânio Quadros, batizada de Política Externa Independente (PEI), representou uma ampliação da linha empreendida por seu antecessor, em direção a uma orientação diplomática mais universal. Por meio dessa política, o Brasil buscava ampliar a “barganha nacionalista” do período Vargas, caracterizada pela busca de uma “autonomia na dependência”, rompendo com a postura de “dependência relativa passiva frente aos Estados Unidos” e de “subserviência político-diplomática”. Desse modo, a nova política externa brasileira, “calcada no nacionalismo, não só ampliou a política de JK em termos de geografia, como também enfatizou as relações Norte-Sul”. Assim, “diferentemente da OPA de Juscelino Kubitschek, que priorizava o contexto hemisférico”, a PEI “partia de uma visão universal, embora sem descurar do regional; possuía um caráter pragmatista, pois buscava os interesses do país sem preconceitos ideológicos; e, para melhor consecução desses objetivos, adotava postura independente em face de outras nações que tinham relacionamento preferencial com o Brasil”.⁶⁰

Segundo observam Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, a elaboração da PEI beneficiou-se de um contexto internacional bastante favorável: “Jânio Quadros formulou a PEI em um momento conjuntural adequado no âmbito hemisférico, pois aproveitou-se do receio dos EUA de que a América Latina escapasse de sua órbita de influência a partir da crise do sistema interamericano aberta pelo regime de Cuba. [...] Ao enfatizar o direito que têm os povos à autodeterminação, reivindicava-se para o país mais liberdade de movimentos no cenário mundial, tendo em vista os interesses econômicos nacionais”.⁶¹

Em artigo escrito para a revista *Foreign Affairs*, Jânio Quadros expôs o caráter e os objetivos da nova política exterior do Brasil. Afirmando que o interesse demonstrado pela posição brasileira nos assuntos mundiais constituía uma prova da presença de “*a new force on the world stage*”, Quadros sugeria que o país abandonasse uma “*subsidiary and innocuous diplomacy*” de uma nação alinhada a “*worthy though alien interests*” para colocar-se na linha de frente das relações internacionais, em uma posição compatível com seu desenvolvimento nacional.⁶²

Embora reconhecendo a filiação do Brasil ao hemisfério ocidental, devido a “*common ideals of life and organization*”, Quadros ressaltava que não se poderiam ignorar os pontos em comum entre o Brasil e os países vizinhos da

América Latina, bem como com os povos recém-emancipados da Ásia e da África, cuja emergência no cenário internacional estava na origem do reajustamento da política exterior brasileira. O Brasil tinha interesse em ampliar seu leque de relações, e isso significava adotar uma *política externa independente* de qualquer filiação a esta ou àquela potência, ao mesmo tempo em que se reafirmava o compromisso brasileiro com os ideais democráticos. Assim, em uma retórica que o aproximava do recém-formado bloco dos Não Alinhados, ele propunha a formação de uma “frente única” de nações subdesenvolvidas. Enfatizando o desafio apresentado pelo bloco comunista e a necessidade de enfrentá-lo, Quadros contrapunha ao “planejamento comunista” o “planejamento democrático” como meio de promover o desenvolvimento e a prosperidade das economias nacionais, advertindo sobre os perigos que tal desafio representava para a própria existência do sistema político do mundo ocidental.⁶³

Subjacente a esse diagnóstico algo sombrio do desafio comunista encontrava-se a noção de que a enorme desigualdade Norte-Sul poderia tornar inviável a solidariedade entre os países ricos e pobres, e que daí decorria um sentimento de solidariedade do Brasil com os países assolados pela pobreza e em luta contra interesses imperialistas.⁶⁴ Tal desigualdade constituía uma ameaça à manutenção da fidelidade dos países subdesenvolvidos às ideias democráticas. Daí a imprescindibilidade do planejamento econômico estatal.⁶⁵

Visto isso, a tarefa da Diplomacia brasileira deveria ser a de dar forma e conteúdo aos princípios imperativos da *autodeterminação* e da *não intervenção*. Em nenhuma outra questão internacional a defesa desses princípios se fazia mais presente do que na questão de Cuba. A esse respeito, Quadros reafirmava a defesa intransigente da soberania cubana pelo Brasil contra interpretações de um fato histórico “*a posteriori*”, com todas as consequências que daí poderiam advir para a Diplomacia brasileira.⁶⁶

O artigo elogiava a iniciativa do programa de ajuda da Aliança para o Progresso, considerado um passo importante rumo à revisão da política continental “clássica e inoperante” dos Estados Unidos, reconhecendo a atração exercida pela técnica comunista sobre os países subdesenvolvidos. A propósito das pressões do Governo norte-americano no sentido de medidas coletivas contra Cuba, o artigo lembrava que o Brasil tinha poucas obrigações internacionais, estando ligado somente por pactos e tratados de assistência continental que o comprometiam a solidarizar-se com qualquer membro do

hemisfério vítima de uma agressão extra-continental. O Brasil não era membro da OTAN e não estava obrigado a tomar posição na Guerra Fria entre Ocidente e Oriente. Logo, estava em uma posição de seguir sua própria orientação nacional para agir em defesa da paz e da diminuição da tensão internacional. Desse modo, ele antecipava a posição que seria adotada pela delegação do Brasil com relação a Cuba em Punta del Este, no ano seguinte.⁶⁷

Com base nessa postura independente da Diplomacia brasileira, Quadros preconizava o estabelecimento de relações normais com *todos* os países, inclusive com os países do bloco comunista. Norteando esta linha de conduta, estavam os interesses comerciais do Brasil, a busca de novos mercados para os produtos brasileiros. Nesse processo, em que não somente a lealdade do Brasil ao regime democrático como sua própria sobrevivência como nação dependiam da solução de seus problemas econômicos, a política externa brasileira constituía um instrumento da política de desenvolvimento nacional.⁶⁸

Tal posicionamento equidistante do Brasil em relação ao confronto ideológico da Guerra Fria exigiu uma revisão das relações com os EUA, até então caracterizadas pelo “alinhamento automático”, em direção a uma atuação diplomática mais universal e ecumênica. Desse modo, o Brasil se afastava dos parâmetros de política externa estabelecidos desde a época do Barão do Rio Branco, os quais se caracterizavam pela “aliança não-escrita” entre o Brasil e os EUA. Isso se expressaria, nas relações com Cuba, por uma atitude de defesa intransigente da soberania e da autodeterminação do Governo cubano, o que levou a atritos com Washington, como veremos mais adiante.⁶⁹

1.3.2. A Questão Cubana e as relações Brasil-EUA

Durante a gestão Jânio Quadros-Afonso Arinos, o posicionamento do Brasil no tocante à questão cubana passou a chamar cada vez mais a atenção da opinião pública nacional e também do Governo dos EUA, que via com apreensão crescente a tendência neutralista e favorável à soberania e à autodeterminação de Cuba defendida pelo Governo brasileiro. Segundo o relatório ministerial divulgado pela Chancelaria brasileira, as relações entre Brasil e Cuba, no ano de 1961, tinham sido “corretas”. Todavia, as tensões com os EUA, devido à questão cubana, ameaçavam tornar-se ainda mais graves. Segundo Paulo Vizontini, “a tentativa de autonomizar a ação

internacional do Brasil acabou sendo percebida por Washington como algo inaceitável, especialmente após a Revolução Cubana”.⁷⁰

As relações com Washington esfriavam à medida que se intensificava a tensão no Caribe e aumentavam as pressões do Governo norte-americano sobre seus aliados latino-americanos para se alinharem em seu esforço contra Cuba. Em fevereiro de 1961, logo após a posse de Jânio Quadros na presidência, Adolf Berle Jr., ex-Embaixador dos EUA no Brasil, chegou ao país como enviado do Governo Kennedy (que tomara posse em 20 de janeiro), com a função de pressionar o Governo brasileiro a juntar-se aos EUA em uma ação mais drástica contra Castro. Berle Jr. foi recebido friamente por Jânio, que rechaçou toda e qualquer insinuação de juntar-se a um ataque contra Cuba, recusando-se a apoiar os EUA “no momento em que se planejava tomar uma atitude armada contra o regime de Castro”.⁷¹

Ao mesmo tempo em que a PEI fazia com que as relações com os EUA fossem acompanhadas, no dizer de Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, por “um componente de frieza”, intensificavam-se as trocas comerciais e as relações do Brasil com os países socialistas do Leste Europeu. Entre abril e junho de 1961, realizou-se uma missão especial aos Estados daquela região, chefiada pelo jornalista João Dantas. A Missão João Dantas, como foi chamada, visitou e firmou acordos comerciais com Bulgária, Iugoslávia, Romênia, Hungria, Tchecoslováquia, Polônia e Albânia. Foram mantidas, ainda, conversações de natureza econômica com os governos da Itália, Áustria e Alemanha Oriental (República Democrática Alemã, RDA). No tocante a esta última, a visita do emissário brasileiro causou um incidente diplomático com o Governo da República Federal da Alemanha (RFA), posto que o Brasil não tinha oficialmente relações com a RDA. O incidente provocou uma nota de protesto por parte do Governo de Bonn, ameaçando as relações entre Brasil e RFA, de acordo com a Doutrina Hallstein.⁷² A imprensa cubana, obviamente, não deixou passar despercebido o episódio, cobrindo de elogios a iniciativa do Governo brasileiro. Mais tarde, entre 14 e 25 de agosto de 1961, durante visita da Missão Comercial do Brasil a Havana, decidiu-se criar uma Comissão Mista Cubano-Brasileira, conforme anunciou o Chanceler cubano Raúl Roa à Embaixada brasileira.⁷³

Fatos como esses levantaram o espectro das nacionalizações efetuadas pelo regime cubano e contribuíram para criar um ambiente de tensão entre os governos brasileiro e norte-americano, à medida que o regime cubano se radicalizava. Em 16 de abril de 1961, um dia antes da invasão da Baía dos

Porcos, Fidel Castro proclamou o caráter socialista da Revolução Cubana. A ameaça da “contaminação” do resto do continente americano pelo exemplo de Cuba levou o Governo Kennedy a respostas retaliatórias ou à troca de apoio político por ajuda econômica. Paralelamente, e de forma clandestina, aumentavam os preparativos para uma invasão militar de Cuba por exilados anticastristas, armados e treinados pela CIA em bases secretas na Guatemala.⁷⁴

1.3.3. As reações no Brasil à invasão de Playa Girón

O plano de invasão de Cuba por exilados anti-revolucionários, surgido em 17 de março de 1960 na gestão Eisenhower (“Operação Zapata”), chegou em 26 de janeiro de 1961 ao conhecimento do presidente Kennedy, que o apoiou, como parte das ações norte-americanas para isolar Cuba na OEA. O plano incluía o ataque à ilha por um exército de 1.200 exilados cubanos treinados pela CIA. Em sua elaboração, Kennedy teve o cuidado de impedir a participação direta de militares norte-americanos na operação de desembarque, o que certamente traria a condenação dos governos latino-americanos e do mundo em geral, embora o Governo do EUA tenha reconhecido um “governo cubano no exílio”. Nesse meio tempo, a Casa Branca, por intermédio do assessor especial do presidente, Arthur Schlesinger Jr., buscava esclarecer os objetivos dos EUA através de um *Livro Branco sobre Cuba*, que defendia a tese de que a Revolução Cubana havia traído seus objetivos democráticos originais e resultado em uma ditadura comunista.⁷⁵

No momento em que as forças de invasão desembarcaram em Playa Girón, em 17 de abril de 1961, os planos norte-americanos de ataque a Cuba estavam sendo alvo de denúncias na ONU. Dos 1.500 exilados antirevolucionários que compunham a força invasora, 1.200 foram presos pelos milicianos cubanos. Assim que as notícias do ataque surgiram, o premiê soviético Nikita Krushev enviou uma mensagem a Kennedy informando-lhe do compromisso da URSS de auxiliar Cuba a repelir o ataque de forças estrangeiras a seu território. Em resposta, Kennedy procurou negar a participação dos EUA no malogrado desembarque, mas em seguida assumiu a autoria dos planos militares. Para grande constrangimento do Governo estadunidense, o fracasso da operação para derrubar Castro do poder foi total, abalando o prestígio mundial dos EUA e contribuindo para intensificar a proximidade entre Havana e Moscou.⁷⁶

No Brasil, o malogro da invasão orquestrada pelos EUA gerou reações apaixonadas, tanto à esquerda como à direita. No Congresso e nas ruas das principais cidades houve manifestações de repúdio à invasão e a favor de Cuba, organizadas por entidades como a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), as Ligas Camponesas, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), além da Comissão Brasileira de Solidariedade ao Povo Cubano.⁷⁷ Refletindo a opinião de amplos setores políticos brasileiros, o governador do Rio Grande do Sul e uma das principais estrelas da esquerda nacionalista, Leonel Brizola, enviou telegrama a Jânio, no qual avaliava o episódio como uma ameaça ao direito de autodeterminação da nação brasileira, assim como aos demais países livres do continente.⁷⁸

Do lado da oposição, a reação do governador da Guanabara e crítico implacável da política exterior do Governo, Carlos Lacerda, foi inusitada: em entrevista ao jornal *O Globo* de 18 de abril de 1961, o principal opositor da PEI e da aproximação com Cuba foi enfático: “Saúdo a invasão de Cuba como começo da liberdade de um povo que foi traído pelo revolucionário transformado em tirano. Ao abrir as portas das Américas à infiltração comunista e à ocupação por elementos de vanguarda do imperialismo russo, Fidel Castro não somente traiu o povo cubano, como se constituiu numa ameaça à paz e à liberdade das nações deste continente, inclusive o Brasil”.⁷⁹

O fracasso da tentativa de invasão da Baía dos Porcos (Playa Girón) por forças anti-revolucionárias apoiadas pelos EUA, constituiu um momento decisivo da questão cubana. Apesar de o Governo Kennedy ter negado à força invasora o apoio aéreo e ter evitado envolver diretamente o Governo dos EUA na empreitada, tornou-se claro o envolvimento norte-americano na tentativa de depor o regime cubano pela força das armas. Isso constituía uma aberta violação dos princípios de autodeterminação e de não intervenção pelos quais se batiam vários governos latino-americanos, entre eles o do Brasil.⁸⁰

A reação do Governo brasileiro à invasão foi marcada, mais uma vez, pela defesa da autodeterminação e da não-intervenção. Segundo Cervo e Bueno, o Governo Quadros não recuou desses princípios, manifestando “profunda apreensão” com o que sucedia em Cuba, além de pedir, em telegrama enviado ao Embaixador do Brasil na ONU, Ciro de Freitas Valle, a “cessação das hostilidades” e a “apuração da procedência e da natureza das forças desembarcadas naquela República”. A derrota da força de invasão

aumentou substancialmente o apoio ao regime de Cuba no continente, e houve inúmeras manifestações populares de condenação ao “imperialismo ianque” e em defesa da soberania de Cuba e do regime de Fidel Castro em diversos países latino-americanos.⁸¹

Na opinião de Moniz Bandeira, a reação do Governo brasileiro ficou aquém do esperado ante a gravidade do fato, caracterizando-se pela timidez. O Brasil não condenou a atitude do Governo dos EUA nem diretamente a invasão, limitando-se a manifestar apreensão e a pedir o fim da luta e a apuração da origem dos invasores. No primeiro telegrama a ser entregue ao representante brasileiro na ONU, Jânio Quadros expressava a “profunda emoção e o protesto do povo brasileiro” diante da invasão, declarando-se disposto “a somar o Brasil a outros países no que poderia constituir uma forma de repúdio continental àquele tipo de agressão”. O Chanceler Afonso Arinos, porém, considerou muito duro o seu teor, além de sugerir que Jânio, sem o apoio de outros governos, poderia colocar-se em uma posição “difícil e ridícula”. Foi então redigido um segundo telegrama, de conteúdo mais moderado, o qual foi entregue ao Embaixador Freitas Valle. Na opinião de Afonso Arinos, caso se realizasse uma investigação sobre a procedência das forças invasoras, ficaria apurado que estas “vinham da Guatemala ou da Nicarágua; os EUA ficariam de fora, e a questão se resolveria na rivalidade entre ditadores do Caribe, que, de resto, viviam se ameaçando”. Desse modo, afirma Moniz Bandeira, comprovou-se a preocupação do Governo Quadros com os efeitos internos de sua política externa, o que é também confirmado pelo fato de que em sua gestão o Brasil não reatou relações com a URSS nem reconheceu a China Comunista. Essa posição conciliadora em política externa do Governo Quadros se refletia também no *front* da política interna, onde duas frações bem nítidas se confrontavam abertamente, expressando visões diametralmente antagônicas acerca da questão cubana.⁸²

Fracassada a tentativa de derrubar Castro, o Governo dos EUA procurou persuadir o Governo brasileiro a se unir a ele para isolar Cuba do resto do continente. O Embaixador norte-americano John Moors Cabot sondou Afonso Arinos em torno de três possíveis soluções para o “caso cubano”: 1) Reunião de Consulta de Chanceleres Americanos, 2) Conferência Especial Interamericana e 3) Reunião de Consulta de Chanceleres Americanos nos termos do TIAR. Segundo Tânia Quintaneiro, “Afonso Arinos acreditava que o Governo dos EUA parecia disposto a estabelecer preliminares jurídicas e diplomáticas que acobertassem uma intervenção direta em Cuba”. Nesse

processo, a OEA seria usada como anteparo à ação contra Cuba, dando-lhe uma aparência de participação multilateral, e a condenação de Cuba seria feita em termos da sua influência comunista no Continente. Desse modo, concluiu Afonso Arinos, o Brasil ficava em uma situação bastante delicada, pois caso não aderisse à proposta norte-americana, correria o risco do isolamento perante os demais países do continente. Em vez de sancionar a proposta norte-americana, o Chanceler Afonso Arinos firmou posição pela manutenção da política brasileira de defesa da autodeterminação e da não-intervenção em Cuba. Essa linha de conduta trouxera para o Brasil “a atenção e o respeito internacional”, o que garantia uma posição mais favorável nas negociações com os EUA e o apoio popular à sua política de saneamento financeiro e austeridade administrativa, inclusive favorecendo o auxílio econômico externo.⁸³

Ao mesmo tempo, o Governo de Cuba não abandonara completamente a possibilidade de alguma forma de diálogo com os EUA. Em maio de 1961, dois meses após a invasão de Playa Girón, Fidel Castro enviou o vice-ministro cubano das relações exteriores, Carlos Olivares, para um encontro com o Chanceler Afonso Arinos, no qual o vice-Chanceler cubano requisitou a mediação do Brasil entre Havana e Washington.⁸⁴ Assim, na opinião de Hermes Lima, que sucedeu San Tiago Dantas como Chanceler, a questão cubana, submetida a “pressões à esquerda e à direita”, passou a constituir um problema também interno, como se a viabilidade ou não do regime brasileiro dependesse do que fosse suceder em Cuba”.⁸⁵ Cuba tornara-se um assunto de política interna brasileira.

1.3.4. A Aliança para o Progresso

Concomitantemente aos planos de agressão armada contra Cuba, o Governo Kennedy buscou desenvolver um programa de ajuda econômica aos países da América Latina. Esse programa, batizado de Aliança para o Progresso, foi exposto pelo presidente dos EUA em 13 de março de 1961, cerca de um mês antes da invasão de Playa Girón. Para apresentá-lo, Kennedy enviou o Embaixador dos EUA na ONU, Adlai Stevenson, assim como vários outros altos funcionários da administração norte-americana, em um *tour* pelos países da região. Foi convocada uma reunião extraordinária do Conselho Econômico e Social Interamericano da OEA (Montevidéu, 5 a 17 de agosto de 1961), que teve como chefe da delegação brasileira o Ministro da Fazenda, Clemente Mariani.⁸⁶

Da reunião resultou a Carta de Punta del Este (16 de agosto), pela qual os EUA prometeram destinar 20 bilhões de dólares em ajuda para projetos de desenvolvimento pelos próximos dez anos na América Latina. Segundo Cervo & Bueno: “O plano de cooperação econômica norte-americano contido na Aliança para o Progresso corresponde a uma resposta, ainda que tardia, à aceitação da Operação Pan-Americana formulada por Juscelino K. de Oliveira. Entre a proposta de JK (junho de 1958) e o plano de Kennedy (março de 1961), ocorreu a derivação de Cuba para o bloco socialista, fato que teria precipitado a decisão do governo norte-americano”.⁸⁷

A Aliança para o Progresso significou um verdadeiro ponto de inflexão nas relações dos EUA com a América Latina, tendo sido ditada pelos rumos da Revolução Cubana. Esta foi seu verdadeiro catalisador, ao despertar o Governo norte-americano para os problemas do continente. A partir desse momento, os EUA prestariam mais atenção à região ao sul do Rio Grande, como aponta Tânia Quintaneiro:

*A insensibilidade para com a problemática social dos países da área contribuiu para que neles a insatisfação política se expressasse em movimentos de cunho nacionalista e antiimperialista. Nesse sentido é que o rompimento revolucionário de Cuba com a situação de dependência serviu de inspiração para os movimentos contestatórios da presença norte-americana nos países da América Latina. Inegavelmente o ano de 1959 representa um marco de referência entre duas épocas: os EUA passaram sucessivamente de uma atitude de descompromisso geral com os problemas da América Latina para outra caracterizada por uma paulatina tomada de consciência da importância da região ao nível político, militar e econômico. Isto se acentuou a partir do agravamento das relações com o governo de Fidel Castro, na medida em que se radicalizou a política externa da Revolução.*⁸⁸

Para os seus críticos, a Aliança situava-se no plano norte-americano destinado a “manter e reforçar a influência dos Estados Unidos sobre a América Latina”, e era vista como “contrapartida positiva do esforço americano para esvaziar a revolução cubana”. A Aliança seria, assim, reformista e contra-revolucionária, reedição de uma forma de “imperialismo ilustrado” norte-americano, oposta à reforma social e pela manutenção do *status quo*. Em

outras palavras, a Aliança teria sido uma técnica de intervenção dos Estados Unidos nos assuntos internos de outros países do hemisfério. De qualquer forma, um “instrumento para vincular os países latino-americanos visando ao isolamento de Cuba”.⁸⁹ Não obstante, o Governo Quadros viu com bons olhos a ideia da Aliança para o Progresso, enxergando na proposta norte-americana uma oportunidade de combater o subdesenvolvimento dos países latino-americanos, em especial em regiões particularmente atrasadas, como o Nordeste brasileiro.⁹⁰ Nesse ponto, a Diplomacia brasileira adotava posição contrária à cubana, pois o regime de Cuba considerou desde o início a Aliança para o Progresso como um veículo para neutralizar a influência da Revolução Cubana na América Latina. O representante de Cuba na Conferência Econômica Extraordinária de Punta del Este, Ernesto “Che” Guevara, foi o único delegado presente à reunião que votou contra a iniciativa.⁹¹

Em favor da posição favorável do Governo Quadros à Aliança para o Progresso estava a situação de crise econômica por que passava o Brasil, o que impunha a necessidade de ajuda financeira. Ademais, outro fator que certamente influenciou para a boa acolhida do programa pelas autoridades brasileiras foi a semelhança entre a iniciativa norte-americana e a OPA de Juscelino Kubitschek, apesar do caráter nitidamente mais imediatista e assistencialista da Aliança para o Progresso, que fora concebida, ao contrário da OPA, como uma resposta tardia às condições que teriam gerado a Revolução Cubana e um meio de neutralizá-la.

Vista como reformista, a Aliança para o Progresso descontentou tanto os setores nacionalistas, que a consideravam uma forma de deter a influência da Revolução Cubana, como os grupos conservadores, que preconizavam uma ação mais enérgica contra Cuba. Assim, ao mesmo tempo em que recebia a oposição dos setores mais direitistas, “a Aliança para o Progresso não empolgou positivamente a opinião da América Latina. No Brasil, recebeu a repulsa dos nacionalistas que viam na aplicação dos programas da Aliança – numa área carente de quadros técnicos e de tecnologia, mas com forte presença de empresas norte-americanas – o aumento da dependência em relação aos Estados Unidos”.⁹²

1.3.5. A visita de Guevara e a renúncia de Quadros

Não obstante a reafirmação de que o Brasil “fazia parte do mundo livre”, a política externa de Jânio Quadros gerou descontentamento entre as forças

conservadoras, sobretudo a UDN de Carlos Lacerda, que logo se passou, ao longo do ano de 1961, para o lado da oposição ao Governo. Notadamente a nova atitude em relação à África, a intenção de restabelecer relações diplomáticas com a URSS e – *last but not least* – o posicionamento em relação a Cuba provocaram forte reação dos setores anticomunistas, que viam na PEI “um perigoso e novo alinhamento internacional do Brasil”.⁹³

Em fins de agosto de 1961, esses setores passaram à ofensiva. Um fato que precipitou os acontecimentos foi a condecoração, por Jânio Quadros, do Ministro da Indústria e Comércio de Cuba, Ernesto “Che” Guevara, com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, em 19 de agosto, quando da visita deste a Brasília, de retorno da Conferência Econômica de Punta del Este. Em uma cerimônia improvisada no Salão Verde do Palácio do Planalto, ao conferir a comenda ao Ministro cubano, Quadros proferiu um breve discurso, em que salientou o propósito do Governo brasileiro de estreitar as relações econômicas e culturais com o Governo de Havana. O Ministro cubano-argentino agradeceu a comenda em nome do povo de Cuba e da Revolução Cubana.⁹⁴

Tal fato desencadeou o aumento da oposição interna a Quadros e à sua política externa. No dia 24, o governador da Guanabara e mais notório anticomunista do Brasil, Carlos Lacerda, denunciou um suposto convite do Ministro da Justiça, Oscar Pedrosa Horta, para dar um golpe de Estado que fecharia o Congresso e daria amplos poderes a Quadros. Veio então o inesperado: no dia 25 de agosto, Dia do Soldado, alegando a pressão de “forças terríveis”, Jânio Quadros renunciou à presidência da República, no que foi quase certamente uma tentativa frustrada de autogolpe.⁹⁵

A renúncia inopinada de Quadros pegou o Governo dos EUA despreparado e mergulhou o país em uma das maiores crises político-institucionais de sua história, decorrente do veto dos três ministros militares, “por razões de segurança nacional”, à volta do vice-presidente João Goulart, que por ocasião da renúncia estava em visita oficial ao Oriente. Como haviam tentado fazer antes em 1955, os militares tentavam impedir a posse de um vice identificado com o populismo varguista e considerado, por alguns, como um perigoso comunista. Logo formou-se uma campanha popular de resistência, a “campanha da legalidade”, organizada pelo governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola, em favor da posse de Goulart na presidência e do respeito à Constituição, que assim o determinava. Durante vários dias o país esteve à beira da guerra civil. No dia 29 de agosto, o jornal cubano *El Mundo* estampava uma manchete em que Fidel Castro

exortava o povo brasileiro a aproveitar a experiência de Cuba e o aconselhava a formar guerrilhas contra os golpistas. A notícia gerou um protesto do Itamaraty. Em um pronunciamento dramático no dia 28, Brizola endossou a proposta do comandante cubano para que se organizassem guerrilhas em defesa da legalidade.⁹⁶

A crise foi solucionada com a aprovação pelo Congresso, em 2 de setembro, do Ato Adicional que instalou o parlamentarismo, concebido como uma solução de emergência, pois retirou poderes do presidente, ao mesmo tempo em que permitiu sua posse. Em 7 de setembro, João Goulart finalmente assumiu a presidência, sob o Gabinete parlamentarista encabeçado por Tancredo Neves.⁹⁷ Todavia, longe de significar uma solução definitiva, o parlamentarismo apenas adiou um desfecho que se mostrava a cada dia mais inevitável.

II - Anos de Crise: O Governo João Goulart (1961 - 1964)

2.1. Continuidade da PEI

Sob o Governo parlamentarista de João Goulart (7 de setembro de 1961 a 6 de janeiro de 1963), tendo Tancredo Neves como Primeiro-Ministro e San Tiago Dantas à frente do Itamaraty, decidiu-se dar continuidade à PEI. O novo Ministro brasileiro das Relações Exteriores tomou posse no cargo em 11 de setembro de 1961, prometendo continuar a política externa de Jânio Quadros e Afonso Arinos.

Poucas vezes na História do Brasil um Ministro de Estado imprimiria sua marca tão fortemente na Pasta sob seu comando. Nascido em 1911 no Rio de Janeiro, Francisco Clementino de San Tiago Dantas fora integralista na juventude, fazendo parte, na década de 30, das hostes do movimento de ultradireita liderado por Plínio Salgado, de forte cunho antiliberal e anticomunista, a Ação Integralista Brasileira (AIB). Em 1958, fora eleito Deputado Federal pelo PTB de Minas Gerais, e no exercício desta função recebera o convite de Goulart para chefiar a máquina do Itamaraty. Sua nomeação como novo Chanceler trouxe maior respeitabilidade intelectual ao Itamaraty.¹

Já em seu discurso de posse, o novo Chanceler brasileiro deu o tom de sua atuação à frente da Diplomacia brasileira. Considerando “ultrapassada a fase jurídico-política do Pan-americanismo”,² San Tiago Dantas reafirmou as

linhas gerais da PEI, inclusive a ideia de estabelecer relações comerciais e diplomáticas com os países do bloco socialista. Como que a relembrar seu passado de militante anticomunista, ressaltou, porém, que o estabelecimento de tais relações não implicaria “simpatia, ou mesmo tolerância, em relação a regimes que se inspiram em princípios diversos dos que informam o sistema democrático representativo, que praticamos”.³

Em Cuba, a notícia da primeira reunião do Conselho de Ministros, que decidiu pela ratificação e manutenção da PEI, foi muito bem recebida. Em 16 de setembro de 1961, o jornal comunista *Hoy* comentou a decisão do novo Governo brasileiro, citando as palavras de Afonso Arinos de que Cuba continuaria sendo apoiada pelo Brasil em seu direito à auto-defesa contra as pressões ao seu direito de autodeterminação, mas fez uma ressalva quanto ao parlamentarismo, afirmando que este não resolveria a crise em que se encontrava o país. Postura semelhante tiveram outros jornais cubanos, como o *El Mundo* que, em editorial, saudou a “firme atitude” do Conselho de Ministros brasileiro de manter, por unanimidade, a atitude de defesa em relação a Cuba dos princípios de não intervenção e de autodeterminação dos povos.⁴

A continuidade da PEI após a posse de Goulart é explicada, além do caráter nacionalista do Governo que sucedeu o de Jânio Quadros, em termos da manutenção de uma tendência da política exterior brasileira cujas origens remontavam aos anos 50 e, mesmo antes, à década de 30. “Essa continuidade deve-se, sobretudo, ao fato de a Política Externa Independente ter sido o desdobramento de uma tendência da política exterior brasileira que, a rigor, vinha desde o segundo governo Vargas. Tendência essa de não acompanhar a política exterior norte-americana, e que decorria da emergência de nova configuração econômica brasileira, que modificava a complementaridade das economias dos dois países”.⁵ Nessa perspectiva, destacava-se a ideia defendida desde o Governo Quadros do restabelecimento das relações diplomáticas com a URSS, rompidas desde 1947, e finalmente reatadas em 23 de novembro de 1961.⁶

A PEI acompanhava de perto a trajetória do populismo brasileiro, e pode-se dizer que era mesmo fruto deste. Assim, dentre as mudanças verificadas na política externa brasileira desde o fim da Segunda Guerra Mundial e implementadas após 1961, certamente uma das mais significativas foi aquilo que San Tiago Dantas chamou de “transformação da política externa em uma política de opinião pública”. Reconhecendo que a Diplomacia brasileira fora, até então, “quase uma atividade de Estado-Maior”, o ministro

brasileiro defendeu a necessidade de contato estreito do Itamaraty com o povo, acompanhando a tendência verificada na sociedade brasileira com a industrialização e a entrada em cena das camadas populares. Para San Tiago Dantas, “uma chancelaria que não esteja em contato com o povo, que não receba do povo as suas inspirações e as suas motivações, perde em primeiro lugar a autenticidade e em segundo lugar mesmo a eficiência porque a sua ação externa deixa de ter a clareza e a coerência próprias de uma nação consciente dos seus próprios fins e passa, muitas vezes, a ser um tapeio ou um jôgo de posições acadêmicas ao sabor dos ocupantes das Pastas”.⁷

Na gestão Jânio Quadros-Afonso Arinos/João Goulart-San Tiago Dantas, a questão do relacionamento com o regime de Cuba assumiu um caráter central na definição dos rumos da política externa brasileira. À temática do desenvolvimento econômico se acrescentaria à da defesa da soberania política e da autodeterminação no tocante ao conflito de Cuba com os EUA. Esses princípios foram defendidos em 1962 pelo sucessor de Afonso Arinos na Pasta das Relações Exteriores:

*Com relação a Cuba, o Govêrno brasileiro manterá uma atitude de defesa intransigente do princípio de não-intervenção, por considerar indevida a ingerência de qualquer outro Estado, seja sob que pretexto fôr, nos seus negócios internos. Fiel aos princípios democráticos que se encontram inscritos na Carta de Bogotá, e que constituem base essencial do sistema interamericano, o Brasil deseja ver o govêrno revolucionário cubano evoluir, dentro do mais breve prazo, para a plenitude da vida democrática, inclusive no que diz respeito ao processamento de eleições livres e à efetividade de garantias para os direitos individuais. Essa evolução depende, entretanto, de forma exclusiva, da autodeterminação do povo cubano, e não poderá ser substituída, nem acelerada, por qualquer forma de pressão ou de ingerência vinda do exterior.*⁸

Em outras palavras, o Governo brasileiro opunha-se a qualquer tentativa de intervenção externa no problema cubano, ao mesmo tempo em que expressava sua esperança de que o regime de Havana evoluísse rumo ao restabelecimento das liberdades democráticas. Tal evolução não poderia ser imposta de fora, quer unilateral quer multilateralmente, mas deveria ser o resultado da própria vontade soberana do povo cubano.

Com base nesses princípios de autodeterminação e de não intervenção, a Diplomacia brasileira buscou justificar sua recusa em aderir ao rompimento de relações multilaterais com o regime de Cuba. Afirmando que “o rompimento de relações diplomáticas, que se explica no quadro das medidas bilaterais, só se compreenderia multilateralmente, no presente caso, como um passo a que se seguissem outros maiores”, San Tiago Dantas argumentava que tal medida seria, na verdade, inócua e contraproducente, “pois diminuiria a capacidade de influir sobre o Governo com que se rompe, tiraria aos dissidentes o recurso humanitário do asilo e deslocaria do plano continental para a área do litígio entre Ocidente e Oriente a questão cubana, quando estimaríamos que ela não transcendesse os limites do Hemisfério”.⁹ Desse modo, o Governo brasileiro justificava a decisão de não romper relações com Havana com base também em considerações políticas e estratégicas, pois confiava na possibilidade de influenciar os rumos do regime de Fidel Castro.¹⁰

Ao mesmo tempo, porém, em que defendia intransigentemente os princípios de autodeterminação e de não intervenção nos assuntos cubanos, San Tiago Dantas reconhecia a necessidade de preservação do sistema de segurança interamericano, defendendo a aplicação de “obrigações negativas” a governos que se afastassem dos princípios democráticos que norteavam os países do Hemisfério. Nesse caso, ficava implícita a necessidade de alguma forma de intervenção multilateral contra tentativas de “infiltração subversiva ou ideológica” no continente:

*Por outro lado, é certo que um Estado, ao afastar-se dos princípios e objetivos em que se funda a comunidade de Estados democráticos do Hemisfério, não pode deixar de aceitar que lhe seja proposta a adoção de certas obrigações negativas, ou limitações. Tais obrigações são, na verdade, indispensáveis para que o sistema de segurança dos Estados americanos seja preservado, e para que suas instituições e governos fiquem a salvo de qualquer possibilidade de infiltração subversiva ou ideológica, que constitui, aliás, forma já qualificada de intervenção.*¹¹

Em síntese, o Governo brasileiro afirmava seu compromisso com a soberania e a autodeterminação de Cuba, mas fechava com os demais países

americanos na condenação ao comunismo. Em pouco tempo, a tensão entre essas duas posições se mostraria inconciliável.

2.2. A VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos

2.2.1. Os preparativos da VIII Reunião de Consulta

Em fins de 1961, a questão cubana ocasionou a convocação de uma reunião internacional, motivada pela constatação de que Cuba se afastara do sistema interamericano. Em 14 de novembro, por solicitação da Colômbia, foi convocada uma reunião de Consulta da OEA. O Brasil se opôs à convocatória, juntamente com o México, pois entendeu que esta visava a sancionar uma intervenção contra Cuba. O México, aliás, notabilizava-se por manter uma tradição diplomática de independência de sua política externa, baseada na defesa da não intervenção, em virtude da Revolução que vivera no início do século. Em 1961, o representante mexicano apresentara proposta de deslocar a questão cubana da OEA para a Assembleia Geral da ONU, defendendo a supremacia desta última organização, no que contou com ao apoio do Brasil.¹²

Às vésperas da Reunião, a posição brasileira foi prejudicada pelo discurso de Fidel Castro, realizado em 2 de dezembro de 1961, no qual o líder cubano declarava sua adesão ao marxismo-leninismo. Com isso, tornou-se claro que a questão cubana se tornara um problema continental. O Brasil, diante da convocatória colombiana, preferiu se abster.¹³

Poucos dias antes do início da Reunião no Uruguai, San Tiago Dantas convocou em 12 de janeiro uma reunião no Itamaraty com os chefes de missões diplomáticas dos Estados americanos acreditados no Brasil. Perante os representantes diplomáticos estrangeiros, o ministro informou a posição do Brasil, baseada na solução diplomática e no respeito à autodeterminação dos povos. Em seguida, lançou sua proposta de “finlandização” de Cuba, ou seja, de neutralização da ilha no contexto da Guerra Fria, através da elaboração de um estatuto das relações entre Cuba e o Hemisfério sobre o qual se pronunciaria o Conselho da OEA. Desse modo, seria possível “criar condições de neutralização do regime instaurado na República de Cuba em bases jurídicas sólidas”.¹⁴

Os preparativos para o encontro de Punta del Este levaram à intensificação do debate sobre Cuba na imprensa brasileira. Em 17 de janeiro

de 1962, o jornal *O Globo* publicou uma nota assinada por quatro ex-ministros das Relações Exteriores do Brasil, que fazia duras críticas à posição do Governo brasileiro sobre a questão cubana. Enumerando a condenação ao comunismo reiterada em várias Conferências Interamericanas e Reuniões de Consulta da OEA, os ex-Chanceleres lembravam que “dentro do sistema continental não é admissível um Estado comunista ou vinculado às potências comunistas”.¹⁵

A respeito dos princípios de autodeterminação e de não intervenção defendidos pelo Governo brasileiro, a nota afirmava que “o problema criado pela comunização de Cuba não se resolve com a simples enunciação daquelas regras gerais”, sendo imperioso “combinar o respeito a elas devido, com resoluções, declarações e tratados por todos nós subscritos”. Nesse sentido, deveria ser adotada uma postura compatível com o compromisso assumido de deter o avanço do comunismo, que vinha “eliminando a vigência da democracia representativa, o império da liberdade, as garantias de independência das Nações e as franquias indispensáveis à pessoa humana”. Criticando a “posição resignatória de cruzar os braços” da Chancelaria brasileira, a nota propunha a adoção de uma atitude que isolasse Cuba do convívio político com as demais repúblicas americanas, mediante o “rompimento coletivo das relações diplomáticas, que a elimine da OEA, enquanto durar a ditadura fidelista”. Isso porque não era lícito, segundo o documento, “invocar o preceito da autodeterminação para justificar, sob a capa da neutralidade, o descumprimento de compromissos soberanamente assumidos por todos e pelo Brasil”.¹⁶

Em resposta à nota dos ex-Chanceleres, San Tiago Dantas publicou uma declaração, escrita de maneira elegante porém enérgica, na qual reafirmou a posição brasileira sobre Cuba. Afirmando concordar com a condenação ao comunismo internacional, o Chanceler brasileiro discordava, porém, da solução apresentada pelos ex-ministros para a questão cubana. Sua defesa da soberania cubana radicava na constatação de que “a vontade de uma nação não pode ser substituída, na escolha de seu regime, pela de nenhum outro Estado ou Organismo internacional”. Desse modo, ele demonstrava sua discordância com o apelo feito pelos ex-Chanceleres ao Governo brasileiro para que se isolasse Cuba através do rompimento coletivo das relações diplomáticas. San Tiago Dantas contestava a eficácia de tal medida, perguntando “que alcance prático teria, para reconduzir à democracia um Estado socialista, ou, como êle próprio se confessa, marxista-leninista, a

retirada das missões diplomáticas americanas?”. No caso de Cuba, o rompimento diplomático levaria a resultados opostos do que se esperava, pois “Cuba se integraria ainda mais no mundo socialista, para o qual teria de gravitar por força do repúdio pelas Repúblicas americanas. Ao mesmo tempo, rompido o contrato diplomático com o Hemisfério, o caso cubano ficaria aforado, em caráter exclusivo, ao litígio entre Ocidente e Oriente”. O rompimento seria, assim, ou “mero passo para uma ‘intervenção pela força’”, ou “remédio inócuo e talvez contraproducente”. A declaração de San Tiago Dantas terminava rejeitando a atribuição de uma “posição resignatória” à atitude da Chancelaria brasileira, pois “o que ao ardor do jornalista às vezes pode parecer ‘braços cruzados’, à ponderação do estadista se revela às vezes como linha eficiente de ação”.¹⁷ Em breve a posição de San Tiago Dantas seria colocada à prova.

2.2.2. A posição do Brasil em Punta del Este

De 22 a 31 de janeiro de 1962, realizou-se em Punta del Este, Uruguai, a VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, convocada por Resolução do Conselho da OEA. O objetivo da Reunião foi o exame da expulsão do Governo de Cuba da referida organização e, por conseguinte, do sistema interamericano. A reunião transcorreu em clima tenso, com a delegação norte-americana, chefiada pelo Secretário de Estado, Dean Rusk, fazendo pressão sobre os demais Estados americanos, inclusive com a arma da ajuda econômica.

O pomo da discórdia era a exclusão de Cuba da OEA. Para que tal proposta, apresentada pelos EUA, fosse aprovada, era necessário o voto de 2/3 dos 21 países membros da organização, ou seja, pelo menos 14 votos. A esse respeito, como lembra em suas memórias o Embaixador Mário Gibson Barboza, a delegação brasileira mostrava-se otimista, pois era sabido que 7 países se oporiam a essa iniciativa, abstendo-se na votação. Na última hora, porém, para grande consternação dos representantes brasileiros, a delegação do Haiti resolveu mudar de posição, votando a favor da proposta norte-americana.¹⁸

A despeito da argumentação de San Tiago Dantas a favor da autodeterminação e da não intervenção na questão cubana, o Governo de Cuba foi excluído da OEA por 14 votos contra 1 (o da delegação cubana, obviamente). Seis países (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador e México)

se abstiveram. Além disso, em sua Ata Final, a VIII Reunião de Consulta reconheceu e repudiou a ofensiva do comunismo na América, reiterou a adesão aos princípios de autodeterminação e de não intervenção e instou à realização de eleições livres no continente. A Reunião decidiu ainda pela exclusão do Governo cubano da Junta Interamericana de Defesa e pela suspensão imediata do comércio e do tráfico de armas e material de guerra de todo gênero com Cuba.¹⁹

Em Punta del Este a delegação brasileira, tendo o Chanceler San Tiago Dantas à frente, adotou uma posição conciliatória. Por um lado, interpretando de forma literal a Carta de Bogotá, o Brasil marcou posição em favor dos princípios de *não intervenção* e de *autodeterminação dos povos*, ao se opor à exclusão de Cuba da OEA, o que desagradou sobremaneira aos norte-americanos. Também posicionou-se contra a utilização do TIAR e a aplicação de sanções militares e econômicas contra o regime de Fidel Castro, assim como o rompimento de relações diplomáticas. Ao mesmo tempo, com base nessa interpretação estritamente jurídica, e a despeito do apelo em contrário de Fidel Castro a Goulart, o Brasil reconheceu a incompatibilidade entre o caráter marxista-leninista do regime cubano e os princípios democráticos que norteiam o sistema interamericano (de acordo com o artigo 5º, *d* da Carta de Bogotá), votando a favor da Declaração final da Reunião condenando o comunismo como incompatível com o sistema interamericano e a favor da retirada de Cuba da Junta Interamericana de Defesa (em ambas as votações, Cuba foi excluída por unanimidade). Ao discursar na Comissão Geral da Reunião, em 24 e em 30 de janeiro, assim como ao justificar o voto brasileiro, San Tiago Dantas apresentou a posição do Brasil sobre o tema.^{20*}

A oposição de San Tiago Dantas à ideia de isolar Cuba diplomaticamente do convívio com os demais países do Hemisfério e de excluí-la da OEA assentava em argumentos jurídicos e políticos. Juridicamente, o Chanceler brasileiro aferrou-se à letra do Tratado do Rio, que declarava que o rompimento e a intervenção só se justificariam em caso de agressão concreta. Do ponto de vista político, a argumentação era mais complexa: assentava na defesa da competição pacífica entre regimes políticos diferentes e na confiança na vitória iniludível da democracia.²¹

Voltando de Punta del Este, San Tiago Dantas procurou responder as críticas da oposição. Em 5 de fevereiro, falando em cadeia nacional de rádio

* Ver Anexo A.

e televisão, o Chanceler brasileiro lembrou a respeito da Declaração de Punta del Este que esta era “uma declaração de defesa da democracia e de condenação do comunismo. Mas é também uma declaração condenatória do reacionarismo, condenatória das atitudes puramente negativas que, sob o pretexto de combaterem o comunismo internacional, na verdade, combatem o progresso social e o processo revolucionário democrático dos povos”. Na mesma ocasião, ele lembrou que, além da exclusão da OEA, foram adotadas outras medidas de caráter executivo em relação ao regime cubano, em favor das quais votou o Brasil, como o afastamento de Cuba da Junta Interamericana de Defesa, a reafirmação da confiança no programa da Aliança para o Progresso e a proclamação da necessidade de promover eleições livres em toda a América, “porque eleições livres representam a forma mais perfeita, através da qual se exerce a autodeterminação dos povos”.²²

Em discurso proferido na Câmara dos Deputados, em 7 de fevereiro, San Tiago Dantas defendeu com firmeza a posição do Brasil em Punta del Este. Com base no princípio do respeito à norma jurídica, ele posicionou-se a favor da via da convivência e da negociação com o regime cubano. Em um momento particularmente tenso da sessão, que foi bastante apartada, o ministro fez uma verdadeira profissão de fé no Direito como instrumento dos países militarmente fracos:

Já tem sido dito, tantas vezes que me acanho de repetir, mas a defesa do Direito, no mundo em que vivemos, para as nações militarmente fracas e que não dispõem de recursos, nem econômicos nem tecnológicos, para poderem fazer frente aos problemas de segurança, com as grandes armas nucleares e termonucleares da atualidade, a linha defensiva para essas nações, aquela de onde não podem recuar, aquela de onde não podem consentir que se abra uma fissura, porque depois dessa fissura nada mais existe senão o desconhecido, é a intangibilidade dos princípios e da norma jurídica. (Muito bem.) Ai do Estado responsável que compareça a uma reunião internacional para homologar, com seu voto, uma política de poder! A política de poder ainda pode constituir, nos nossos dias, um sonho, uma aspiração dos que julgam que têm o poder ou que talvez o tenham verdadeiramente. Mas para os Estados que sabem que êsse poder não se encontra nas suas mãos, para êsses o que se impõe é se abroquelarem nos ideais da Justiça e do respeito à ordem jurídica,

*única fortaleza que resta aos que querem defender a sua própria independência e civilização.*²³

No mesmo discurso, San Tiago Dantas foi interpelado por um deputado acerca da aparente contradição da decisão brasileira de votar a favor da retirada de Cuba da Junta Interamericana de Defesa, mas não da OEA. San Tiago Dantas explicou tal decisão em termos puramente jurídicos, lembrando que, enquanto a exclusão de um membro da OEA exigiria a reforma da Carta de Bogotá, que fora estabelecida por uma Conferência Interamericana e ratificada pelos governos americanos, a JID fora criada por uma Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, e, portanto, qualquer decisão tomada em uma Reunião de Consulta poderia ser modificada por uma outra Reunião. Foi somente por esse motivo que uma decisão foi possível, e outra, não.²⁴

Pela mesma razão por que se opôs à expulsão de Cuba da OEA, a delegação do Brasil em Punta del Este marcou posição em defesa da convivência com o regime de Havana, posicionando-se contra a utilização do Tratado do Rio de Janeiro no caso de Cuba. Nas palavras do Chanceler brasileiro, o TIAR prestava-se a ser empregado diante de uma agressão externa concreta, e não como um instrumento para julgar um regime político destoante dos demais governos americanos. A utilização do TIAR contra Cuba significaria uma violação do princípio de não intervenção. O Tratado do Rio de Janeiro, que fora feito para a defesa comum do Hemisfério contra ataques armados ou agressões equivalentes, não poderia ser usado contra um regime, pois isso iria contra o “princípio de não-intervenção de um Estado, ou grupo de Estados, nos negócios internos de um outro”. A expulsão de Cuba e a adoção de medidas punitivas estariam, assim, em contradição com o próprio TIAR, visto que “o Tratado do Rio de Janeiro não conceitua o simples estabelecimento de um regime político, seja ele qual for, como um caso de ataque armado ou de agressão”. Pelo mesmo motivo, lembrou San Tiago Dantas, a ONU mantinha em situação de relações amistosas Estados com os mais variados regimes políticos.²⁵

À defesa da convivência pacífica com o regime revolucionário de Cuba somava-se a confiança na perspectiva de evolução democrática da Revolução Cubana. San Tiago Dantas acreditava que, caso não se buscasse isolar Cuba com medidas extremas como sanções militares e econômicas e o rompimento de relações diplomáticas, o país retornaria, cedo ou tarde, à seara da democracia. Mais que isso: para o Chanceler brasileiro, o restabelecimento

das liberdades democráticas era uma consequência do próprio processo revolucionário cubano.²⁶ Em outras palavras, a posição brasileira sobre Cuba era que medidas punitivas apenas serviriam para radicalizar ainda mais o processo revolucionário na ilha, afastando o país do sistema democrático ocidental. A solução era a convivência.

Na já citada exposição nacional em cadeia de rádio e televisão, San Tiago Dantas defendeu esse ponto de vista, afirmando que:

*em face de um govêrno que sai da prática da democracia representativa e se alinha segundo outros princípios políticos estranhos ao nosso Hemisfério, a solução adequada não é o isolamento; a solução adequada é aquela que, limitando os riscos representados pela presença de um tal govêrno no Hemisfério, entretanto permita a convivência, pois a convivência no mundo contemporâneo tem sido o caminho seguro para fazer com que as revoluções populares voltem ao seio da democracia. [...] Onde se deixou a um govêrno revolucionário e popular uma alternativa, uma porta aberta para o mundo democrático, êsse governo não se alinhou com as potências comunistas e acabou ou por retornar a uma forma mais ou menos perfeita de democracia ou, pelo menos, a adotar na sua conduta internacional uma posição favorável ao Ocidente”.*²⁷

A confiança de San Tiago Dantas no retorno de Cuba ao caminho democrático – perspectiva que se tornava a cada dia mais distante – radicava na sua crença jurídica na superioridade da democracia sobre o socialismo. Afirmando sua convicção na “vitória do regime de liberdade”, em sua justificativa de voto na VIII Reunião de Consulta San Tiago Dantas deixou clara sua preferência pelo modo de vida democrático. Tal convicção fica clara na seguinte declaração: “A pobreza das soluções políticas oferecidas pelo socialismo, em tão veemente contradição com outros progressos de ordem econômica ou tecnológica, prova que a democracia ainda é a maior das técnicas de governar engendradas pela experiência do homem e pela civilização”.²⁸

A Reunião de Punta del Este foi o ponto culminante na evolução da PEI e nas relações do Brasil com os governos de Cuba e dos EUA durante o período Goulart. Significou a afirmação na prática da retórica de autonomia da Diplomacia brasileira face à questão cubana e às pressões de Washington,

postura esta iniciada por Jânio Quadros e ensaiada por Kubitschek. Ao mesmo tempo, o Governo era pressionado, internamente, tanto à esquerda quanto à direita.²⁹ A partir de então, contudo, a marcha dos acontecimentos internacionais e internos se imporia à orientação do Ministério das Relações Exteriores brasileiro, trazendo mudanças radicais.

2.3. O papel do Brasil na Crise dos Mísseis

A decisão da URSS de instalar mísseis nucleares em Cuba, como parte da ajuda militar soviética ao regime socialista cubano, deflagrou uma crise que por pouco não provocou uma hecatombe nuclear. Do lado dos EUA, a descoberta, em 14 de outubro de 1962, por aviões espiões U-2, de bases de mísseis soviéticos balísticos de alcance médio e intermediário (MRBM e IRBM) em Cuba, capazes de atingir o território norte-americano, constituía uma séria ameaça não só a sua segurança, mas a seu prestígio no mundo, sobretudo após o fiasco da Baía dos Porcos no ano anterior. Do lado da URSS, a instalação de armamento nuclear praticamente às portas dos EUA correspondia a um objetivo estratégico: tratava-se de uma resposta a uma solicitação de um Governo amigo, a fim de se defender dos EUA e, ao mesmo tempo, uma oportunidade de estabelecer uma cabeça-de-ponte no continente americano, alterando o equilíbrio nuclear entre as superpotências.³⁰ Quanto a Fidel Castro, sua disposição de defender Cuba de uma agressão imperialista norte-americana confundia-se com propósitos bem mais agressivos em relação à potência do Norte, como se revelou posteriormente. Nesse quadro, a Crise dos Mísseis cubanos de outubro de 1962 seria mais um teste para a política externa brasileira.

Poucos dias depois da confirmação da presença de mísseis nucleares soviéticos em Cuba, Kennedy ordenou em 21 de outubro um bloqueio naval (“quarentena”) à ilha, a fim de impedir o desembarque de material militar da URSS. A resposta de Krushev veio em forma de ameaça: caso os EUA atacassem Cuba, a URSS retaliaria, o que poderia desencadear um conflito de grandes proporções.³¹

Durante treze dias, Cuba tornou-se o centro da disputa política entre as duas superpotências, que chegaram à beira de uma guerra nuclear. Diante disso, o Secretário de Estado dos EUA Dean Rusk tentou mobilizar os países da América Latina, convocando uma reunião de consulta informal dos Chanceleres americanos em Washington. Na reunião, em que Rusk tentou

comprometer os governos da região com uma atitude de firme condenação da ameaça comunista, o Brasil adotou uma postura moderada, coerente com sua defesa dos princípios de autodeterminação e de não intervenção, ao lado de Chile, Bolívia, México e Uruguai.³²

A questão seria resolvida no âmbito das negociações bilaterais entre a Casa Branca e o Kremlin: a crise se agravou após a reunião entre Kennedy e o Chanceler da URSS, Andrei Gromiko, em Washington, em 18 de outubro, a partir da qual tornou-se cada vez mais clara a ameaça nuclear que representavam as bases de mísseis em Cuba para os EUA. Nessa ocasião, segundo Moniz Bandeira, “Rusk explicou que Cuba não era apenas um problema continental e que o agravamento da situação no Caribe coincidia com maior pressão da URSS em outras partes do mundo, como Berlim e Vietnã, bem como na questão do desarmamento”.³³ Para impedir o alastramento da influência soviética no mundo, os norte-americanos estavam dispostos a utilizar qualquer meio que fosse necessário. Assim, citando o ex-Chanceler brasileiro Afonso Arinos, Moniz Bandeira afirma que, após a reunião em Washington, “o Departamento de Estado chegou ao ponto de modificar, sub-repticiamente, o documento aprovado, inserindo opiniões que não foram aceitas, a fim de comprometer todos os países, inclusive o Brasil, com a perspectiva de aplicação de ‘medidas de maior alcance que as já autorizadas’, caso a situação o exigisse”.³⁴

Para os países da América Latina, o agravamento da situação no Caribe parecia traduzir-se no enfraquecimento dos EUA e na inevitabilidade do avanço da URSS. A crise atingiu o auge quando da convocação, pelos EUA, do Órgão de Consulta da OEA, em que a delegação estadunidense apresentou a proposta de mediação do Brasil com Cuba. Seguiu-se um apelo do Embaixador do Brasil em Havana, Luís Bastian Pinto, a Fidel Castro, visando à solução da crise com os EUA.³⁵

Nesse ínterim, Washington aumentou a pressão sobre os governos latino-americanos. Em 22 de outubro, Kennedy enviou uma carta ao presidente João Goulart, escrita em tom quase imperativo. Após observar que “não se trata somente de ameaça militar aos Estados Unidos”, o presidente norte-americano afirmava que o comportamento de Moscou tornava evidente o desafio representado pela URSS no Hemisfério. Instando pela convocação de uma reunião imediata do Órgão de Consulta do Sistema Interamericano, Kennedy reafirmava que “a colocação de armas ofensivas com capacidade nuclear em Cuba ‘coloca em perigo a paz e a segurança do Continente’”, de

acordo com o Artigo 6º do Tratado do Rio. O presidente dos EUA informava ainda que havia dado instruções ao Embaixador norte-americano na ONU, Adlai Stevenson, para apresentar uma resolução pedindo “a retirada das bases de foguetes e outras armas ofensivas em Cuba sob a supervisão de observadores das Nações Unidas”. Antecipando o conteúdo da resolução que seria apresentada pelos EUA na ONU, a carta de Kenendy terminava propondo que o Brasil se juntasse aos EUA numa possível ação armada contra Cuba.³⁶

Segundo Moniz Bandeira, a resposta de Goulart se fez através de “críticas diretas à forma como Kennedy conduziu a questão dos mísseis soviéticos e à manipulação da OEA pelos EUA”. Em carta-resposta enviada a Kennedy, Goulart manifestou a “apreensão e preocupação” do Brasil com o modo como a OEA decidiu pela quarentena a Cuba*. Segundo o Presidente brasileiro, essa decisão deveria ter sido precedida de uma investigação *in loco*, bem como de uma tentativa de negociação. Além disso, o desarmamento de Cuba deveria vir acompanhado, conforme o Brasil propusera em Punta del Este, de uma garantia recíproca de que os EUA não invadiriam a ilha. Insistindo na defesa do direito de todos os países de se autodeterminarem soberanamente, a resposta do presidente brasileiro admitia ainda “como legítimo o direito de Cuba de se defender de possíveis agressões, partissem de onde partissem e que visassem pela força ou pela violência a subjugar a sua soberania ou a impedir o direito de autodeterminação do povo cubano”. No dia 23, o Secretário de Imprensa de Goulart, Raul Ryff, entregou a carta-resposta a Kennedy ao Embaixador Lincoln Gordon, “credenciando-se o Brasil para servir de mediador entre Cuba e os Estados Unidos”. Em seguida, foi enviado a Havana, a pedido de Gordon, o general Albino Silva, Chefe da Casa Militar da Presidência da República, com a missão de comunicar a posição do Governo brasileiro a Fidel Castro. O general informou ao Primeiro-Ministro cubano que “o Brasil, embora se opusesse à invasão de Cuba, participava dos mesmos receios dos Estados Unidos, diante da instalação, pelos soviéticos, de bases de mísseis em seu território”.³⁷

Na Reunião da OEA convocada para resolver a questão dos mísseis soviéticos em Cuba, os EUA apresentaram um anteprojeto de resolução que pedia “o desmantelamento e a retirada imediata de Cuba de todos os mísseis e de qualquer outra arma com capacidade ofensiva” e recomendava a adoção,

* Ver Anexo B.

pelos Estados-membros, nos termos dos Artigos 6 e 8 do Tratado do Rio de Janeiro, de “medidas individualmente e coletivamente, inclusive o emprego da força armada”, a fim de “assegurar que o Governo de Cuba não possa continuar a receber das potências sino-soviéticas material militar e os abastecimentos correspondentes que possam ameaçar a paz e a segurança do Continente e para evitar que os mísseis e as bases em Cuba com capacidade ofensiva possam tornar-se no futuro uma ameaça à paz e à segurança do Continente”.³⁸

Na referida Reunião da OEA, mais uma vez a atitude da Chancelaria brasileira foi conciliadora: o Brasil apoiou a primeira parte da resolução, que pedia a retirada dos mísseis de Cuba e decidia pelo bloqueio naval à ilha, mas se opôs à segunda parte, que defendia uma ação militar contra o Governo cubano. O Embaixador do Brasil na ONU, Ilmar Pena Marinho, seguindo instruções de Goulart, concordou com a parte da resolução que determinava a inspeção de navios que se dirigiam a Cuba, ao mesmo tempo em que propôs modificar o parágrafo segundo do Anteprojeto de resolução apresentado pelos EUA, exigindo, em lugar de qualquer ação armada, a inspeção de observadores da ONU, que deveriam averiguar a permanência de material nuclear soviético em Cuba. No final dos debates, o representante brasileiro absteve-se na votação da parte da resolução que recomendava o uso da força contra Cuba.³⁹

Diante do impasse criado pela questão dos mísseis, EUA e URSS chegaram finalmente a um acordo. Em 27 de outubro, o premiê soviético Nikita Krushev decidiu retirar os mísseis de Cuba, após a promessa dos EUA de que não atacariam a ilha e da retirada dos mísseis Júpiter norte-americanos instalados na Turquia. Ambos os lados cantaram vitória: Kennedy alegou ter conseguido afastar a ameaça soviética do continente e Krushev, que conseguira assegurar a integridade de Cuba contra uma agressão norte-americana. Mas houve alguém que não ficou nada satisfeito com o desfecho da crise, pois não fora informado nem consultado a respeito: Fidel Castro.⁴⁰

A Crise dos Mísseis em Cuba de outubro de 1962, assim como a Reunião de Punta del Este em janeiro, foi um momento-chave para a definição dos rumos da Política Externa Independente. Teve como consequência o esvaziamento da proposta de mediação do Brasil entre as superpotências, uma vez que a partir de então estas passaram a buscar resolver seus litígios através de contatos diplomáticos bilaterais cada vez mais frequentes, inaugurando o período de distensão internacional conhecido como *détente*.

Outro resultado foi a proposta brasileira de desnuclearização da América Latina, que seria finalmente concretizada com o Tratado de Tlatelolco, em 1967. Além disso, a crise convenceu a muitos no Brasil de que a questão cubana estava inserida em um contexto mundial mais amplo, o que retirou muito do peso da argumentação de Afonso Arinos e de San Tiago Dantas de que esta se tratava de um assunto interno de Cuba. Tal fato contribuiu, como afirma Paulo Vizontini, para a paralisia da PEI nos momentos finais do Governo Jango.⁴¹

2.4. O problema dos asilados

Passada a Crise dos Mísseis, uma questão que ocupou a atenção da Chancelaria brasileira foi o problema dos asilados na Embaixada do Brasil em Cuba. Tal problema ameaçou prejudicar as relações entre os dois países, visto que ocasionou sérios atritos com o Governo cubano, devido aos abusos do direito de asilo e à propensão do regime de Fidel Castro de não conceder salvos-condutos aos asilados, que lotaram, assim, o prédio da Embaixada do Brasil, gerando vários incidentes violentos e colocando em perigo a integridade física dos funcionários diplomáticos brasileiros.

Desde antes da Revolução a Embaixada brasileira em Havana recebia asilados políticos cubanos (no caso, opositores do regime de Batista). Vitoriosa a Revolução, e com o aumento das tensões entre as forças pró e contra Castro, o fluxo se inverteu, e a representação diplomática do Brasil na capital cubana foi logo sondada por grupos anticastristas sobre a possibilidade de asilo. No começo de 1963, com o influxo crescente de asilados na Embaixada brasileira, o problema agravou-se. Ocorreram assassinatos em várias embaixadas, gerando insegurança entre os membros do corpo diplomático acreditados naquela capital.⁴²

Dois episódios demonstram o caráter realmente dramático que tomou a questão dos asilados na Embaixada brasileira. Um asilado, Pedro Fernandes López, que invadira a Embaixada brasileira em um ônibus, com mulher e filhos, foi assassinado em 17 de janeiro de 1963 com fortes golpes na cabeça. No dia seguinte, outro asilado, Ramón Padilla Pérez, foi encontrado moribundo com um tiro no peito, falecendo em seguida, ao que se somou um suicídio, um dia depois, ocorrido no interior da Embaixada. Em nota enviada ao Embaixador brasileiro, datada de 19 de janeiro, o Chanceler cubano Raúl Roa afirmou que tais fatos confirmavam que “*numerosos delincuentes*

comunes han solicitado indebidamente asilo diplomático, sorprendendo la buena fe de Vuestra Excelência". O Chanceler cubano afirmava que "*Las convenciones vigentes sobre asilo político privan de sus beneficios a los inculpados de delitos comunes*".⁴³

Tais fatos levaram o Governo cubano a solicitar a autorização de uma vistoria na Embaixada, "a fim de retirar armas que os asilados sabidamente possuíam". O Embaixador Bastian Pinto, reconhecendo o estado de "completa anarquia" em que se encontrava a Embaixada, embora esperasse que outro crime semelhante ocorresse a qualquer momento, comunicou em telegrama à Secretaria de Relações Exteriores do Itamaraty que se achava impossibilitado de autorizar a busca, "com receio de que os asilados e seus amigos, espalhados na cidade, consumassem as ameaças de morte que faziam a todos os funcionários da embaixada". Bastian Pinto informou o fracasso de seus esforços no sentido de manter um mínimo de disciplina entre os cerca de 70 asilados, "muitos dos quais são da pior espécie".⁴⁴

Entre os asilados, estavam muitos dissidentes políticos do regime castrista, mas também muitas pessoas que abusavam do direito de asilo, como informou o conselheiro da Embaixada do Brasil em Havana José Maria Ruiz de Gamboa em Ofício datado de 18 de junho de 1963: "Se em 1960 as embaixadas latino-americanas pululavam de sabotadores-terroristas, em 1961 transformaram-se em agências de viagens para os que ambicionavam deixar o país, sem passar pelas complicadas exigências burocráticas". O diplomata acrescentava que "maridos cansados das esposas procuraram asilo, sedutor de conhecida dama penetrara na Chancelaria Argentina para melhor escapar do marido enfurecido e jogadores profissionais, uma vez proibido o jogo, buscaram a embaixada do Equador, atendendo à sugestão do próprio Castro, feita em discurso".⁴⁵ Afirmava Moniz Bandeira que "a possibilidade de asilo e a facilidade em obtê-lo representaram um estímulo à oposição, tanto que 'muitos descontentes com o regime levavam na mão direita uma bomba, na outra o endereço de uma embaixada'".⁴⁶ O problema gerava crescente preocupação entre os diplomatas brasileiros, à medida que o fluxo de asilados de outras embaixadas se dirigia para a representação do Brasil, em virtude do rompimento de relações diplomáticas entre Cuba e os países latino-americanos.

Tal situação acabou gerando atritos com o Governo cubano, resultantes da negativa deste em conceder salvos-condutos para os asilados na Embaixada brasileira. Sem os salvos-condutos para sair do país, não restou outra coisa aos asilados senão permanecer na Embaixada, o que resultou em

um sério problema de segurança para o pessoal brasileiro. Essa decisão do Governo cubano contrariava as convenções de Havana (1928) e de Montevideu (1933), que regulavam o direito de asilo, como observa Moniz Bandeira. Em meio à sensação de insegurança e ao caos generalizado, no dia 20 Bastian Pinto enviou um telegrama desesperado à Secretaria de Estado das Relações Exteriores com as seguintes palavras: “extremamente constrangido sinto-me na necessidade de dizer Vossa Excelência todos membros desta Embaixada e nossas famílias corremos grave perigo vida”.⁴⁷

A concessão de salvos-condutos pelo Governo cubano jamais foi feita com facilidade, o que gerou irritação no Governo brasileiro. Em 1961, após intervenção de Che Guevara, Fidel Castro concedeu os salvos-condutos para 127 asilados na Embaixada do Brasil em Havana, mas o problema estava longe de se resolver. No começo de 1963, Goulart enviou o Embaixador Antônio da Câmara Canto a Havana, a fim de resolver a situação, que “se tornara incontrolável devido ao amontoado de pessoas”. Neste último caso, o problema foi solucionado com o envio de aviões da FAB e de fuzileiros navais para garantir a retirada dos asilados e a segurança dos funcionários da Embaixada. No dia 29 de janeiro, Câmara Canto, Chefe do Departamento de Administração do Itamaraty, chegou a Havana, com a missão de investigar as causas das mortes, permanecendo em Cuba até 12 de fevereiro.⁴⁸

As dificuldades para a obtenção de salvos-condutos levaram o conselheiro Gamboa a criticar duramente a atitude “de troca” da diplomacia cubana. Em Ofício datado de 12 de julho de 1963, ele escreveu: “o pequeno interesse com que muitas vezes somos acolhidos decorre do fato fundamental de que as relações de Cuba com outros países que não os da órbita socialista são imaginadas em termos de relações de troca [...] o princípio do ‘toma lá, dá cá’, passou a ter aplicação generalizada nas relações do Governo de Cuba com os países do Ocidente”.⁴⁹

Essa “diplomacia cubana de troca imediata” decorreria do próprio caráter do povo cubano, tido como “imediatista, avesso a divagações mentais”, sendo a mentalidade por trás da atuação diplomática de Cuba marcada pelo “signo do utilitarismo mais primitivo e pela falta de perspectivas políticas”. Na visão do diplomata brasileiro, excetuando-se “o Comandante Guevara, que, sendo argentino, infelizmente para nós não é o Chanceler de Cuba”, os líderes cubanos careciam de “uma perspectiva de geografia política que os habilitasse a avaliar melhor a importância de países como o Brasil”. Tal falta de perspectiva mais ampla por parte dos líderes cubanos levava a uma atitude ensimesmada,

chamada pelo conselheiro Gamboa de “cubanocentrismo”: “se antes da revolução a geografia dos cubanos era ‘limitada’, após o advento de Castro tornou-se ‘completamente absurda’ [...], pois eles passaram a imaginar Cuba ‘como o centro do mundo, o ‘farol’ que ilumina a América, o grande fulcro do movimento revolucionário de países subdesenvolvidos. E eles passaram a sofrer de ‘cubanocentrismo’”.⁵⁰ Nos anos seguintes, essa visão dos dirigentes cubanos sobre seu país e seu papel na América Latina teria profundas repercussões nas relações de Cuba com o Brasil.

2.5. Brasil: uma nova Cuba?

2.5.1. A radicalização política

A polarização política no Brasil durante o Governo João Goulart, em virtude da crise do populismo, coincidiu com a radicalização ideológica do regime cubano e com o auge da Guerra Fria entre as superpotências, durante a Crise dos Mísseis. Com o agravamento das tensões sociais nas cidades e no campo, o Brasil apresentava-se como o “elo frágil” da aliança ocidental, gerando o medo por parte dos setores conservadores de que uma “nova Cuba” viesse a surgir na América do Sul.⁵¹

Diante da ameaça ao predomínio norte-americano no continente, o Governo dos EUA buscou intensificar seu programa de ajuda econômica ao Brasil, que se expressou no estímulo à formação de “ilhas de sanidade administrativa”. Washington buscou canalizar a ajuda econômica através da Aliança para o Progresso aos governos estaduais que estivessem afinados com os interesses norte-americanos, como o de Carlos Lacerda na Guanabara. Assim, nas eleições de outubro de 1962, o Governo dos EUA financiou, através de sua Embaixada, os candidatos identificados com sua estratégia, a fim de criar um contraponto ao Governo federal.⁵²

A avaliação da Embaixada norte-americana no Brasil sobre o Governo Goulart, tendo em vista a atitude da Diplomacia brasileira em face da questão cubana e a radicalização política interna, era obviamente negativa. Criticando o “personalismo” de Goulart, o Embaixador norte-americano enfatizava a exploração política da reforma agrária, enxergando nesta a expressão das ambições autoritárias do Presidente: “parece-me cada vez mais claro que o objetivo pessoal de Goulart é perpetuar-se no poder com a repetição do golpe de 1937 de Getúlio Vargas, imaginando um governo do tipo peronista,

de extremado nacionalismo antiamericano, fortalecido pela situação privilegiada dos sindicatos que ameaçam com greves gerais e por um dispositivo militar pessoal. Nesse esforço, Goulart aceita e até mesmo promove o apoio de comunistas e simpatizantes destes”. Nessa perspectiva, o presidente da República era apresentado como um homem fraco, facilmente manipulável pelos comunistas que dele se acercavam: “O perigo de uma tomada do poder pelos comunistas decorre da total incapacidade de Goulart de compreender ou resolver problemas reais, econômicos, administrativos ou de outra natureza, de forma que, tendo servido de fantoche para a criação de um modelo autoritário, ele depois poderia ser facilmente afastado do poder, como o general Naguib no Egito, abrindo lugar para algum Nasser comunista”.⁵³

A debilidade de Goulart e a influência crescente do Partido Comunista traduzia-se, nas palavras de Gordon, na “superversão” (subversão pelo alto) da vida política nacional, expressa no risco da tomada do poder pela esquerda radical ou da instauração de um regime ultra-nacionalista de cunho antiamericano, no que o exemplo de Nasser no Egito parecia encaixar-se perfeitamente. Tal situação refletia uma ameaça real ao *status quo*, caracterizada por um quadro geral de “crise pré-revolucionária”, em que a “comunização” do país se apresentava como uma possibilidade cada vez mais real. Somava-se a isso o pouco interesse e a relutância demonstrados pelo Governo brasileiro na Aliança para o Progresso, a despeito da crise econômica, e o crescimento das agitações sindicais de organizações esquerdistas apoiadas pelo Governo, como o Comando Geral de Trabalhadores (CGT), o Pacto de Unidade e Ação (PUA), a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), as Ligas Camponesas e a União Nacional dos Estudantes (UNE). As reformas de base propostas pelo Governo (agrária, habitacional, universitária, urbana etc.) e o aumento generalizado do sentimento antiamericano completavam o quadro, levando à rápida polarização entre direita e esquerda, e entre reforma e revolução.⁵⁴

No período 1962-1963, os temores dos EUA em relação ao Brasil aumentaram diante da decisão do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, de nacionalizar as propriedades da subsidiária da ITT, empresa multinacional norte-americana concessionária dos serviços telefônicos no estado sulista. Como reação a essa medida do governador gaúcho, ferrenho nacionalista, que era também cunhado do presidente João Goulart, o

Congresso dos EUA votou a Emenda Hickenlooper, que estabelecia que a ajuda norte-americana seria suspensa em países onde ocorressem expropriações “sem indenização imediata, adequada e efetiva”. A alteração da lei de remessa de lucros pelo Governo brasileiro (agosto de 1962), juntamente com outras medidas de cunho nacionalista, levaram o Governo norte-americano a diminuir pela metade a ajuda financeira ao Brasil, com a exceção dos governadores identificados com a política de Washington, como Carlos Lacerda.⁵⁵

Paralelamente, o Governo dos EUA pressionava Goulart a romper relações diplomáticas com Cuba, embora, segundo o Embaixador Gordon, não tenha havido pressões econômicas. Por ocasião do encontro entre o procurador-geral dos EUA, Robert Kennedy, e o presidente Goulart em Brasília, em 17 de dezembro de 1962, a questão cubana foi colocada na mesa de discussões. Os temores de “cubanização” do Brasil alimentados pelos EUA e pelas forças conservadoras nacionais civis e militares se intensificaram após a substituição do primeiro Gabinete parlamentarista (Tancredo Neves) em junho de 1962, iniciando-se então uma fase “claramente negativa” nas relações Brasil-EUA, marcadas pela desconfiança de Washington em relação ao novo primeiro-ministro, Francisco Brochado da Rocha, identificado com setores nacionalistas. A uma terceira fase, “aparentemente positiva” – marcada pelas negociações Bell-Dantas em Washington (abril de 1963), seguiu-se outra, de maior radicalização, a partir de meados de 1963.⁵⁶

Foi então que Goulart, amparado nos sindicatos e em seu dispositivo militar, optou pelo caminho que levou à intervenção dos militares, temerosos de que as reformas e a radicalização política conduzissem à transformação do Brasil em uma “nova Cuba”, de dimensões continentais.

2.5.2. A Segunda Declaração de Havana

Enquanto isso, o temor, entre os setores conservadores, de que Cuba “exportasse” a sua revolução, aumentava tanto no Brasil como no resto do continente. Em 4 de fevereiro de 1962, logo após o encerramento da VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos que decidiu pela exclusão de Cuba da OEA, Fidel Castro proferiu um discurso, conhecido como a Segunda Declaração de Havana, em que rompeu definitivamente com o sistema interamericano e com vários dogmas marxistas. Concebida como uma resposta revolucionária à Declaração de Punta del Este, que proclamou a

incompatibilidade do regime revolucionário cubano com o sistema interamericano, a Segunda Declaração de Havana constituiu um ponto de inflexão na estratégia do regime cubano para a América Latina, com profunda influência na esquerda do continente. A partir de então, a Revolução Cubana entraria em uma nova fase, marcada pelo agravamento das tensões e das hostilidades recíprocas, em seu relacionamento com os Estados americanos.⁵⁷

Pronunciada com grande solenidade e em tom apocalíptico, bem ao gosto da oratória flamejante do líder máximo cubano, a Declaração procurou associar o futuro da América Latina ao futuro da Revolução Cubana, afirmando peremptoriamente que os EUA e as oligarquias do continente estavam unidas, na agressão a Cuba, não pelo medo à Revolução Cubana em si, mas à revolução social em seus próprios países. Os destinos do processo revolucionário de Cuba e da América Latina estavam intimamente relacionados. Para os demais governantes latino-americanos, o recado não poderia ser mais claro: a Revolução Cubana não se restringiria à ilha de Cuba, pois constituía um processo sintonizado com as lutas políticas e sociais da América Latina como um todo.

Afirmando que “*en muchos países de América Latina la revolución es hoy inevitable*”, Fidel Castro prosseguia, dizendo que tal fato era determinado “*por las espantosas condiciones de explotación en que vive el hombre americano, el desarrollo de la conciencia revolucionaria de las masas, la crisis mundial del imperialismo y el movimiento universal de lucha de los pueblos subyugados*”. A Reunião de Punta del Este e a exclusão de Cuba da OEA, nesse sentido, teriam sido o ponto culminante dessa política de estrangulamento da soberania das nações latino-americanas e de mãos livres para o EUA intervirem em seus assuntos internos. Caracterizava-se, assim, na visão do regime cubano, o “*sometimiento de los pueblos a la voluntad omnimoda de Estados Unidos de Norteamérica, contra la cual lucharon todos los próceres, desde Bolívar hasta Sandino*”.⁵⁸

Condenando os acordos obtidos pelos EUA e o “entreguismo” e “traição” das oligarquias aos interesses nacionais, a “podridão das classes exploradoras”, a Segunda Declaração de Havana chancelou a ruptura do Governo revolucionário de Cuba com a OEA, a qual, nas palavras de Fidel Castro, “*quedó desenmascarada como lo que es, un ministerio de colonias yanqui, una alianza militar, un aparato de represión contra el movimiento de liberación de los pueblos latinoamericanos*”, e isso porque em Punta del Este os chanceleres que expulsaram Cuba do sistema interamericano se

reuniram para “*renunciar a la soberanía nacional*”. Ao mesmo tempo, Fidel Castro respondia a acusação de que Cuba queria exportar sua revolução, afirmando que “*las revoluciones no se exportan; las hacen los pueblos*”. O que Cuba podia dar, e estava dando efetivamente, aos povos latino-americanos, era seu exemplo. Nesse contexto, a vitória da Revolução Cubana havia significado uma ruptura também com a ortodoxia marxista dos PCs tradicionais, ao mostrar que, nos países subdesenvolvidos da América, o verdadeiro motor da revolução não era a classe operária, em geral relativamente pequena, mas os camponeses. Estes, dirigidos pelos operários e pelos intelectuais revolucionários, tinham uma importância decisiva na luta pela libertação nacional, visto que “*en América Latina la población pobre del campo constituye una tremenda fuerza revolucionaria potencial*”.⁵⁹

Contra essa força revolucionária potencial e a forma de luta geralmente a ela associada – a guerra de guerrilhas –, os exércitos regulares latino-americanos eram impotentes, pois não estavam preparados para esse tipo de enfrentamento armado não convencional. Desse modo, Fidel Castro estabeleceu na Segunda Declaração de Havana as bases da teoria do foco guerrilheiro, segundo a qual um pequeno núcleo de combatentes determinados, contando com o apoio decisivo do povo, poderiam deflagrar uma insurreição generalizada e levar as massas ao poder:

*Los ejércitos, estructurados y equipados para la guerra convencional, que son la fuerza en que se sustenta el poder de las clases explotadoras, cuando tienen que enfrentarse a la lucha irregular de los campesinos en el escenario natural de éstos, resultan absolutamente impotentes; pierden diez hombres por cada combatiente revolucionario que cae, y la desmoralización cunde rápidamente en ellos al tener que enfrentarse a un enemigo invisible e invencible que no les ofrece ocasión de lucir sus tácticas de academia y sus fanfarrias de guerra, de las que tanto alarde hacen para reprimir a los obreros y a los estudiantes en las ciudades.*⁶⁰

Prosseguindo em sua ruptura com o dogma tradicional da esquerda marxista, segundo o qual, nos países latino-americanos e do Terceiro Mundo em geral, a burguesia nacional constituía um setor “progressista” e “antiimperialista”, Fidel Castro afirmou na Segunda Declaração de Havana que “*En las actuales condiciones históricas de América Latina, la*

burguesía nacional no puede encabezar la lucha antifeudal y antiimperialista”.⁶¹

O dogma marxista foi posto mais ainda de lado em favor da ideia de revolução imediata, quando o dirigente cubano deixou claro que, diante do poder e da reação das forças conservadoras, “*no es justo ni es correcto entretener a los pueblos con la vana y acomodaticia ilusión de arrancar, por vías legales que no existen ni existirán, a las clases dominantes.*” Estas jamais entregariam pacificamente o poder, que “*defenderán a sangre y fuego con la fuerza de sus policías y de sus ejércitos*”. Diante da ilusão do caminho pacífico defendido pelos PCs ortodoxos, o lema colocado pelo líder cubano era: “*El deber de todo revolucionario es hacer la revolución*”.⁶² Tal lema revolucionário, que sintetizava a ruptura efetuada pela Revolução Cubana com a esquerda marxista tradicional, iria calar fundo naquela parcela da esquerda latino-americana e, particularmente, brasileira, que estava disposta a lutar de armas na mão para alcançar o poder.

2.5.3. As Ligas Camponesas

Um dos setores da esquerda brasileira que se tornou mais receptivo ao apelo da Revolução Cubana, consubstanciado na Segunda Declaração de Havana, durante o Governo João Goulart, foram as Ligas Camponesas, movimento fundado em 1955 no Nordeste brasileiro e liderado pelo advogado pernambucano e deputado federal Francisco Julião.⁶³

Surgido como um movimento reivindicatório dos trabalhadores rurais da zona da mata de Pernambuco e Paraíba, as Ligas logo se tornaram, sob a liderança de Julião, um movimento político de oposição ao latifúndio e pela reforma agrária radical, “na lei ou na marra”, rivalizando com a Igreja católica e o PCB na disputa pelo controle dos sindicatos de camponeses. Fortemente influenciado pela Revolução Cubana e pela figura carismática de Fidel Castro, Julião rapidamente passou a propor soluções radicais para a questão da terra. Em seu depoimento a Dênis de Moraes, quase trinta anos depois, Julião reconhece a influência que sobre ele exerceu a Revolução Cubana:

– Realmente o Fidel Castro exerceu sobre mim uma influência poderosa. A Revolução Cubana me causou um profundo impacto. Sobretudo a figura de Fidel. Uma figura forte, carismática, um homem que transluzia sinceridade, honestidade nas suas palavras, na maneira

*de ser. [...] Quem poderia resistir ao impacto de um homem que saía de uma revolução vitoriosa? E nós aqui vivíamos numa região tão atrasada, miserável, com certas características semelhantes às de Cuba. Pernambuco era um Estado que tinha como eixo da economia o açúcar, como Cuba. Uma região pobre, atrasada, afetada por um tipo de latifúndio que não aceitava absolutamente nenhuma modificação capaz de favorecer a fixação do homem na terra.*⁶⁴

No contexto da radicalização política do Governo Goulart, o Nordeste brasileiro se destacava como uma área potencialmente explosiva. O governador de Pernambuco, Miguel Arraes, despontava como uma poderosa liderança nacional de esquerda, rivalizando com Brizola e Goulart. O presidente Kennedy em várias ocasiões demonstrara interesse e preocupação pelos problemas da região, chegando a identificar no movimento das Ligas o surgimento de um “comunismo local”, de características próprias. Por esse motivo, o Governo norte-americano escolheu a região nordestina como uma espécie de *showcase* da Aliança para o Progresso, despejando milhões de dólares em ajuda econômica e enviando representantes para averiguar *in loco* sua situação política e social. Não obstante, a influência cubana se fazia sentir entre os camponeses, mormente porque, com a Segunda Declaração de Havana, Fidel Castro havia rompido com a ortodoxia dos PCs tradicionais, que relutavam em enxergar no campesinato uma força revolucionária. Em entrevista à revista cubana *Bohemia*, Julião se referiu à Segunda Declaração de Havana como “*el documento que debe orientar las luchas de los pueblos latinoamericanos por su liberación del imperialismo yanquí y del subdesarrollo interno que frena el progreso. Es el manifiesto de nuestro tiempo para los pueblos sojuzgados de América*”.⁶⁵

A influência de Cuba nas Ligas não se resumiria ao campo das ideias, traduzindo-se no apoio material de Havana. Por diversas vezes Julião visitou Cuba e encontrou-se com Fidel Castro e outros dirigentes revolucionários, estreitando seus laços com o regime cubano e discutindo a possibilidade de um movimento revolucionário camponês no Nordeste, nos moldes do que tivera lugar em Sierra Maestra. No início de 1962, ele decidiu passar das palavras à ação. Em 21 de abril, fundou o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), que implantou oito áreas de treinamento guerrilheiro em sete estados brasileiros, com cerca de cinquenta militantes. Segundo depoimento de Julião, ele voltara de Cuba “impressionado com o fato de a

revolução ter sido agrária, partido do campo para a cidade. Imaginei que, como já existia aqui no Brasil um movimento camponês que adquirira muita força, muita substância, poderíamos seguir a experiência cubana”. O desmantelamento, pela polícia, do acampamento guerrilheiro localizado no município de Dianópolis, em Goiás (atualmente em Tocantins), e a subsequente descoberta dos planos cubanos de apoio material à empreitada levaram a uma queixa de Jango ao Embaixador cubano no Brasil, Raúl Roa Khoury.⁶⁶

O projeto guerrilheiro das Ligas Camponesas apoiado pelo regime cubano falhou completamente, antes mesmo de ser desencadeada a luta, servindo de pretexto para que as forças conservadoras do campo se articulassem ainda mais com os grupos urbanos contra as reformas de Goulart. Nas palavras do dirigente nordestino, o comandante cubano “quis deslanchar na América Latina um processo revolucionário, para ver se distraía a preocupação dos Estados Unidos de invadir e aniquilar o processo revolucionário cubano. Entre os países em que ele considerou que poderia haver uma revolução, ou que poderia haver guerrilha, estava o Brasil”. O líder das Ligas Camponesas resume o apoio de Cuba à empreitada guerrilheira da seguinte maneira: “Castro estava verdadeiramente obcecado. Ele queria transplantar a realidade cubana para libertar a América Latina”.⁶⁷

2.5.4. O fantasma da quebra da hierarquia militar

De fundamental importância para a radicalização política durante o Governo Goulart foi, segundo Alfred Stepan, o temor da substituição das Forças Armadas por milícias populares ou partidárias, tal como sucedeu em Cuba após a derrubada de Batista. Com efeito, ao assumirem o poder, os revolucionários cubanos substituíram o Exército regular pelo “povo armado”, organizado em Milícias Nacionais Revolucionárias.⁶⁸ Tal medida do regime de Fidel Castro, mais do que qualquer outra, causou forte apreensão entre a alta oficialidade militar brasileira, pois atingia em cheio um dos pilares da própria instituição militar. Essa preocupação dos militares aumentaria, no Governo Goulart, à medida que cresciam os atos de insubordinação e a ameaça da perda da coesão militar.

O temor, por parte da alta oficialidade militar brasileira, de destruição do quadro de oficiais conforme ocorrera em Cuba era maior do que o anticomunismo, como observa Alfred Stepan:

Os militares não temiam tanto o comunismo como tal. Muitos regimes militares da América Latina, como os dos generais Pérez Jiménez na Venezuela, Odría no Peru e o do general Rojas Pinilla na Colômbia, no passado haviam coexistido com os comunistas, e de fato haviam utilizado o apoio comunista como arma contra o movimento sindicalista democrático, que os militares consideravam uma ameaça maior que os comunistas. Muitas vezes, o partido comunista emergiu até mais fortalecido ao final do governo militar.⁶⁹

A questão da manutenção da hierarquia e da disciplina tocava em um nervo particularmente sensível dos militares. Já em 1954, durante a crise que levou Vargas ao suicídio, o Manifesto dos Coronéis afirmava a necessidade central de reforçar a coesão militar em vista da “ameaça sempre presente da infiltração de perniciosas ideologias antidemocráticas ou do espírito de partidarismo político”.⁷⁰ Em agosto de 1961, o Manifesto à Nação em que os três ministros militares vetavam o regresso do vice João Goulart para assumir a presidência da República, por ocasião da renúncia de Jânio Quadros, justificava o veto da seguinte maneira:

Na Presidência da República, em regime que atribui alta autoridade e poder pessoal ao Chefe do Governo, o Sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida alguma, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o País mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil. As próprias Forças Armadas, infiltradas e domesticadas, transformar-se-iam, como tem acontecido noutros países, em simples milícias comunistas.⁷¹

O temor de quebra da disciplina e da hierarquia nas Forças Armadas ante o exemplo de Cuba estaria presente em vários outros pronunciamentos militares. Em fins de 1963 ou início de 1964, surgiu outro documento, o Documento Leex (Lealdade ao Exército), de circulação restrita aos oficiais, que identificava na quebra da hierarquia e da disciplina nas Forças Armadas o principal inimigo a combater. O documento fazia uma advertência:

Deveríamos lembrar que somente depois que a traição fora consumada em Cuba [pela] extinção virtual de qualquer possibilidade de resistência é que o ditador cubano proclamou a ideologia marxista-leninista da revolução que ele liderava.

Em seguida, há uma referência explícita à destruição do Exército regular e sua substituição por milícias populares em Cuba:

*O que as Forças Armadas não aceitam é o jogo que se tenta pôr em prática para lançar a cizânia entre os seus componentes, solapar-lhes a disciplina, destruir-lhes a eficiência, aniquilá-las e, por fim, substituí-las por um arremedo de exército vermelho ou de milícia cubana.*⁷²

Em 20 de março de 1964, às vésperas do golpe que derrubou o Governo de Goulart, o general Humberto de Alencar Castello Branco, Chefe do Estado-Maior do Exército, fez um pronunciamento, vedado à imprensa, em que advertiu que “os meios militares nacionais e permanentes não são propriamente para defender programas de Governo, muito menos a sua propaganda, mas para garantir os poderes constitucionais, o seu funcionamento e a aplicação da lei”. O documento enfatizava o caráter apartidário e legalista dos militares, pois “não sendo milícias, as Forças Armadas não são armas para empreendimentos antidemocráticos. Destinam-se a garantir os poderes constitucionais e a sua coexistência”. Contra as tentativas do Governo Goulart de criar uma base de sustentação política entre os setores militares subalternos, o documento afirmava, peremptório: “Entrarem as Forças Armadas numa revolução para entregar o Brasil a um grupo que quer dominá-lo para mandar e desmandar e mesmo para gozar o poder? Para garantir a plenitude do grupamento pseudo-sindical, cuja cúpula vive na agitação subversiva cada vez mais onerosa aos cofres públicos? Para talvez submeter a nação ao comunismo de Moscou? Isto, sim, é que seria antipátria, antinação e antipovo”.⁷³

O receio da quebra da hierarquia e da disciplina nas fileiras militares, mais que o temor do comunismo, foi um dos principais efeitos colaterais da Revolução Cubana no Brasil, contribuindo para mobilizar as forças que conspiravam contra Goulart e que finalmente o derrubaram em março de 1964.

2.5.5. O golpe de 64 e o rompimento de relações diplomáticas

Os fatos de março-abril de 1964 são por demais conhecidos para serem narrados em detalhes aqui. Faremos apenas uma breve síntese dos principais acontecimentos que levaram à deposição do Governo João Goulart.

No começo de 1964, a polarização política entre as forças pró e contra Goulart haviam atingido seu ponto máximo, aguçadas pelas divergências em relação ao programa de reformas de base e pelas agitações esquerdistas de

entidades como o CGT, o PUA, a FPN e a UNE. Estas, juntamente com os partidos políticos de esquerda, legais ou ilegais como o PCB, levantavam alto a bandeira das reformas sociais, influenciadas pela Revolução Cubana, que se tornara um verdadeiro divisor de águas no *quid pro quo* com as forças conservadoras internas e com os EUA. O Presidente Goulart, restabelecidos seus poderes constitucionais no plebiscito de janeiro de 1963, decidira enveredar definitivamente, sobretudo após julho desse ano, pelo caminho das reformas, apoiando-se cada vez mais nos sindicatos e nos partidos de esquerda. Diante disso, os grupos de direita e a Embaixada norte-americana se alarmaram, vendo nas manobras políticas do Presidente a ante-sala da revolução comunista ou, pelo menos, de uma “república sindicalista”.

A partir de então, os fatos se sucederam com grande rapidez, sendo o comício da Central do Brasil, realizado no Rio de Janeiro em 13 de março de 1964, considerado o catalisador da crise que levou à queda de Goulart. Ao anúncio das reformas, que incluíam a encampação de refinarias particulares de petróleo e a desapropriação de terras às margens das rodovias e ferrovias federais, seguiu-se, em 25 de março, a revolta dos marinheiros, organizados na Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) e liderados pelo cabo José Anselmo dos Santos, e o discurso de Goulart na assembléia de sargentos no Automóvel Club do Rio de Janeiro, em 30 de março. Enquanto isso, o jornal cubano *Revolución* apoiava abertamente as reformas de base anunciadas por Goulart, em especial a reforma agrária, apresentada como “uma porta que se abre” no Brasil. Em 17 de março, a imprensa cubana noticiava a existência no Brasil de 10 mil “comandos nacionalistas” prontos para entrar em ação em defesa das reformas, por orientação do então deputado federal e ex-governador gaúcho Leonel Brizola. Tais fatos, ao caracterizarem a preferência do Presidente da República pela radicalização e pela insubordinação nas Forças Armadas, como parecia demonstrar cabalmente a revolta da AMFNB, convenceram os chefes militares que não havia outra saída senão derrubar o Governo, a fim de impedir a “cubanização” do país.⁷⁴

Com a vitória do movimento político-militar iniciado em Minas Gerais, em 31 de março, e a queda de Goulart, no dia seguinte, os militares instalados no poder decidiram romper as relações diplomáticas com o Governo de Cuba.* Segundo Tânia Quintaneiro, o rompimento de relações “era, além de

* Ver Anexo C.

uma medida de segurança, definida de acordo com novos parâmetros, uma forma inequívoca de restabelecer a fidelidade brasileira aos propósitos fundamentais estabelecidos pela política externa norte-americana”, atitude que foi bastante criticada pelo ex-Chanceler Afonso Arinos.⁷⁵

O Governo de Havana recebeu a notícia da deposição de Goulart com grande desalento. Entretanto, o rompimento de relações diplomáticas não foi imediato, só ocorrendo em 13 de maio. Nesse meio tempo, afirma Geneton Moras Neto com base em um documento confidencial do *Foreign Office* britânico, datado de 15 de abril de 1964, o Governo cubano manteve uma atitude cautelosa, não desejando romper relações com o Brasil. Afirma o documento citado que, apesar do desalento de Havana com o golpe que depôs Goulart, com relação ao rompimento de relações do novo Governo militar brasileiro com Cuba o regime de Castro “vem exercitando uma certa cautela a esse respeito. Imaginamos que Castro não tem intenção de cortar relações com o Brasil, a não ser como antecipação de uma firme decisão brasileira de cortar relações com Cuba”.⁷⁶

A fim de reforçar a disposição do novo Governo brasileiro de romper os laços com o passado, foi escolhido como Ministro das Relações Exteriores o ex-Embaixador do Brasil em Cuba e então Embaixador na URSS, Vasco Leitão da Cunha, que seria substituído pelo ex-deputado pela UDN e antigo “tenente” Juracy Magalhães. A nova postura do Brasil em relação a Cuba foi demonstrada na IX Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, realizada em Washington em 1964, cuja resolução condenou a “agressão cubana” a Venezuela, via apoio a guerrilhas, e decidiu pelo rompimento coletivo de relações diplomáticas dos países que ainda mantinham relações com Cuba, com exceção do México. Em contraste com a posição adotada pelo Brasil até então, sintetizada pelo ex-Chanceler San Tiago Dantas no binômio “autodeterminação e não intervenção”, a delegação brasileira presente à IX Reunião de Consulta votou a favor da aplicação de sanções a Cuba na OEA.⁷⁷ A queda de Goulart e a tomada do poder pelos militares fecharam um ciclo da História brasileira. Seria necessário vinte e dois anos para que os dois países se reencontrassem.

III - Anos de Ruptura: A Política do Regime Militar frente à Cuba (1964-1974)

3.1. O Governo Castello Branco e a “correção de rumos” da política externa brasileira (1964-1967)

3.1.1. O alinhamento Brasil-EUA

Eleito indiretamente pelo Congresso Nacional em 11 de abril de 1964 e empossado no dia 15, o primeiro presidente do ciclo militar brasileiro, o marechal Humberto de Alencar Castello Branco (1964-7), tratou de levar adiante a reformulação da política externa brasileira. O nacionalismo populista, baseado na mobilização de massas e nas reformas sociais, foi substituído pela modernização autoritária, que enfatizava o desenvolvimento e a segurança. A Política Externa Independente, com sua ênfase na equidistância em relação à Guerra Fria, foi abandonada em favor de uma posição de alinhamento com o bloco ocidental liderado pelos EUA.

Nesse sentido, o discurso pronunciado por Castello Branco no Itamaraty por ocasião da entrega dos diplomas aos candidatos aprovados por concurso à carreira de diplomata, em 31 de julho de 1964, foi um verdadeiro divisor de águas da História diplomática brasileira. No discurso, considerado por Juracy Magalhães como um “verdadeiro catecismo para a ação de nossa política exterior”,¹ o presidente da República, afirmando que “a expressão ‘política de independência’ tem sido deturpada e perdeu a utilidade descritiva” observou que:

No presente contexto de uma confrontação de poder bipolar, com radical divórcio político-ideológico entre os dois respectivos centros, a preservação da independência pressupõe a aceitação de um certo grau de interdependência, quer no campo militar, quer no econômico, quer no político.²

Ou seja, a partir de então, a política de defesa, seja no mundo ocidental, seja no mundo soviético, tinha de ser “necessariamente associativa”. Isso significava que a política externa tinha feito uma opção básica pela “fidelidade cultural e política ao sistema democrático ocidental”, o que não impedia que o país mantivesse uma certa margem de aproximação comercial e técnico-financeira com países socialistas, “desde que êstes não procurem invalidar nossa opção básica”. Em outras palavras, o Brasil optava pelo alinhamento com o mundo ocidental, mas não abdicava de seus objetivos nacionais, distinguindo entre os interesses de defesa do Ocidente contra o comunismo e os interesses dos EUA:

Reciprocamente, não devemos dar adesão prévia às atitudes de qualquer das grandes potências – nem mesmo às potências guardiãs do mundo ocidental, pois que, na política externa destas, é necessário fazer a distinção entre os interesses básicos da preservação do sistema ocidental e os interesses específicos de uma grande potência.³

Em seguida, Castello Branco enfatizava o caráter necessariamente independente da política externa brasileira, em que pese a opção ideológica por um dos lados do conflito global. Alinhamento e interdependência, nesse sentido, não significavam subordinação.⁴ Daí a ideia, defendida por ele, dos “círculos concêntricos”:

Política exterior independente, no mundo que se caracteriza cada vez mais pela interdependência dos problemas e dos interesses, significa que o Brasil deve ter seu próprio pensamento e sua própria ação. Sem subordinação a nenhum interesse estranho ao do Brasil. O interesse do Brasil coincide, em muitos casos, em círculos concêntricos, com o da América Latina, do Continente Americano e da comunidade ocidental. Sendo independentes, não teremos medo de ser solidários.⁵

Condenando o neutralismo por sua “passividade”, “indeterminação”, “emotividade imatura”, “extorsão” e “fuga da realidade internacional”, Castello Branco ressaltava que “o nacionalismo se agravou (sic) internamente, criando contradições em nossa política externa”, resultando daí que “mais recentemente, o nacionalismo deturpou-se a ponto de se tornar opção disfarçada em favor dos sistemas socialistas, cujas possibilidades de comércio conosco e capacidade de inversão na América Latina foram sobrestimadas”. Em lugar do neutralismo esposado pelos governos anteriores, o novo mandatário brasileiro optava pela manutenção da adesão tradicional ao Pan-americanismo e pelo fortalecimento da OEA, “procurando fazer com que se restaure a unidade democrática do continente”.⁶

O apoio dos EUA à deposição de Goulart, expresso no quase imediato reconhecimento por Washington do novo Governo militar brasileiro e na nova política norte-americana de apoio a regimes ditatoriais anticomunistas na América Latina (Doutna Mann), resultou no alinhamento das políticas externas brasileira e norte-americana, durante o Governo Castello Branco. Todavia, apesar do abandono da PEI e da reorientação da política externa brasileira no sentido do alinhamento com os EUA, consubstanciado na frase atribuída ao Chanceler Juracy Magalhães (“o que é bom para os EUA é bom para o Brasil”), é um erro enxergar nessa nova orientação diplomática brasileira uma pura e simples subserviência a Washington. Na realidade, a chamada “correção de rumos” empreendida pelo primeiro presidente militar após 1964 coadunava-se perfeitamente com os objetivos da segurança nacional traçados pelos militares no poder. O alinhamento Brasil-EUA decorreu não da pressão norte-americana, mas foi uma decisão soberana dos novos governantes militares, interessados em ajustar a política externa aos condicionantes da mudança política verificada internamente, isto é, aos objetivos da segurança contra o comunismo. Como afirma Alfred Stepan, o alinhamento Brasil-EUA resultou, na verdade, de uma “atração por medo” entre os dois países: temendo a subversão interna, os militares brasileiros optaram conscientemente por alinhar a Diplomacia brasileira ao mundo ocidental, ao passo que os EUA viram na nova atitude brasileira um reforço valioso na luta mundial contra o comunismo. O rompimento com Cuba, nesse sentido, não foi uma decisão imposta de fora, o produto de fatores externos, mas resultou do próprio desenrolar do processo político brasileiro, marcado, como vimos, pela crise do nacional-populismo. A tão mencionada “subserviência” dos militares aos EUA não impediu que o regime militar brasileiro mantivesse as relações

diplomáticas com a URSS e se recusasse a enviar tropas para o Vietnã, tal como queria o Departamento de Estado norte-americano.⁷

Em entrevista à imprensa em 16 de maio de 1964, logo após o rompimento de relações com Cuba, Castello Branco enfatizou que a “correção de rumos” por ele efetuada buscava a continuidade da política externa brasileira, caracterizada pela manutenção da independência. A diferença estava na ênfase na “defesa contra o comunismo”, o que implicava em rejeição do nacional-populismo como suspeito de ser parte “da estratégia do comunismo internacional”. Nesse contexto, na percepção dos novos governantes militares brasileiros, o rompimento com Cuba estava plenamente sintonizado com os objetivos nacionais.⁸

A nova postura da Diplomacia brasileira de alinhamento com os EUA, com ênfase na segurança, foi reiterada na II Conferência Interamericana Extraordinária realizada no Hotel Glória, no Rio de Janeiro, e expressou-se em outubro de 1965 no envio de um contingente brasileiro de 1100 soldados (FAIRBRAS), sob o comando do general Hugo Panasco Alvim, para integrar a Força Interamericana de Paz (FIP) em São Domingo, República Dominicana, a fim de controlar os distúrbios civis motivados pela guerra civil entre forças pró e anti-Castro, naquele país do Caribe.⁹ Brasil e Cuba não apenas haviam rompido relações, como estavam em lados diametralmente opostos na disputa ideológica global.

3.1.2. A influência da Doutrina de Segurança Nacional

A tomada do poder pelos militares no Brasil coincidiu com o isolamento de Cuba no cenário interamericano e com o surgimento de uma ideologia militar de segurança formulada em instituições de pesquisa e escolas de Estado-Maior, batizada de Doutrina de Segurança Nacional. Um breve resumo dessa Doutrina e de seus condicionantes se faz necessário para esclarecer o contexto ideológico em que ocorreu o rompimento de relações do Brasil com Cuba, assim como os fatores políticos internos e externos que o determinaram.

A origem da DSN remonta ao início da Guerra Fria na segunda metade da década de 40, com a divisão do mundo em dois blocos político-ideológicos antagônicos, mas sua implementação efetiva ocorreu a partir do começo dos anos 60, sob o impacto da vitória da Revolução Cubana em 1959. Desde então, como aponta Alfred Stepan, a lógica da política de ajuda militar dos EUA aos países da América Latina mudou da segurança hemisférica para a segurança interna.¹⁰

Nessa perspectiva, o Governo dos EUA, com base na doutrina de *flexible response*, intensificou a ajuda militar aos exércitos da América Latina, criando em 1961 a Escola das Américas, sediada no Panamá, e que seria responsável pela formação de centenas de oficiais latino-americanos. Os militares enxergaram no alinhamento com os EUA e na “democracia vigiada” uma forma de combater o comunismo, a fim de garantir a segurança do “mundo livre” e a ordem interna.¹¹

Tal pensamento, entretanto, esteve longe de constituir um simples eco das preocupações geopolíticas e ideológicas do Departamento de Estado ou do Pentágono, bem como uma mera expressão dos interesses da classe dominante local. Pelo contrário: como demonstra Alain Rouquié, a DSN buscou atender primordialmente às aspirações nacionais de desenvolvimento econômico e de controle social; daí o seu forte caráter anticomunista. A luta contra o comunismo vinha acompanhada da intervenção na vida política e econômica da Nação, identificada com o próprio Estado. Anticomunismo e nacionalismo, nessa perspectiva, não eram necessariamente antagônicos. O anticomunismo nas Forças Armadas brasileiras, vale destacar, é anterior ao próprio advento da Guerra Fria, tendo sua origem no esmagamento da insurreição comunista de novembro de 1935.¹² Logo, não radica em fatores externos, mas internos.

Elio Gaspari chama a atenção para o caráter autóctone do anticomunismo nas Forças Armadas brasileiras, lembrando que o Brasil foi o primeiro país do mundo ocidental a romper relações diplomáticas com a URSS, em 1947. O episódio, mostrado tantas vezes como prova da “subserviência” do Governo Dutra aos interesses dos EUA na Guerra Fria que se iniciava, revela, na verdade, um nítido componente de independência da política exterior brasileira:

Na época, bem como nas décadas seguintes, a retórica e a propaganda stalinistas atribuíram o refluxo político de 1947 à inspiração americana. O governo do presidente Harry Truman foi sem dúvida anticomunista, mas não lhe coube a concepção da virada brasileira, muito menos o ardor. Era o general Alcio Souto quem informava ao embaixador dos Estados Unidos, antes mesmo da abertura dos trabalhos da Assembléia Constituinte, que o PCB seria cassado. Era também ele quem se queixava do que seria a excessiva tolerância americana em relação ao comunismo. Foi o marechal Dutra quem pediu ao presidente Truman que colocasse o combate ao comunismo no

*topo de sua agenda numa rápida visita ao Brasil. O general George Marshall, chefe do estado-maior do exército americano durante a guerra e secretário de Estado em 1947, chegou a sugerir que fosse evitado o rompimento de relações com Moscou. Já o ministro da Guerra, general Goes Monteiro, em torno do qual gravitaram os oficiais germanófilos nos primeiros anos de combates, dizia que “a primeira bomba atômica foi jogada sobre Hiroshima e a segunda em Nagasaki, a terceira e a quarta no atol de Bikini, mas a quinta, a sexta, sétima e oitava podem muito bem cair na Rússia”.*¹³

Nessa perspectiva, o comunismo era visto como o inimigo a se combater, não porque assim desejassem os EUA ou porque norte-americanos e soviéticos estivessem em lados opostos na Guerra Fria, ou ainda porque assim determinavam os interesses patrimoniais das elites econômicas, mas porque representava, para os militares, a subversão da ordem, o solapamento das instituições que davam estabilidade e constância à vida nacional. Assim, a necessidade de exorcizar o fantasma da quebra da hierarquia e da disciplina militares – revelado de forma dramática em episódios como as rebeliões dos sargentos em Brasília (12 de setembro de 1963) e dos marinheiros no Rio de Janeiro (25 a 28 de março de 1964) – parece ter sido a verdadeira motivação que impeliu os generais brasileiros a depor Goulart. Foi isso também, muito mais do que as reformas sociais ou o antiamericanismo exacerbado do Governo revolucionário cubano, o que motivou a decisão posterior do Governo militar brasileiro de romper relações com Cuba logo após o golpe.

Em uma série de depoimentos ao CPDOC, generais das três armas que participaram do golpe de 64 são unânimes em identificar a indisciplina e a quebra da hierarquia nos quartéis como o fator decisivo na deposição do Governo civil.¹⁴ O marechal Odílio Denys, ministro da Guerra em 1961, afirma em seu livro de memórias que a revolta dos marinheiros, por si só, justificaria a derrubada de Goulart.¹⁵ Vale lembrar que, entre os militares brasileiros, havia uma forte fração nacionalista, cujo antiamericanismo se equiparava e, em alguns casos, chegava mesmo a superar, o da esquerda radical, só não sendo superior ao seu anticomunismo. Assim, o Governo Castelo Branco adotou algumas reformas de base preconizadas por Goulart, como a reforma agrária, promulgando em 1964 o Estatuto da Terra. Mais tarde, no Governo Costa e Silva, surge uma forte fração ultra-nacionalista da “linha dura” militar, encabeçada pelo general Albuquerque Lima. Não por

acaso, também, os expoentes da ESG, conhecidos como “Sorbonne” e articulados em volta de Castello Branco – Ernesto Geisel, Golbery do Couto e Silva etc. –, ao retornarem ao poder em 1974 implementariam uma política externa de cunho nacionalista (o “Pragmatismo Responsável”), tornando-se comuns os atritos com o Governo dos EUA, como reconheceu até mesmo um autor identificado com a esquerda nacionalista brasileira.¹⁶ Tais fatos reforçam a tese de que não foi o nacionalismo ou o reformismo de Jango, mas seu esquerdismo e seu populismo, sua opção em apoiar-se politicamente nos sindicatos e nos setores subalternos das Forças Armadas, o que levou os chefes militares a apeá-lo do poder.

Acima de tudo, foi o temor da quebra dos princípios da hierarquia e da disciplina no seio das Forças Armadas provocado pelo exemplo revolucionário cubano e o receio da exportação da revolução para o Brasil (a “cubanização” do país) – muito mais do que o caráter anti-imperialista e reformista do regime de Fidel Castro – o que motivou a intervenção civil-militar de março de 1964 e a conseqüente ruptura de relações diplomáticas. Para os militares, a “cubanização” do Brasil, mais do que o antiimperialismo e as reformas sociais, era sinônimo de caos, de indisciplina. Para os setores civis que apoiaram o golpe, assustados com a ascensão das camadas populares, a Revolução Cubana era um espantalho. Esses setores não viam o regime de Havana apenas como uma exceção totalitária no mosaico político latino-americano, mas como uma ameaça real aos seus interesses. À medida que a situação política se polarizava e crescia o perigo de uma revolução social, a ameaça de uma “segunda Cuba” de dimensões continentais tornava-se cada vez mais presente. Daí por que não era mais possível conviver com o regime de Fidel Castro.

Isso explica em parte por que a argumentação de San Tiago Dantas em favor da não intervenção e da autodeterminação dos povos com relação a Cuba, embora solidamente fundamentada e estruturada em termos jurídicos, encontrou pouca ou nenhuma ressonância entre os grupos mais conservadores, tanto civis como militares. Explica também por que o Governo militar brasileiro, destoando de sua linha anticomunista, decidiu manter relações com a URSS e outros países socialistas, até mesmo ampliando-as nos anos seguintes. A final – e fato de singular importância para os governantes militares –, tanto na URSS quanto nos Estados socialistas do Leste Europeu se conservaram as bases das forças armadas regulares, com sua organização hierárquica e disciplina rígida. Outro fator que certamente contribuiu para a manutenção

das relações do Brasil com a URSS após 1964 foi a oposição da liderança soviética às tentativas guerrilheiras patrocinadas pelo Governo cubano na América Latina, coerente com a política do Kremlin de “coexistência pacífica” com o Ocidente, tornando-se freqüentes os atritos entre Havana e Moscou acerca do projeto fidelista de “exportar a revolução”. É o que demonstram, por exemplo, as críticas constantes de Che Guevara à URSS e a ácida polêmica travada, nos anos 60, entre o principal ideólogo da teoria castrista do “foco” e a liderança soviética.¹⁷

Não devem ser esquecidos, também, a distância geográfica que separa os Estados do Leste Europeu do Brasil e o interesse brasileiro em ampliar o comércio com esses países, apesar das divergências político-ideológicas. Como afirmou mais tarde o marechal Castello Branco, ao contrário da percepção em relação a Cuba, que oferecia poucas perspectivas de intercâmbio comercial, as divergências de filosofia política entre o Governo militar brasileiro e os demais Estados socialistas “não têm por que criar entre nós e esses países um estado de hostilidade”. O novo Governo militar brasileiro se dispôs a manter e mesmo, em certos terrenos, a ampliar as relações com esses Estados, considerando que “pode ser mutuamente proveitoso”, o comércio entre o Brasil e esses países, “desde que as trocas comerciais não sejam veículo de influências inaceitáveis”.¹⁸ Estava claro que, para os militares brasileiros no poder, Cuba era uma ameaça a ser detida; os países socialistas do Leste Europeu, não. E isso por razões muito mais de segurança interna do que ideológicas.

3.2. O Governo Costa e Silva e a transição da política externa brasileira (1967-1969)

3.2.1. A ascensão da “linha dura”

De 1964 a 1986, em virtude da instauração do regime militar-autoritário no Brasil, as relações Brasil-Cuba estiveram rompidas. Nesse contexto, a subida ao poder do marechal Arthur da Costa e Silva, em 15 de março de 1967, foi um momento chave no processo de perpetuação do regime militar brasileiro, que durou 21 anos. Três anos antes, em março de 1964, os militares depuseram o Governo Goulart e o marechal Castello Branco assumiu o poder, com o apoio ostensivo dos EUA, que viram nele o homem certo para deter o

avanço do comunismo e garantir a fidelidade do Brasil aos princípios democráticos do mundo ocidental.

O mandato de Castello Branco estava previsto para encerrar-se em 31 de janeiro de 1966, período em que completaria o mandato de Goulart. Entretanto, uma série de fatos se combinou para que tal objetivo não se realizasse, resultando na continuidade do domínio militar. Ao primeiro Ato Institucional, decretado pelos ministros militares em 9 de abril de 1964, antes mesmo da posse de Castello Branco na presidência, o qual cassou mandatos e suspendeu direitos políticos de opositores do novo regime, seguiu-se, em 27 de outubro de 1965, o Ato Institucional nº 2 (AI-2), que extinguiu os partidos políticos, abrindo caminho para a adoção do bipartidarismo, em reação à vitória dos candidatos de oposição nas eleições estaduais na Guanabara e em Minas Gerais. Ao AI-2 seguiu-se o AI-3, decretado em abril de 1966, o qual tornou indiretas as eleições para governadores dos Estados.¹⁹

No decorrer desse processo, as divisões no interior das Forças Armadas começaram a aflorar, acarretando o surgimento de duas grandes frações: os “moderados”, articulados em torno de Castello Branco e em geral associados à ESG, e a “linha dura”, reunida em torno do ministro da Guerra, marechal Arthur da Costa e Silva. Os representantes do segundo grupo rapidamente conseguiram impor-se aos “castelistas”, levando à sucessão de Castello Branco por Costa e Silva, eleito indiretamente para a presidência da República e empossado em 15 de março de 1967, com o ex-Governador de Minas Gerais pela UDN José de Magalhães Pinto como Chanceler. No mesmo dia, entrou em vigência a nova Constituição, editada durante o Governo Castello Branco.²⁰

Com a ascensão de Costa e Silva à presidência, a “linha dura” se instalou no poder, aumentando sua influência nos negócios do Estado à medida que o ambiente político interno se radicalizava durante todo o primeiro semestre de 1968, mediante a eclosão de greves operárias e de manifestações estudantis pelo retorno das franquias democráticas. Além disso, o aparecimento das primeiras ações armadas contra o regime nas cidades, também naquele ano, conduziu ao aumento das pressões dos setores mais duros das Forças Armadas no sentido de um fechamento autoritário. Esses setores viam em tais manifestações de protesto e no surgimento da guerrilha urbana um novo risco de “comunização” do país. Do lado oposto, muitos dos manifestantes e os autores das ações armadas inspiravam-se no exemplo da Revolução Cubana

de Fidel Castro, nas lutas revolucionárias de independência das colônias africanas e na guerrilha do Vietcongue contra as forças norte-americanas no Sudeste asiático, planejando derrubar o governo por meio de uma revolução violenta.²¹

No meio desse fogo cruzado, o presidente Costa e Silva, de líder da facção “linha dura” do Exército, tornara-se seu prisioneiro. Em 13 de dezembro de 1968, usando como pretexto o desafio lançado pela Câmara dos Deputados, que no dia anterior havia negado conceder licença para que um deputado do MDB fosse julgado por haver proferido do alto da tribuna da Câmara um discurso considerado ofensivo pelas Forças Armadas, o Conselho de Segurança Nacional, presidido por Costa e Silva, decretou o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que fechou o Congresso e suspendeu garantias e direitos individuais.²² Era o “golpe dentro do golpe”, que completou o processo de ruptura da ordem constitucional iniciado em 1964.

A influência e o poder da “linha dura” cresceram ainda mais durante o ano de 1969, acompanhando o aumento das ações armadas das organizações clandestinas de esquerda. No final de agosto, com o afastamento de Costa e Silva da presidência por motivo de doença, uma Junta Militar formada pelos ministros das três Armas subiu ao poder, impedindo a posse do vice-presidente civil, Pedro Aleixo, como estabelecia a Constituição. Nesse ínterim, a Junta enfrentou um novo desafio, com o sequestro, em 4 de setembro, do Embaixador dos EUA no Brasil, Charles B. Elbrick, realizado no Rio de Janeiro por militantes de duas organizações guerrilheiras. A resposta do regime veio na forma de um endurecimento ainda maior: no dia 6, foi decretada uma nova Lei de Segurança Nacional, ainda mais rígida que a anterior, e em 17 de outubro realizou-se uma consulta entre os comandos militares que escolheu o general Emílio Garrastazu Médici como o novo presidente do Brasil.²³

Estava consolidado o domínio militar no Brasil, o que teria profundas repercussões na política externa brasileira nos anos seguintes.

3.2.2. Novos paradigmas após 1967

Se o anticomunismo e o alinhamento com os EUA deram o tom do Governo Castello Branco, o anticomunismo e o nacionalismo militar caracterizariam as administrações de Costa e Silva e Médici, atingindo o auge com Geisel. A partir de 1967, a política externa brasileira passou a refletir essa transição, à medida que o regime se consolidava e que surgiam

áreas de atrito com os interesses norte-americanos. O sentimento anti-EUA cresceu em escala diretamente proporcional à orientação anticomunista do regime.

Já no Governo Castello Branco, apesar do alinhamento com os EUA, foram mantidas as relações diplomáticas com a URSS e os países socialistas do Leste Europeu, e o Brasil recusou-se a engrossar o contingente das forças militares norte-americanas que lutavam no Vietnã, como queria o Governo Lyndon B. Johnson (1963-1969).²⁴ Durante o Governo seguinte, de Costa e Silva, os atritos com a Casa Branca se expressaram na recepção fria dos EUA à sucessão de Castello Branco, bem como na preocupação demonstrada por Washington a respeito das denúncias cada vez mais frequentes de torturas e na reação contrária do Governo norte-americano ao AI-5.²⁵ Concomitantemente, o aumento do sentimento nacionalista nas Forças Armadas brasileiras, intensificado após a ascensão da “linha dura” ao poder, conduziu à adoção de posições contrárias aos interesses estadunidenses em alguns temas internacionais: em 1968, no auge da repressão política interna e do anticomunismo, o Governo brasileiro se negou a ratificar o Tratado de Não Proliferação de armas nucleares (TNP), por considerá-lo discriminatório e danoso à soberania nacional, uma vez que impedia o acesso do Brasil à tecnologia nuclear.²⁶

À primeira vista, parece incongruente a adoção de um posicionamento em política exterior pautado, ao mesmo tempo, pelo anticomunismo e pelo nacionalismo em relação aos EUA, em plena Guerra Fria. Afinal, como um regime que rejeita o neutralismo e opta pelo alinhamento com Washington, com base na oposição comum ao comunismo, adotando uma política de repressão feroz à oposição interna, ao mesmo tempo começa a revelar sinais cada vez mais inequívocos de independência face ao Governo norte-americano, demonstrando, assim, na definição de Moniz Bandeira, uma “rivalidade emergente” entre os dois países?²⁷

Na realidade, tal posição da Diplomacia brasileira durante o regime militar não demonstra contradição alguma, mas, sim, uma complementaridade perfeitamente lógica. A atitude anticomunista dos militares não correspondia, como vimos, a nenhuma subordinação do Brasil aos objetivos dos EUA, mas, antes, a uma necessidade política interna, qual seja a contenção da “subversão comunista” e a manutenção da ordem. Nesse sentido, o rompimento de relações com Cuba levado a efeito pelo Governo Castello Branco visaram, acima de tudo, ao interesse da segurança nacional, sendo a decisão de alinhar o país

com os EUA na Guerra Fria instrumentalizada a serviço desse propósito. A rejeição da Política Externa Independente de Quadros-Goulart não representou, assim, rejeição do nacionalismo, mas do perigo comunizante subjacente àquela orientação de política exterior, vista como um Cavalo de Troia para a infiltração de ideias esquerdistas e subversivas. Em outras palavras, a PEI fora rejeitada não porque fosse nacionalista ou se opusesse aos desígnios dos EUA com relação a Cuba, mas porque, como afirma Castello Branco em seu discurso anteriormente citado, o nacionalismo se havia deturpado “a ponto de se tornar opção disfarçada em favor dos sistemas socialistas”. Assim, o ano de 1967 aparece como um marco na evolução da política externa do regime militar, uma vez que, a partir de então, a transição da política externa brasileira no sentido de um afastamento progressivo das posições norte-americanas se revelaria cada vez mais nítida.

Durante os governos militares seguintes, essa postura independente e nacionalista da política externa brasileira só fez reforçar-se, à medida que aumentavam os pontos de divergência entre o Brasil e o Governo dos EUA. Ao mesmo tempo, no plano interno, a repressão política era intensificada, e o reatamento com Cuba se mostrava cada vez mais distante. Sendo anticomunista, a política externa do regime militar brasileiro nem por isso deixaria de ser independente.

3.3. O Governo Médici e a consolidação do regime militar no Brasil (1969-1974)

3.3.1. O nacionalismo militar

Durante o período em que o general Emílio Médici ocupou a presidência da República, a repressão interna atingiu seu ponto máximo durante o regime militar, assim como os índices de desenvolvimento econômico, que alcançaram níveis sem precedentes na história do Brasil. Foram os anos do “milagre” brasileiro, sintetizado em projetos de grande impacto publicitário e em slogans ufanistas, enquanto se fechou completamente, por meio da censura e da legislação de exceção, qualquer canal legal que permitisse a oposição pacífica ao regime. Com a consolidação do poder militar, o país seguiu embalado pelo projeto de “Brasil Potência”, que nada nem ninguém poderia segurar, como pareceu demonstrar de forma eloquente a conquista do tricampeonato mundial de futebol no México em 1970.²⁸

O desenvolvimento acelerado da economia, puxado pela política governamental de intervencionismo estatal e de capitalismo associado às multinacionais, expressou-se na adoção de uma política externa orientada pela idéia do “Brasil-Grande”, em busca da autossuficiência. Seguindo uma linha de continuidade em relação à “diplomacia da prosperidade” do Governo Costa e Silva, o Itamaraty, sob a chefia do Chanceler Mário Gibson Barboza, pautou sua atuação diplomática no sentido de ampliar os mercados internacionais para os produtos brasileiros, realizando acordos bilaterais com países da América Latina, Europa Ocidental, Oriente Médio, África e Ásia, de modo a aumentar as oportunidades para o comércio brasileiro e a presença do Brasil em órgãos multilaterais como a ONU e a OEA.²⁹ Levou-se adiante, assim, uma política exterior orientada sob a égide da visão do grupo militar-tecnocrático no poder, inspirada no binômio “segurança e desenvolvimento”.

No que diz respeito aos EUA, as relações entre Brasília e Washington mantiveram-se cordiais, buscando-se a ampliação dos laços bilaterais em áreas como a segurança hemisférica, malgrado o malogro dos esforços brasileiros no sentido da aprovação da Convenção sobre o Terrorismo.³⁰ Por ocasião da visita do presidente Médici aos EUA, esses laços seriam reforçados, levando o presidente norte-americano Richard M. Nixon (1969-1974) a pronunciar uma frase que se tornou famosa (“para onde for o Brasil, irá a América Latina”), interpretada pelos demais Estados latino-americanos como um reconhecimento tácito por parte dos EUA da emergência do Brasil como potência regional hegemônica, o que gerou apreensão entre os governos vizinhos.

O estreitamento dos vínculos políticos com Washington e o claro apoio do Governo Nixon a regimes ditatoriais anticomunistas na América Latina não impediram, contudo, o surgimento de zonas de atrito e de divergências entre Brasil e EUA, das quais a mais importante foi sem dúvida a questão do mar territorial de 200 milhas. O Governo norte-americano adotou ponto de vista contrário à reivindicação do Governo Médici de ampliação da fronteira marítima brasileira, que era de 12 milhas, por motivos estratégicos e econômicos, o que gerou um certo atrito entre os dois governos, com a apreensão de diversos navios de pesca estrangeiros pela Marinha do Brasil. Tal questão, que foi amplamente explorada pelo Governo brasileiro com fins de propaganda nacionalista, seria finalmente resolvida com a decretação das 200 milhas como limite marítimo (Decreto-Lei n.º 1.098, de 25 de março de

1970) pelo Governo Médici, revelando a ascensão de um forte sentimento nacionalista por parte dos militares no poder.³¹

No âmbito das relações interamericanas, essa busca do Governo Médici por maior autonomia nas relações internacionais, como resultado do crescimento econômico, coincidiu com o surgimento de governos militares nacionalistas na América Latina, como o de Velasco Alvarado no Peru (1968-1975) e o de Juan J. Torres na Bolívia (1970-1971). Esses governos, que desenvolviam uma atuação externa independente e não alinhada, pareceram mostrar a setores da esquerda latino-americana, em especial ao Governo de Cuba, um caminho novo de resistência à hegemonia norte-americana no continente, levando, após o fracasso do foquismo, à aproximação entre os militares peruanos e bolivianos e o regime de Fidel Castro no início dos anos 70.³² O Governo brasileiro, embora adotasse uma política externa que tinha alguns pontos em comum com a dos governos do Peru e da Bolívia, viu na aproximação entre tais governos e Havana o perigo de subversão ideológica comunista na América do Sul, sobretudo por razões geopolíticas. Essa impressão foi aumentada depois da eleição do Governo socialista de Salvador Allende no Chile em 1970 e com o retorno de Juan D. Perón à Argentina em 1973.

A resposta do Governo militar brasileiro ao que lhe parecia ser uma ameaça subversiva crescente em suas fronteiras meridionais veio na forma daquilo que a imprensa batizou de “diplomacia militar secreta”. Esta ficaria evidenciada nos planos de intervenção militar no Uruguai em caso de vitória da esquerda nas eleições de 1971 e, principalmente, no golpe militar que derrubou o Governo Allende no Chile, em 11 de setembro de 1973, o qual contou com o apoio ostensivo do representante diplomático do Brasil em Santiago.³³ O objetivo de impedir uma “segunda Cuba” na América do Sul, verdadeira obsessão após 1959, continuava a nortear a política exterior do regime militar brasileiro, conjugando-se à afirmação dos interesses nacionais.

3.3.2. O apoio de Cuba às guerrilhas

Com Brasil e Cuba colocados em campos opostos na Guerra Fria e o início da luta armada contra o regime militar instalado em 1964, o Governo de Havana continuou a influir indiretamente na política interna brasileira, mediante o apoio material às organizações radicais de esquerda que pegaram em armas, sobretudo após 1968, para derrubar os militares do poder.

O apoio de Cuba a movimentos guerrilheiros é um dos temas mais controversos da história latino-americana na segunda metade do século XX. Em seus discursos e entrevistas, Fidel Castro sempre negou veementemente que o Governo cubano tivesse “exportado” a revolução,³⁴ e somente há pouco o tema começou a ser estudado mais a fundo por historiadores. Buscaremos aqui, em linhas gerais, descrever o panorama histórico em que se realizou esse apoio, como ele se materializou, e qual a reação da Chancelaria brasileira ao desafio representado pela luta armada de inspiração castrista.

Em um livro já clássico sobre a luta armada no Brasil nos anos 60 e 70, o historiador marxista Jacob Gorender descreve a influência da teoria cubana do foco guerrilheiro sobre a esquerda brasileira. Essa teoria, nascida com a vitória da Revolução Cubana, e exposta em livros como *A Guerra de Guerrilhas*, de Che Guevara, e *Revolução na Revolução?*, de Régis Debray, tinha como postulado básico a ideia de que as condições objetivas para a revolução nos países subdesenvolvidos poderiam ser criadas pela ação armada de um pequeno grupo de combatentes determinados. Caberia à vanguarda revolucionária (o “pequeno motor”) criar essas condições, acionando as massas (o “grande motor”) para desencadear a revolução. Esta era vista como continental e diretamente socialista, pois as burguesias nacionais, débeis e temerosas do avanço das massas populares, eram incapazes de levar adiante o processo revolucionário (o apoio de setores da burguesia cubana, assim como uma certa leniência do Governo dos EUA para com os rebeldes de Fidel Castro, constituía uma excepcionalidade histórica irrepetível). O instrumento para alcançar esse objetivo era a guerra de guerrilhas, elevada à condição de “forma absoluta de ação revolucionária”. Em outras palavras, um pequeno grupo de combatentes, com apoio da população local, poderia, a partir do campo, deflagrar um processo insurrecional por meio da luta guerrilheira, tal como supostamente ocorrera em Cuba. Desse modo, a teoria do foco rompia abertamente com várias premissas marxistas ortodoxas, defendidas pelos PCs fiéis a Moscou, afirmando a primazia do fator militar – o foco – sobre o fator político – o partido (de início, a tese foquista afirmava a inviabilidade de sua aplicação em países sob regimes constitucionais; posteriormente, porém, o próprio Guevara retirou a ressalva). Segundo Gorender, a opção por regiões de selva ou montanha para a implantação do foco guerrilheiro traduzia um “frágil geografismo”, que se refletia na afirmação de Régis Debray acerca da impossibilidade da revolução ser vitoriosa nas cidades, consideradas pelo filósofo francês como “o túmulo da revolução”.³⁵

A teoria do foco guerrilheiro exerceu profunda influência sobre os setores radicais de esquerda, que viram nela o caminho para a tomada do poder em vários países da América Latina, tanto os submetidos a regimes ditatoriais como a governos constitucionais. Foi nesse contexto, juntamente com o cerco imposto à ilha pelos EUA a partir de 1961, que surgiu a ideia de Cuba “exportar a revolução”. Segundo Denise Rollemberg, autora de um estudo sobre o apoio do regime de Havana à luta armada no Brasil, a ideia de “exportar a revolução” correspondia a uma necessidade estratégica do regime cubano:

Desde a crise dos mísseis e a definição do governo cubano como socialista, em 1961, a questão da exportação da revolução para os países latino-americanos se colocou na ordem do dia, como condição para sobrevivência e consolidação da revolução em Cuba. Nesse momento, os revolucionários passaram a contar a história da vitória de tal maneira que construíram um dos maiores mitos da esquerda latino-americana dos anos 1960: o do foco guerrilheiro. A revolução teria se desencadeado e tornara-se vitoriosa a partir de uma vanguarda de guerrilheiros capazes de subverter a ordem e reorientar os rumos do país. No processo de construção da memória da revolução, ainda no calor dos acontecimentos, pouca ênfase foi dada à conjuntura, pela qual o clima de descontentamento e revolta contra a ordem estabelecida havia levado à mobilização e à organização da sociedade. Quando os revolucionários desembarcaram em Cuba, um episódio tantas vezes narrado como um quadro épico, não estavam sozinhos. Ao contrário, encontravam uma situação plenamente favorável à sublevação. [...] O fato é que essa versão serviu como uma luva para movimentos revolucionários dos chamados países do Terceiro Mundo, em especial para os da América Latina, que não contavam com a participação social na luta revolucionária ou o faziam com limites e contradições.³⁶

Essa análise está em sintonia com a de Jacob Gorender, que atribui a grande influência que teve a tese foquista ao mito revolucionário criado pelo castrismo visando à sua própria legitimação política após a Revolução em Cuba. Na opinião de Gorender:

O foquismo se origina num dos mais interessantes mitos do movimento revolucionário mundial. O mito de que a Revolução Cubana chegou

à vitória pelo poder mágico de doze ou dezessete sobreviventes da expedição do Granma, iniciadores da luta na Sierra Maestra a partir do zero.

Trata-se de um mito, pois:

Não há começo a partir do nada, exceto o que os crentes atribuem a Deus na teologia judaico-cristã. O pequeno grupo comandado por Fidel Castro em nenhum aspecto corresponde à idéia do foco. Desde o primeiro momento, foi reconhecido pelos camponeses e neles encontrou simpatia e ajuda. Tanto que pôde travar as primeiras escaramuças apenas um mês depois da chegada a Sierra Maestra. Quatro meses mais, enfrentava vitoriosamente um combate de grande envergadura. É que, desde antes, o grande motor – as massas – já estava em funcionamento”.³⁷

Em outras palavras, na opinião de Gorender, a vitória da revolução em Cuba não foi o resultado da ação de um punhado de homens, mas de um amplo movimento de massas, logo “esquecido” após a subida de Fidel Castro ao poder. Se não fosse tal movimento popular, certamente os guerrilheiros não teriam triunfado: “A luta guerrilheira cubana ficaria indefinidamente confinada ou seria esmagada, se já não encontrasse a campanha nacional à qual a guerrilha se associou e da qual terminou ganhando a direção. [...] Por conseguinte, nem mesmo o caso de Cuba se ajusta à teoria do foco”.³⁸ Criado o mito, tratava-se agora de colocá-lo em prática.

Oportunidades não faltariam. Já em abril de 1959, pouco depois da vitória do M-26-7, uma expedição de revolucionários partiu de Cuba e desembarcou no Panamá, onde pretendia deflagrar uma revolta contra o Governo local.³⁹ A esse respeito, comentando as declarações de Che Guevara a um programa de televisão cubano em 28 de abril de 1959, o encarregado de negócios brasileiro em Havana informou à Secretaria de Estado das Relações Exteriores que o Comandante cubano-argentino, “figura grandemente discutida e apontado como agente do comunismo internacional” emitiu o seguinte juízo: “Sobre a invasão do Panamá, disse que embora os membros da expedição fossem cubanos, não tinha havido autorização para sua saída e que, ‘somos exportadores de democracia mas achamos que cada povo deve fazer sua própria revolução’”.⁴⁰ Entre abril e julho, outras expedições partiram

do território de Cuba para derrubar os governos da República Dominicana, Nicarágua e Haiti.⁴¹ Tais fatos colocaram o Governo cubano em uma posição difícil perante os demais países latino-americanos, e por conseguinte também a Chancelaria brasileira, pois confirmavam as acusações do Governo norte-americano de que Cuba estava intervindo em assuntos dos países vizinhos. Com isso, lembra Moniz Bandeira, “a posição moral e política do governo revolucionário tornou-se, internacionalmente, bastante vulnerável, na medida em que ele desrespeitara o princípio de não intervenção nos assuntos internos de outros estados, enquanto exigia dos EUA respeito à sua soberania nacional”.⁴²

No campo das relações internacionais, a ideia de “*converter los Andes en la Sierra Maestra del continente*”,⁴³ defendida por Fidel Castro, expressou-se na realização da Conferência Tricontinental de Havana, em 13 de janeiro de 1966, da qual resultou a criação da Organização de Solidariedade aos Povos da África, Ásia e América Latina (OSPAAAL).⁴⁴ Devido a divergências em torno da liderança dos países não alinhados, contudo, tal organização acabou não vingando. Mais tarde, de 31 de julho a 10 de agosto de 1967, realizou-se na capital cubana a primeira conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), espécie de “internacional revolucionária” concebida como uma forma de congregar as organizações esquerdistas do continente.⁴⁵ Segundo Elio Gaspari, “Fidel sonhava com uma revolução continental que transformasse os Andes numa Sierra Maestra. Pensava assim porque esse era seu desejo, mas também sua conveniência. Hostilizado pelo governo americano, temia ser derrubado por uma invasão da ilha e acreditava que ‘os Estados Unidos não poderão nos atacar se o resto da América Latina estiver em chamas’”.⁴⁶

Desde o momento em que os guerrilheiros comandados por Fidel Castro entraram em Havana, em 2 de janeiro de 1959, o destino da Revolução Cubana esteve intrinsecamente ligado ao do restante do continente americano. Tal fato resultou da própria radicalização do processo revolucionário cubano, mas também da realidade da Guerra Fria. Sobretudo após a invasão da Baía dos Porcos, em abril de 1961, a defesa do regime contra agressões externas por parte dos exilados anticastistas apoiados pelos EUA colocou-se na ordem do dia, levando à ideia de “exportar” a revolução para outros países. Por outro lado, o desfecho da Crise dos Mísseis (outubro de 1962) – desfecho este que não foi nada apreciado por Fidel Castro, que viu como uma “traição” a decisão de Krushev de retirar os IRBM e MRBM de Cuba sem consultá-

lo – demonstrara, aos olhos de dirigentes como “Che” Guevara, que o papel da URSS como principal farol da revolução comunista mundial havia chegado ao fim. Nada impediria, começaram a pensar os cubanos, que, uma vez deflagrada uma nova crise, ante o temor de uma conflagração nuclear, Moscou resolvesse sacrificar Cuba como “moeda de troca” no altar da coexistência pacífica com Washington. Diante disso, a orientação da liderança soviética pareceu aos líderes cubanos mais exaltados como uma demonstração tácita de fraqueza ou de cumplicidade com o “imperialismo ianque” e, por conseguinte, como a renúncia à via revolucionária socialista. O único caminho que restara aos revolucionários no início dos anos 60 era, portanto, o da luta armada contra o imperialismo norte-americano, o que se expressaria, nas condições de isolamento diplomático de Cuba nas Américas, no incentivo a movimentos guerrilheiros de extrema esquerda ou nacionalistas, contra os governos identificados com os objetivos políticos da Casa Branca. Desse modo, a ilha do Caribe passaria a desempenhar no cenário internacional, ao longo dos anos 60 e 70, um papel totalmente desproporcional a seus recursos. Para sobreviver, a Revolução Cubana, como o rum e os charutos da ilha, transformara-se em produto de exportação.

Em termos práticos, a decisão cubana de apoiar movimentos revolucionários traduziu-se principalmente no treinamento de guerrilheiros latino-americanos em Cuba, dentre os quais vários brasileiros.⁴⁷ A partir de então, em meio a uma conjuntura internacional marcada pela acomodação da *détente* entre EUA e URSS e pela instauração de ditaduras militares de direita em vários países da América Latina, cresceu bastante o apelo do foquismo cubano entre os grupos mais radicais de esquerda, que viam na ruptura de Fidel Castro com o burocratismo soviético o caminho mais curto para a revolução.⁴⁸ A participação direta do Governo cubano no projeto de revolução continental latino-americana ficou evidenciada quando da prisão e execução de “Che” Guevara na Bolívia, à frente de um grupo que incluía vários cubanos, em 8 de outubro de 1967.⁴⁹

Embora Guevara admitisse que a guerrilha era inviável em países que tinham alcançado um alto nível de industrialização e de urbanização, o Governo cubano patrocinou tentativas de implantação de focos revolucionários no Brasil em três momentos distintos. No primeiro momento, anterior ao golpe de 1964, o regime cubano elegeu como seu principal interlocutor as Ligas Camponesas de Francisco Julião. Havana forneceu treinamento militar em Cuba e ajuda financeira para a implantação de um acampamento guerrilheiro

em Dianópolis (GO), projeto que foi abandonado devido à descoberta, em 27 de novembro de 1962, dos planos subversivos na mala de um agente cubano morto na queda de um avião comercial próximo a Lima, Peru.⁵⁰ Segundo Denise Rollemberg, 12 militantes das Ligas fizeram treinamento guerrilheiro em Cuba antes de 1964.⁵¹ Mais tarde, seria revelado que o projeto guerrilheiro das Ligas Camponesas era, na verdade, anterior ao próprio triunfo de Fidel Castro em Cuba: conforme divulgou o jornalista Geneton Moraes Neto, já em 1957 Julião pedira mil metralhadoras ao Governo da URSS para armar os camponeses da zona da mata pernambucana.⁵²

No segundo momento, já após a queda de Goulart, Fidel Castro aliou-se ao grupo de exilados brasileiros articulados no Uruguai em torno do ex-governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola, constituído principalmente de marinheiros e militares cassados, que formaram em 1965-66 o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). Embora fizesse algumas ressalvas à tática guerrilheira, o ex-governador gaúcho deixou-se influenciar bastante pelo modelo revolucionário cubano, segundo depoimento de Theotônio dos Santos: “Brizola estava muito mais inspirado na Revolução Cubana do que numa perspectiva nacional-democrática”. A ajuda cubana novamente se fez na forma de auxílio financeiro, sendo encerrada após a prisão de um grupo de 14 militantes do MNR que pretendiam deflagrar um movimento guerrilheiro na Serra de Caparaó, na divisa dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, em abril de 1967.⁵³ Outra organização com a qual Havana buscou uma aliança foi a maoísta Ação Popular (AP).⁵⁴ Segundo depoimento do ex-militante Herbert José de Souza (“Betinho”), o Governo cubano enviou 20 mil dólares aos membros da organização que, por divergências ideológicas com o regime castrista, e para espanto dos seus financiadores cubanos, resolveu devolver o dinheiro a Havana.⁵⁵

A aposta seguinte de Cuba recaiu sobre o dirigente comunista e ex-deputado federal constituinte em 1946 Carlos Mariguella. Único membro do Comitê Central do PCB a resistir à prisão em 1964, ocasião em que foi ferido à bala dentro de um cinema no Rio de Janeiro, expulso do partido por ter participado clandestinamente da Conferência da OLAS em Havana, Mariguella fundara, em fins de 1967, a Ação Libertadora Nacional (ALN), que desencadeou a partir de 1968 o processo de guerrilha urbana no Brasil, até ser aniquilada pela repressão governamental em 1973.⁵⁶ Entre setembro de 1967 e julho de 1971, quatro grupos de militantes da ALN (chamados cada um, exageradamente, de “exércitos”) foram enviados para treinamento

de guerrilha em Cuba, via Moscou, Praga ou Roma.⁵⁷ Além do treinamento, Cuba ofereceu ajuda em dinheiro à ALN. A instrução militar aos brasileiros era dada por agentes do Departamento América do serviço secreto cubano (División General de Inteligência, DGI), tendo como principal articulador o Ministro do Interior, Manuel Piñeiro Losada.⁵⁸ No total, foram 90 os militantes da ALN treinados em Cuba.⁵⁹

Outros grupos que receberam apoio material de Havana, na forma de treinamento guerrilheiro, foram a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), do ex-capitão do Exército Carlos Lamarca, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e o chamado Grupo da Ilha, também conhecido como Grupo dos 28 ou Grupo Primavera. Este último se originou de uma cisão da ALN, composta dos membros do chamado “3º Exército” enviado para treinar em Cuba. Criticando o que consideravam o militarismo excessivo da ALN, estes voltaram ao Brasil no final de 1970 e se uniram aos dissidentes da organização em São Paulo para formar o Movimento de Libertação Popular (MOLIPO). Após enveredar pelo mesmo caminho militarista exacerbado que criticara na ALN, o grupo foi exterminado pela repressão nos primeiros meses de 1971.⁶⁰

Sobre o treinamento guerrilheiro, afirma Denise Rollemberg: “Mário Japa, codinome de Shizuo Ozawa, da VPR, lembra o *status* que dava ir treinar em Cuba: ‘Todo mundo queria ir. Era quase um batismo de fogo: tinha que participar de uma ação militar e tinha que ir treinar em Cuba’”.⁶¹

Além da ajuda material e do treinamento, o apoio cubano às guerrilhas brasileiras refletiu-se também na insólita proposta do general Arnaldo Ochoa Sanchez, em junho de 1973, de enviar um grupo de cerca de 100 combatentes cubanos, “bem treinados e com todo o armamento disponível”, que entraria no Brasil de barco pelo rio Amazonas: “A idéia era se instalar na selva amazônica, em seguida, montar depósitos de armas, abrigos, recuos da guerrilha e, em fase posterior, começar as ações de guerrilha no campo”.⁶² Concebido em um momento de descenso geral da luta armada no Brasil, quando as organizações armadas de esquerda já estavam praticamente aniquiladas, e sofrendo a oposição dos militantes brasileiros que não admitiam interferência externa no processo revolucionário que desejavam deflagrar, o plano foi abandonado.⁶³ Caso tivesse sido implementado, caracterizaria uma intervenção cubana direta no Brasil.

Diante da intensificação das ações terroristas nas principais cidades brasileiras, principalmente seqüestros de diplomatas estrangeiros, o Governo

brasileiro reagiu, por meio de sua Chancelaria, realizando gestões junto aos foros internacionais para a adoção de medidas legais contra o terrorismo em âmbito mundial. Já no início de seu discurso à 25ª Assembléia Geral da ONU, em 1970, logo após referir-se à Reforma da Carta da OEA realizada pelo Protocolo de Buenos Aires em 1967 e à I Sessão Especial da Assembleia Geral da OEA em 1970, o Chanceler Mário Gibson Barboza referiu-se à ameaça das ações terroristas:

*Atualizando seus mecanismos de cooperação, os países do Hemisfério Ocidental reafirmam seu desejo de ampliar a ação comum pelo desenvolvimento e pela justiça. Fazem-no quando grupos extremamente minoritários, que seguem orientação alheia ou a ela obedecem, tentam, em vão, pelo terrorismo, perturbar o progresso de seus povos. Ações irracionais, como o seqüestro de aeronaves, assaltos e atentados à mão armada, aprisionamento de reféns inocentes, particularmente agentes diplomáticos, assassinatos bárbaros e covardes, são crimes que a opinião mundial repele e condena veementemente e que a Organização dos Estados Americanos já classificou como delitos comuns e, mesmo, de lesa-humanidade. Fazendo-se eco desse pensamento, a primeira Sessão Especial da Assembléia Geral da OEA reafirmou sua mais enfática repulsa a tais métodos de violência e terror.*⁶⁴

A fim de enfrentar o problema, o Chanceler brasileiro intensificou seus esforços no sentido de aprovar uma Convenção internacional contra o terrorismo. A ocasião surgiu quando da convocação da Assembleia Geral da OEA em Washington, de 25 de junho a 8 de julho de 1970, que teve a questão do terrorismo como o item principal de sua agenda. A questão mostrava-se de extrema relevância, visto a onda de terrorismo que assolava a América Latina, principalmente na forma de seqüestros diplomáticos, que no Brasil ameaçavam converter-se em prática rotineira.⁶⁵ Nessa reunião, a primeira a ser realizada depois da reforma da Carta da OEA, foi aprovada, por 22 votos e uma abstenção (a do Chile, mais tarde modificada em favor da aprovação), uma resolução condenando energicamente os atos de terrorismo como “graves delitos comuns caracterizados por flagrante violação dos mais elementares princípios de segurança do indivíduo e da coletividade, ao mesmo tempo que atentados contra a liberdade e a dignidade da pessoa

humana”, e recomendando “aos Estados membros que não o houvessem feito adotar as medidas que julgassem oportunas, no exercício de sua soberania, para prevenir e sancionar este gênero de delitos, tipificando-os em sua legislação”. Após a elaboração do projeto de resolução pelo Comitê Jurídico Interamericano, convocou-se uma reunião extraordinária da Assembleia Geral da OEA, realizada entre 25 de janeiro e 2 de fevereiro de 1971. Nessa segunda reunião, classificada como “extremamente frustrante” pelo Chanceler Gibson Barboza, levantaram-se várias objeções ao projeto original, que foi considerado atentatório às liberdades e direitos individuais. Após uma série de *démarches* e fórmulas conciliatórias, aprovou-se um projeto de convenção muito mais restrito e diferente da convenção elaborada pelo Comitê Jurídico Interamericano, o qual limitava o crime de seqüestro “a pessoas a quem o Estado devia proteção especial” e mantinha o direito de asilo para quem praticasse atos terroristas. Inconformado e frustrado com o que lhe pareceu ser uma “farsa”, o representante brasileiro na Assembleia Geral da OEA, Chanceler Mário Gibson Barboza, retirou-se da reunião, abandonando-a juntamente com os representantes de Argentina, Equador, Guatemala, Haiti e Paraguai.⁶⁶ Esvaziado o encontro, a convenção acabou não sendo ratificada por nenhum Estado e terminou caindo no esquecimento, para grande desapontamento do representante brasileiro.

Embora Fidel Castro sempre tenha rejeitado a acusação de que seu Governo “exportava revolução”, pois, como sempre fez questão de ressaltar, “revoluções não se exportam”,⁶⁷ a verdade é que Cuba deu apoio ideológico e material, em forma de treinamento, dinheiro, armas e, em alguns casos, homens, a movimentos revolucionários armados nos anos 60 e 70 em vários países da América Latina, entre eles o Brasil. Esse apoio, aliás, estava previsto implicitamente na própria idéia do foco guerrilheiro, defendida por “Che” Guevara e Régis Debray: uma vez que cabia ao “pequeno motor”, a vanguarda revolucionária, deflagrar a rebelião, vindo de fora das massas, não havia por que não admitir uma interferência externa no processo insurrecional de cada país. E, sendo a revolução essencialmente continental e internacionalista, como dizia Guevara, não havia motivo para que os revolucionários limitassem sua atuação às fronteiras nacionais. A morte de “Che” Guevara nas selvas da Bolívia, em 1967, desmentiu veementemente as declarações de Fidel Castro, enterrando qualquer dúvida que ainda houvesse sobre o projeto castrista de “exportar a revolução” para a América Latina. No final, este se mostrou um fracasso completo.



IV - Anos de Degelo: O Processo de Reaproximação Brasil-Cuba (1974-1986)

4.1. O Governo Geisel e o Pragmatismo Responsável (1974-1979)

4.1.1. Distensão interna e universalismo

Com a posse do General Ernesto Geisel na presidência da República, em 15 de março de 1974, teve início uma nova fase da História diplomática do Brasil. Tendo Francisco Antônio Azeredo da Silveira como Ministro das Relações Exteriores, o Governo Geisel implementou uma política externa fortemente marcada pelo universalismo e por uma linha de independência que até hoje influencia a atuação do Itamaraty. Surgiram divergências com os EUA em áreas importantes, como direitos humanos, política nuclear e transferência de tecnologias sensíveis, que ameaçaram abalar as relações entre os dois países e sinalizaram um novo *approach* brasileiro em relações internacionais.¹

A emergência da rivalidade entre EUA e Brasil, como observa Moniz Bandeira, resultou de mudanças substanciais ocorridas na conjuntura internacional no início da década de 70. Com efeito, esse período foi marcado pelo primeiro choque do petróleo em 1973 e pelo arrefecimento da liderança norte-americana na região após a derrota no Vietnã e a renúncia do presidente Nixon em decorrência do escândalo de Watergate, em 1974.² Chegava ao fim o que um historiador britânico chamou de a “Era de Ouro” dos anos pós-

Segunda Guerra, e começavam os anos sombrios da “Era da Desintegração”.³ No terreno das relações entre as grandes potências, tinha início a chamada Diplomacia triangular, com a política de *détente* entre EUA e URSS – iniciada após a Crise dos Mísseis em Cuba, em 1962 – atingindo seu auge mediante a assinatura dos Acordos SALT e o reconhecimento, por Washington, da República Popular da China em 1972.⁴ Tais fatores influenciaram decisivamente a orientação diplomática do Governo Geisel, que se caracterizou por uma postura universalista e ecumênica, calcada no nacionalismo, levando a uma retomada dos pressupostos básicos da Política Externa Independente do período pré-1964.⁵

Em termos concretos, a política exterior levada a efeito por Geisel e Azeredo da Silveira, que seria batizada de Pragmatismo Responsável, expressou-se em atitudes como o voto brasileiro na Assembleia Geral da ONU favorável à condenação do sionismo do Estado de Israel como uma forma de racismo (1974), o reconhecimento das independências das colônias portuguesas da África (1974-5), o estabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China (1974), a assinatura do Acordo Nuclear com a República Federal da Alemanha (1975) e a denúncia do Acordo Militar com os EUA, vigente desde 1952 (1977).⁶ A Diplomacia brasileira buscou uma maior aproximação com os países da África e do mundo árabe, visando à diversificação de seus parceiros comerciais e à maior inserção do país no sistema internacional, através de uma retórica próxima do terceiromundismo, refletida na condenação ao regime do *apartheid* da África do Sul e no apoio brasileiro às aspirações de soberania do povo palestino, entre outras atitudes.⁷

Em que pese a adoção de novas posturas em questões como o colonialismo português na África, a política de afirmação dos interesses nacionais brasileiros no contexto internacional seguiu uma linha de coerência em relação aos governos militares anteriores, articulando-se, no plano interno, com o processo de distensão política “lenta, gradual e segura” iniciado por Geisel em 1974.⁸ Era necessário adequar a conduta internacional do Brasil à nova conjuntura econômica. A crise do petróleo desencadeou o declínio do modelo de desenvolvimento econômico do regime militar, levando ao fim do “milagre” brasileiro dos anos Médici e ao início da crise econômica que se prolongaria durante os anos 70 e 80, na forma de crescimento do endividamento externo e de inflação, em virtude da decisão do Governo de manter o ritmo acelerado de crescimento econômico a qualquer custo através do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Daí a necessidade de

uma política externa distanciada dos alinhamentos automáticos da Guerra Fria e voltada para os países do Terceiro Mundo, mediante a qual o Brasil buscou romper os laços de dependência estrutural aos países desenvolvidos, demonstrados pela crise do “milagre”. Ao mesmo tempo, porém, o Governo Geisel fez questão de desvincular a posição internacional do Brasil de qualquer simpatia ideológica com os países socialistas, tal como o fizeram Jânio Quadros e San Tiago Dantas no que concernia à Política Externa Independente, reafirmando a identificação do país com o mundo ocidental contra o comunismo.⁹ A política externa do Governo Geisel definia-se, assim, como *pragmática*, porque buscava manter relações com países independentemente de seu matiz ideológico, e *responsável*, porque não descuidava do compromisso básico com os valores do Ocidente.

Apesar dessa postura universalista e ecumênica da política exterior brasileira, no tocante a Cuba não houve qualquer alteração. Isso estava em clara contradição com o surgimento de posições convergentes entre as representações dos dois países em vários foros multilaterais, mormente no que dizia respeito ao comércio internacional. Brasil e Cuba adotaram pontos de vista semelhantes e votaram a favor das mesmas propostas em diversas reuniões internacionais, em especial no que tange à defesa dos preços do açúcar, do qual ambos os países eram os maiores produtores mundiais. Todavia, devido ao fato de as relações entre Brasília e Havana estarem rompidas desde 1964, não era possível uma articulação bilateral em torno de interesses comuns. O resultado era que, em diversas reuniões internacionais, Brasil e Cuba muitas vezes estiveram do mesmo lado, defendendo as mesmas propostas, mas os diplomatas brasileiros eram instruídos a evitar sequer o contato físico com seus colegas cubanos.¹⁰ Essa situação continuou inalterável, mesmo após a decisão da OEA, em 29 de julho de 1975, de levantar as sanções decretadas contra Cuba em 1964, em cuja votação o Brasil, sinalizando a mudança de orientação da política externa brasileira no sentido de uma abertura para a ilha, preferiu abster-se.¹¹

A manutenção da atitude da Chancelaria brasileira em relação a Cuba explica-se principalmente em termos de política interna: a decisão de não reatar relações diplomáticas com Havana visou a não prejudicar o processo de abertura política, uma vez que poderia provocar reações desfavoráveis dos setores da “linha dura” que, embora afastados do poder desde o fim do Governo Médici, mantinham-se ativos.¹² Além disso, as organizações armadas de inspiração castrista somente há pouco haviam sido debeladas e o espectro

da revolução socialista continuava rondando as casernas, o que levou à manutenção, embora em escala reduzida, das operações repressivas. Logo, assim como em 1964, fatores domésticos foram determinantes na política do regime militar em relação a Cuba: apesar de não existirem relações formais entre Brasília e Havana, esta última continuava a influir nos destinos da política brasileira, mesmo por vias indiretas. Ademais, no plano externo, o início de uma distensão entre Cuba e o Governo norte-americano do presidente Jimmy Carter (1977-1981) coincidiu com o esfriamento das relações do Brasil com os EUA. No tocante às relações com Washington, portanto, Brasil e Cuba caminhavam em direções opostas.

4.1.2. As políticas africanas de Brasília e de Havana

De todas as questões internacionais em que as políticas exteriores brasileira e cubana se mostraram convergentes, a atitude de ambas as Chancelarias no que concerne à África foi, certamente, a mais significativa. Se nas reuniões e organismos multilaterais surgiram pontos de convergência entre os objetivos dos dois países, mais especificamente nas colônias portuguesas recém-independentes Brasil e Cuba se colocaram frente à frente, no mesmo lado.

A coincidência de interesses foi possibilitada pela decisão do Governo Geisel de rever a posição tradicional brasileira em relação ao colonialismo de Portugal na África, onde o Governo de Lisboa enfrentava desde 1961 uma custosa guerra de guerrilhas em suas “províncias ultramarinas” de Angola, Moçambique e Guiné.¹³ Especialmente após a Revolução dos Cravos de 25 de abril de 1974, que pôs fim ao regime salazarista em Portugal, a independência das colônias portuguesas na África tornou-se inevitável, o que levou o Governo brasileiro a abandonar sua atitude anterior de apoio à permanência portuguesa no continente negro em favor do direito dos povos africanos à independência.¹⁴ Ademais, o interesse brasileiro nas riquezas naturais dessas colônias e na conquista de novos mercados também explica a mudança de posição de Brasília na questão. Daí porque o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, rica em petróleo e diamantes, no dia mesmo de sua proclamação (11 de novembro de 1975), não obstante o caráter marxista do partido dominante, o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), liderado por Agostinho Neto, e apoiado pela URSS e por Cuba.¹⁵ Com isso a Chancelaria brasileira sinalizava que,

acima de considerações ideológicas, estavam os interesses econômicos da nação.

Do lado do Governo cubano, desde o início dos anos 60 o regime de Fidel Castro desenvolvia uma política ativa de apoio a movimentos de libertação nacional no continente africano, como parte de sua estratégia de “internacionalização da revolução” nos demais países do Terceiro Mundo.¹⁶ “Che” Guevara lutara nas guerrilhas do Congo em 1965 e voluntários cubanos participavam, desde 1960, de movimentos revolucionários em vários países africanos.¹⁷ Derrotado o foquismo na América Latina, e com a maior aproximação entre Cuba e Moscou após 1968, o regime cubano resolveu optar pela intervenção direta nos países da África, agindo como instrumento da política externa soviética.¹⁸ Como parte dessa nova estratégia de Havana, tropas cubanas foram enviadas no final de 1975 para combater ao lado do Governo socialista do MPLA em Angola, contra as forças anti-marxistas apoiadas pelos EUA e pela África do Sul da Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA) de Holden Roberto, e da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) de Jonas Savimbi.¹⁹ Em 1977, a presença cubana na África foi ampliada com o envio de soldados para combater ao lado do Governo pró-soviético de Mengistu Hailé Marian na Etiópia.²⁰ Assim, ao ser declarada a independência de Angola e das demais possessões portuguesas, Brasil e Cuba defendiam posições semelhantes, chocando-se com os interesses dos EUA e da África do Sul: o Brasil, entre outras razões, por causa do petróleo angolano; Cuba, por razões pragmáticas e ideológicas.

A convergência estratégica entre os governos brasileiro e cubano na África Austral, a partir da segunda metade da década de 70, combinada com a distensão política interna no Brasil, ajudou a criar as condições para a reaproximação bilateral entre Brasília e Havana, intensificada no Governo militar seguinte e concretizada após a restauração do regime democrático.

4.2. O Governo Figueiredo e a redemocratização (1979-1985)

4.2.1. Os pontos de convergência

O processo de abertura política interna, iniciado no Governo Geisel, teve prosseguimento e foi acelerado durante a presidência de seu sucessor, o general João Baptista de Oliveira Figueiredo, que tomou posse em 15 de

março de 1979, tendo Ramiro Saraiva Guerreiro como Ministro das Relações Exteriores. À revogação do AI-5 em dezembro de 1978 seguiu-se em agosto de 1979 a Lei de Anistia, que permitiu o retorno de exilados como Luís Carlos Prestes, Leonel Brizola e Miguel Arraes. No mesmo ano, a reforma partidária extinguiu o bipartidarismo, abrindo o caminho para a criação de novas legendas.²¹

Ao mesmo tempo, a reorganização da sociedade civil e o abrandamento da censura governamental se refletiram nas relações internacionais do Brasil, notadamente na questão de Cuba que, por causa das sequelas da luta armada dos anos 60 e 70, tornara-se um tabu. Nesse sentido, a ideia do reatamento das relações diplomáticas entre Brasília e Havana passou a ganhar força entre os setores que se rearticulavam politicamente, sobretudo de esquerda, tornando-se uma opinião quase consensual que a manutenção do rompimento entre os dois países, em face do processo de redemocratização interna, era um anacronismo que tinha de ser superado.

À distensão política interna correspondeu a abertura para Cuba nos meios jornalísticos brasileiros. À medida que o regime se abria, e começavam a surgir sinais de restauração da preeminência civil nos negócios do Estado, cresciam as pressões da sociedade civil brasileira para o reatamento de relações com o regime cubano. Nesse momento, os contatos do Governo cubano com o Brasil se fizeram principalmente através de partidos de esquerda como o PCB, o MR-8, o PT e setores da Igreja Católica, passando a realizar-se um intenso intercâmbio de idéias e pessoas entre esses setores e Cuba. No plano cultural, o relacionamento entre os dois países adquirira, na segunda metade dos anos 70, um novo *status*, com a reaproximação cultural antecedendo em muitos anos o restabelecimento de relações formais. Sobretudo a partir da publicação, em 1976, do livro-reportagem de Fernando Moraes sobre Cuba, o interesse pelos rumos da Revolução Cubana nos meios de imprensa e intelectuais brasileiros cresceu a olhos vistos, acompanhando o abrandamento da censura aos órgãos de informação. À obra pioneira de Fernando Moraes, rompendo um cerco informativo erguido desde 1964 em torno de Cuba, seguiram-se muitas outras publicações, que atestaram o grande interesse do público brasileiro sobre o tema.²² Em 1978, a despeito das leis brasileiras que proibiam viagens a Cuba, um grupo de artistas e intelectuais brasileiros participou pela primeira vez do júri do prêmio cultural Casa de Las Américas, promovido pelo Governo cubano.²³

No plano das relações exteriores, a reaproximação Brasil-Cuba se mostrava cada vez mais lógica ante o surgimento e a ampliação de vários pontos de convergência entre as políticas externas brasileira e cubana, no decorrer da primeira metade da década de 80. Em questões como a da América Central, Brasil e Cuba adotaram posições comuns na condenação à política do presidente norte-americano Ronald Reagan (1981-1989) no sentido de sufocar o Governo sandinista da Nicarágua por meio de sanções e ações militares como o fornecimento de armas aos rebeldes “contras” que lutavam contra o regime de Manágua, instalado após a queda do ditador Anastacio Somoza em 1979.²⁴ A intervenção militar dos EUA em Granada, em outubro de 1983, para destituir o Governo esquerdista apoiado por Cuba, contou com a oposição enérgica da Chancelaria brasileira, que se conservou fiel à sua linha tradicional de defesa dos princípios de autodeterminação e de não-interferência para se opor à invasão.²⁵ Nesse e em outros posicionamentos da Diplomacia brasileira, como na reafirmação constante nos foros internacionais da condenação brasileira ao regime do *apartheid* sul-africano e do direito do povo palestino à autodeterminação, tornou-se claro que já iam longe os anos do “alinhamento automático” e dos “círculos concêntricos” entre Brasil e EUA.

Nesse íterim, a questão da dívida externa dos países em desenvolvimento constituiu também um importante fator a aproximar as posições do Brasil às de Cuba. Principalmente após a decretação da moratória pelo México, em agosto de 1982, Fidel Castro passou a insistir na tese do cancelamento da dívida dos países do Terceiro Mundo, argumentando que esta jamais poderia ser paga, opinião que encontrou eco nos meios políticos e governamentais do Brasil, cuja dívida alcançara cerca de 100 bilhões de dólares no começo dos anos 80, a mais alta do mundo. Também o posicionamento da Chancelaria brasileira no tocante à Guerra das Falklands/Malvinas em abril-junho de 1982, colocando-se a favor das reivindicações territoriais da Argentina e contra a ação militar britânica, serviu para aproximar ainda mais os pontos de vista de Brasil e de Cuba, em contraposição à atitude norte-americana de apoio a Londres. Com efeito, os pontos de convergência entre os dois governos aumentavam, à medida que a Diplomacia nacional se orientava em uma linha de continuidade em relação ao Pragmatismo Responsável do Governo Gesel e o processo de redemocratização interna, superados a resistência de setores ligados aos órgãos de informações do regime, avançava.

4.2.2. O retorno do poder civil

Com a eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral, em 15 de janeiro de 1985, e a posse, em 15 de março, do vice-presidente José Sarney na presidência da República, seguindo-se a sua confirmação no cargo em virtude do falecimento do titular em 21 de abril, completava-se o processo de restauração do poder civil. Chegava ao fim, após 21 anos, o regime militar. Isso, obviamente, conduziu à necessidade de retificação de políticas empreendidas sob a preeminência de visões militares. A superação do autoritarismo no plano interno e a afirmação da preeminência civil na ordem política implicavam a superação de certos constrangimentos na política externa herdados do regime militar.

Entre os imperativos do novo regime destacava-se, quase como uma pré-condição para a plena restauração da normalidade democrática, o reatamento de relações diplomáticas com o Governo de Cuba. Em outras palavras, reatar relações com Cuba era uma forma de virar uma página do passado, representando quase que o coroamento da transição política brasileira.²⁶

O reatamento teve um sentido simbólico, mas também pragmático. Desde meados dos anos 70, um grupo de empresários brasileiros pressionava o Governo pelo restabelecimento de relações comerciais com Cuba, enxergando na ilha um mercado potencial para seus produtos, ainda mais porque, desde 1972, Cuba era membro do CAME (Mercado Comum dos Países Socialistas).²⁷ Em 1982, três anos depois dos primeiros contatos diplomáticos entre negociadores brasileiros e cubanos, uma missão empresarial brasileira visitou Cuba.²⁸ A partir de então, os laços comerciais foram restabelecidos, preparando o caminho para o restabelecimento dos laços diplomáticos.

O Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, Secretário-Geral do Itamaraty nos anos 80 e principal negociador brasileiro no processo de reatamento de relações diplomáticas entre Brasil e Cuba, descreve em linhas gerais a conjuntura da época. Segundo ele, a decisão de reatar relações com Havana foi um gesto lógico:

[o reatamento com Cuba]... na conjuntura que o Brasil vivia naquele momento, final da década de 80 ... [correspondeu a] uma certa consciência de que o isolamento de Cuba era um ato, vamos dizer,

meio obsoleto no cenário internacional, e que o Brasil tinha que, de alguma maneira, fechar o mosaico de seus interesses.

O interesse brasileiro no reatamento é explicado, pelo Embaixador Flecha de Lima, muito mais em termos da idéia, anteriormente demonstrada, de “fechar o mosaico” das relações exteriores do Brasil, no sentido da implementação de uma política externa universalista, do que propriamente em termos de benefícios materiais que daí pudessem advir. Tratava-se de um imperativo de uma atuação diplomática que buscava livrar-se de viseiras ideológicas. Ademais, afirma o Embaixador, havia imperativos de ordem doméstica para o reatamento:

Não era que o Brasil tivesse algum interesse dramaticamente importante em jogo com Cuba. Não. Mas no conjunto de nossos interesses, fazia sentido você reatar com Cuba. E, curiosamente, o reatamento com Cuba foi muito mais um ato de política interna do que um ato de política externa.

A percepção de que se tratava de um assunto muito mais de política interna do que externa, como afirma o Embaixador, está de acordo com nossa interpretação das causas e condicionantes das relações entre Brasil e Cuba, no decorrer do período aqui estudado. Essa percepção aludida pelo Embaixador radicava no fato de que há muito Cuba não constituía mais um perigo à segurança nacional, tal como fora percebida nos anos 60 pelos militares:

Havia [a consciência de que se devia reatar com Cuba] porque... Cuba deixara de ser uma ameaça, entende? Na medida em que normalizou-se a vida política brasileira, não havia muito espaço pra eles intervirem aqui ou tentarem desestabilizar o país. E recebemos várias mensagens indiretas. Por exemplo, o Torrijos, que era o homem forte do Panamá, era muito meu amigo e ele me trouxe vários recados do Fidel, por exemplo.

Estava montado o cenário, assim, para a reaproximação entre os dois países, cujas relações haviam sido rompidas unilateralmente pelo Brasil em 13 de maio de 1964. Seria um longo caminho, desde os primeiros contatos

diplomáticos, por volta de 1979, no Panamá, até culminar, sete anos depois, na suíte Royale do Hotel Intercontinental, em Paris, com o brinde de champagne com o qual Paulo Tarso Flecha de Lima, por parte do Brasil, e o vice-ministro José Vieira Linares, de Cuba, comemoraram o fim daquilo que foi chamado de um “pesadelo diplomático” e selaram um reencontro histórico.

4.2.3. Fecha-se o mosaico

Com a chamada “Como o Brasil fez as pazes com Fidel”, a revista *Veja* publicou, em 2 de julho de 1986, extensa reportagem de capa, dedicada ao reatamento Brasil-Cuba. Nela, são narradas as principais etapas do processo de reaproximação entre os dois países, e apresentados os principais personagens envolvidos. As primeiras conversações entre representantes dos governos do Brasil e de Cuba desde a ruptura de 1964 ocorreram em 1979, na Cidade do Panamá, por intermédio da Embaixada do Brasil naquele país, chefiada pelo Embaixador Carlos Antonio Betancourt Bueno. Nesse período de reaproximação inicial, afirma o Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima que houve o concurso do então presidente do Panamá, Omar Torrijos (1968-1981), no sentido de mediar os contatos entre Brasília e Havana:

Ele [Torrijos] trouxe várias mensagens do Fidel dizendo que ele tinha interesse... que Fidel tinha interesse num diálogo com o Brasil. Mas naquela época nós estávamos em pleno Governo Figueiredo, de modo que não havia muito clima pra isso, não.

Nesse processo, o Embaixador Carlos Bueno, mediante conversações com o Embaixador de Cuba no Panamá, Miguel Brughera, exerceu um papel de relevo nos contatos que foram feitos com o Governo de Cuba, como confirma o Embaixador Flecha de Lima:

Nós usamos muito o Bueno pra dizer que estávamos dispostos a conversar sobre o assunto. Sem antecipar que íamos reatar, mas que estávamos dispostos a conversar sobre o assunto. E aí, indicamos ao Bueno pra transmitir ao Embaixador de Cuba no Panamá que o Governo estava disposto a lhe dar um mandato pra conduzir pessoalmente o processo.²⁹

De acordo com *Veja*, um obstáculo ao reatamento era a desconfiança brasileira, de um lado, e o receio cubano de passar por uma humilhação, caso se revelasse seu aqodamento em restabelecer relações. Esses temores, porém, foram logo dissipados: a reação positiva de Havana veio logo na resposta à primeira mensagem do Embaixador Bueno a Fidel Castro, entregue ao líder cubano pelo Embaixador Brughera: “No contato pessoal que tive com Fidel, ouvi do nosso presidente que havia uma grande satisfação ante provável decisão de reatamento entre Brasil e Cuba”.³⁰ Estava quebrado, oficialmente, o gelo entre Brasília e Havana. Prossegue o Embaixador Flecha de Lima:

Então, nós começamos esses contatos no Panamá e, dando sinais de boa vontade pro Governo cubano, e ainda sem fazer uma discussão substantiva sobre a natureza das relações... Então decidimos propor aos cubanos que sentássemos com eles em Paris. Então, sentamos lá no Hotel Intercontinental em Paris, e tivemos uma série de reuniões lá com o vice-ministro deles, que eu não me lembro mais o nome...³¹

O próximo e decisivo passo foi dado em setembro de 1985, quando, em reunião de consulta com seu ministério, o presidente Sarney “bateu o martelo” e decidiu levar a cabo o reatamento. Todavia, um fato inesperado ocorreu: em dezembro de 1985, agentes do serviço secreto cubano tentaram capturar, em Madri, o ex-ministro e dissidente do regime Manuel Sánchez Pérez, o que levou a um recuo nas negociações. Apesar da gravidade do fato, este não chegou a comprometer seriamente o processo do reatamento, àquela altura já uma questão não mais política nem econômica, mas de simples ocasião. No dia 4 de março de 1986, o presidente Sarney deu instruções ao ministro das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, para que processasse o reatamento. Em maio, o chefe de gabinete do Embaixador Flecha de Lima, ministro Carlos Augusto Santos Neves, embarcou no avião que levava o Ministro da Justiça, Paulo Brossard, no caminho para a Costa Rica, onde Brossard iria representar o presidente Sarney na posse do novo presidente da Costa Rica, Oscar Arias Sanchez. Encerrada a cerimônia, Santos Neves rumou para o Panamá, onde teve um encontro com Brughera e o Embaixador Bueno, no qual foi acertada uma reunião em mais alto nível entre os representantes dos dois países. Ao final das conversações preliminares, os cubanos escolheram Paris como lugar das negociações, pois lá a sua

Embaixada oferecia condições melhores de trabalho. As negociações foram realizadas em clima de sigilo no Hotel Intercontinental, entre os dias 12 e 14 de junho de 1986.³²

Nós conversamos muito, ficamos uns dois dias lá no Hotel Intercontinental e tratando de todos os assuntos sem inibição. E eu transmiti a ele a nossa preocupação de que Cuba de alguma maneira viesse a intervir nos assuntos internos nossos. E tinha-se dito claro que o reatamento excluía esse tipo de ingerência... Se deram todas as garantias.

Os futuros embaixadores nos dois países foram logo escolhidos: do lado do Brasil, o nome escolhido para ser Embaixador em Havana foi o de Ítalo Zappa. Segundo o Embaixador Flecha de Lima,

[Ítalo Zappa] ... era um Embaixador muito especial. Era um homem de esquerda, que fazia questão de parecer diferente, não é? Fumava muito, e o grande problema dele era cultivar jornalista. Tinha uma imprensa espetacular.

Conhecido por sua preferência pela “trilha Ho Chi Minh” da carreira diplomática, avesso ao lado mais glamouroso da profissão, Zappa já exercera o cargo de Embaixador em Moçambique e na China. Ele parecia talhado para o posto em Havana:

É, ele dizia que não, mas ele gostava desses lugares exóticos. Então, quando eu cheguei ao Sarney para falar da nomeação do Embaixador em Cuba isso já era um fato consumado, o Zappa já espalhou pra todo mundo que vai ser Embaixador lá, pra quê? Não tem espaço mais...³³

Do lado cubano, o nome escolhido foi o de Jorge Bolaños, ex-Embaixador na Polônia, Checoslováquia e Reino Unido, e que na ocasião era um dos seis vice-ministros das Relações Exteriores de Cuba. Pelo acordo firmado, cada Embaixada teria uma cota de até 25 funcionários.³⁴ Indagado sobre se houve alguma pressão de qualquer tipo sobre os diplomatas do Itamaraty, e se a máquina da Diplomacia brasileira teria ou não conduzido o

processo desde o início, sem qualquer interferência externa, o Embaixador Flecha de Lima respondeu categoricamente:

Foi o Itamaraty. No final, quando eu voltei de Cuba, o chefe do SNI achou que eu tinha sido muito liberal na distribuição das cotas de pessoal para a Embaixada de Cuba, que eram vinte e cinco. Que eu tinha enchido de espião, o que era bobagem. Eles [os militares] denunciaram o papel protagonista que [os cubanos] tinham tido na África, mas isso não oferecia nenhum risco. Ele [o chefe do SNI] ficou danado comigo. Disse que eu tinha dado um número muito grande de empregados. Logo depois, dois anos depois, veio a queda do muro de Berlim, o declínio da União Soviética, foi um negócio que hoje... Já não assustava ninguém, né? Mas os militares ficaram um pouco desconfiados, mas depois em reunião ele [o chefe do SNI] se convenceu. Quando eu falo os militares, eu falo o Exército.³⁵

Quanto à ausência de manifestações de desgosto da Embaixada dos EUA com relação ao reatamento do Brasil com Cuba, o Embaixador Flecha de Lima atribui esse fato ao reconhecimento norte-americano de que o Brasil poderia desempenhar um papel na região que pudesse ser útil para os próprios EUA

Porque você tinha um país com o qual os EUA tinham uma relação fluida, que era o Brasil. E este país situado lá em Cuba era uma oportunidade boa pra você observar a cena cubana e eventualmente transmitir alguma coisa. O Canadá também sempre teve relações com Cuba e nunca teve problema nenhum.³⁶

Encerradas as negociações no Hotel Intercontinental em Paris, às 16 horas do dia 25 de junho de 1986 o Chanceler brasileiro Roberto de Abreu Sodré finalmente anunciou à imprensa o que todos já sabiam ser inevitável, desde o retorno do poder civil em 15 de março do ano anterior.³⁷ As relações diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República de Cuba, rompidas vinte e dois anos, um mês e doze dias antes, estavam enfim reatadas.

Uma página da História brasileira fora virada. O Brasil fechara o mosaico de seus interesses.



Conclusões

A vitória da Revolução Cubana e o alinhamento de Cuba com o bloco socialista significaram a primeira grande ruptura da hegemonia dos EUA no continente americano e, por conseguinte, a transformação das Américas em cenário das tensões e disputas ideológicas da Guerra Fria. Tal fato resultou na crise do sistema interamericano esboçado pelo Pan-americanismo do final do século XIX e criado após 1945, engendrando o aparecimento na América Latina de movimentos revolucionários inspirados no exemplo cubano, assim como a instauração de regimes militares autoritários para combatê-los.

Esse processo, se teve como catalizador imediato o temor ocidental da infiltração subversiva comunista, deflagrado pela Revolução Cubana, foi principalmente, no caso do Brasil, o resultado de fatores políticos internos. Entre estes, destaca-se o surgimento de uma consciência fortemente anticomunista e nacionalista no seio do estamento militar, produto, em última instância, das características e vicissitudes do processo de industrialização brasileira. Vale lembrar, a esse respeito, que o anticomunismo nas Forças Armadas brasileiras, que motivou a intervenção militar de 1964 e o consequente rompimento diplomático com Cuba, assim como a subsequente política de alinhamento com os EUA, é anterior à própria Guerra Fria. A revolução de Castro e sua posterior adesão ao comunismo serviram, portanto, para radicalizar tensões políticas e sociais há muito latentes no Brasil, acirrando-lhes e

dando-lhes um aspecto exterior de manifestação do confronto ideológico Leste-Oeste.

Nessa perspectiva, o nacionalismo, visto geralmente como apanágio das esquerdas, desempenhou um papel fundamental e jamais deixou de caracterizar, na verdade, a política externa brasileira em relação à questão de Cuba, antes ou depois de 1964. Pelo contrário, a pesquisa demonstrou que o alinhamento com os EUA levado a efeito pelo primeiro Governo militar, ao invés de expressar uma postura caudatária ou subserviente da política exterior brasileira em relação ao centro ocidental de poder, constituiu um instrumento diplomático que tinha em vista, primordialmente, os interesses e objetivos do Estado militar brasileiro, orientado pela ideologia de segurança nacional. Isso é evidenciado pela adoção de uma política de afirmação da soberania brasileira perante os EUA após 1967, cujo apogeu foi o Pragmatismo Responsável dos anos 70. Este abriu o caminho, ao desideologizar a política externa brasileira, e em conformidade com as transformações político-institucionais internas, para o reatamento pleno de relações com Cuba nos anos 80.

Longe, portanto, de significar subordinação aos interesses estratégicos dos EUA no confronto com o bloco comunista, a decisão do rompimento com Cuba, assim como o restabelecimento de relações diplomáticas, obedeceu a imperativos políticos de ordem doméstica, visando a ajustar a política exterior às necessidades impostas pelo processo de modernização econômica em curso no Brasil desde a década de 1930. Em favor desta conclusão, convém lembrar que o regime militar brasileiro não rompeu relações diplomáticas com a URSS nem com nenhum outro país socialista com o qual já mantinha relações, de fato ampliando-as após 1964.

Isso permite dizer que o rompimento com Cuba, como desdobramento lógico do golpe de 1964, ao invés de ter sido mera manifestação extemporânea do conflito entre as superpotências, decorreu, na realidade, de fatores como o temor da subversão político-ideológica interna e da quebra da coesão militar, tida como indispensável para a manutenção da estabilidade política e social necessária ao desenvolvimento econômico. Nesse sentido, os objetivos de segurança e de desenvolvimento nacional, tornados indissociáveis pelo regime militar brasileiro, constituíram o *leitmotiv* da política brasileira em relação a Cuba, de 1959 a 1986.

O mesmo padrão de equidistância em face do contexto bipolar mundial e de autonomia em relação aos centros de poder hegemônicos marcou o processo de reaproximação e reatamento diplomático entre

Brasil e Cuba, a partir de 1974. Com a diferença de que, à medida que se consolidava o caráter pragmático e universalista da Diplomacia brasileira sob o regime militar-autoritário, as áreas de convergência com os pontos de vista de Havana aumentavam, nomeadamente no que concerne à África, Oriente Médio, América Central, Falklands/Malvinas e à questão da dívida externa dos países em desenvolvimento. Isso, somado às pressões internas da sociedade civil que se rearticulava, libertaram a questão cubana de seu viés ideológico, preparando o terreno para o restabelecimento de relações. Ironicamente, foi no decorrer do período de mais dura repressão e de autoritarismo mais intenso que a política externa brasileira começou a distanciar-se do alinhamento com os EUA e a adotar cada vez mais as teses nacionalistas. Isso permitiu o retorno dos postulados básicos da política externa pré-64, no contexto do regime militar-autoritário e do aparente declínio do poderio norte-americano, o que possibilitou o processo de reaproximação com Cuba. À medida que a ameaça de subversão armada interna era debelada e o regime cubano abandonava seu projeto de “exportar a revolução” em favor de uma nova estratégia, balizada pelo alinhamento mais estreito com a URSS após 1968, o reatamento diplomático se tornou possível.

No tocante ao processo decisório nos dois momentos sublinhados – rompimento e reatamento –, percebe-se a existência de dois padrões distintos. Em virtude do caráter de ruptura institucional do movimento político-militar de 1964, a decisão de romper relações com Cuba aparece como o resultado lógico da quebra da normalidade e da derrubada do Governo civil, tendo sido as autoridades militares que desfecharam o golpe os agentes centrais do processo. O rompimento diplomático decorre do próprio desenrolar interno dos acontecimentos, colocando-se como uma necessidade da própria ideologia de segurança nacional concebida pelos militares.

No segundo momento, porém, o padrão revela-se essencialmente diverso: a máquina diplomática do Itamaraty conseguiu impor-se, como resultado da evolução política do regime e da concomitante desideologização da Diplomacia brasileira. O Ministério das Relações Exteriores brasileiro pôde desenvolver sua atividade no sentido do reatamento de relações com Cuba de forma independente de quaisquer pressões, tanto externas como internas. Assim, a Chancelaria brasileira pôde adquirir a autonomia necessária para encaminhar as negociações bilaterais, visando à normalização das relações do Brasil com Cuba.

Com o reatamento de relações diplomáticas entre Brasília e Havana, em 25 de junho de 1986, encerrou-se um capítulo da História das relações exteriores do Brasil. O reatamento diplomático coincidiu com a restauração do regime democrático no Brasil e com o início da crise do bloco socialista, acelerada após a ascensão do primeiro-ministro Mikhail Gorbachev na URSS. Quando do restabelecimento de relações, Cuba há muito deixara de representar uma ameaça à segurança nacional para os militares brasileiros. Apenas cinco anos depois, em 1991, com o fim da URSS, o regime cubano perderia seu principal apoio político e fonte de ajuda econômica. Desde então, de país exportador de revolução e ameaça à hegemonia norte-americana, o regime de Havana tem buscado, a todo custo, garantir sua própria sobrevivência, em meio a um contexto de grave crise econômica.

Lista de Siglas e Abreviaturas

AIB	Ação Integralista Brasileira
AI-5	Ato Institucional Nº 5
ALALC	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
AMFNB	Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil
AMRE-B	Arquivo do Ministério das Relações Exteriores – Brasília
ALN	Ação Libertadora Nacional
AP	Ação Popular
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CIA	Central Intelligence Agency
CIE	Centro de Informações do Exército
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
COLINA	Comando de Libertação Nacional
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas
DGI	División General de Inteligencia
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
ESG	Escola Superior de Guerra
FAB	Força Aérea Brasileira
FAIRBRAS	Força Armada de Intervenção Rápida Brasileira

FIP	Força Interamericana de Paz
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FPN	Frente Parlamentar Nacionalista
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IRBM	Intermediate Range Ballistic Missile
IRBR	Instituto Rio Branco
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
ITT	International Telephone and Telegraph
JID	Junta Interamericana de Defesa
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MNR	Movimento Nacionalista Revolucionário
MOLIPO	Movimento de Libertação Popular
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
MRBM	Medium Range Ballistic Missile
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MRT	Movimento Revolucionário Tiradentes
M-26 ou M-26-7	Movimiento Revolucionario 26 de Julio
OEA	Organização dos Estados Americanos
OLAS	Organización Latinoamericana de Solidaridad
ONU	Organização das Nações Unidas
OPA	Operação Pan-Americana
OSPAAL	Organización de Solidaridad a los Pueblos de África, Asia y América Latina
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCR	Partido Comunista Revolucionário
PDC	Partido Democrata Cristão
PEI	Política Externa Independente
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
POLOP	Política Operária
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Socialista Popular

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUA	Pacto de Unidade e Ação
RDA	República Democrática Alemã
RFA	República Federal da Alemanha
SALT	Strategic Arms Limitation Talks
SNI	Serviço Nacional de Informações
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
TNP	Tratado de Não Proliferação Nuclear
UDN	União Democrática Nacional
UIR	Unión Insurreccional Revolucionaria
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	United States Aid and Development Program
VAR	Vanguarda Armada Revolucionária
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária



Notas

Notas a Introdução

¹ Cito, como exemplos de autores que tratam do tema, os trabalhos de Tânia Quintaneiro, *Cuba e Brasil, da revolução ao golpe, 1959-1964*. Belo Horizonte: UFMG, 1988 e Luiz Alberto Moniz Bandeira. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. Um artigo abrangente sobre as relações Brasil-Cuba desde os seus primórdios é o de Fernando José Marroni de Abreu, “Brasil e Cuba: a gangorra diplomática”, em José Augusto Guilhon Albuquerque (org.). *Sessenta anos de política externa brasileira, 1930-1990. Vol. 3: o desafio estratégico*. São Paulo: Annablume/NUPRI/USP, 2000. Um trabalho acadêmico sobre as convergências entre as políticas externas brasileira e cubana para a América Central na década de 80 é o de Flávio Abrão Paes Leme, *Convergências das políticas externas do Brasil e de Cuba para a crise centro-americana*. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, Instituto de Relações Internacionais, 1996. Um estudo sobre o reatamento das relações entre Brasil e Cuba é o de Claudia Furiati, *Confissões de um reatamento: a história secreta do reatamento de relações entre Brasil e Cuba*. S.l.: Niterói Livros, 1999.

² Bert Hoffman. *The Cuban Transformation as a Conflict Issue in the Americas: The challenges for Brazil's foreign policy*. Hamburg: Institut für Iberoamerika-Kunde, 1999, p. 8.

³ Sobre o período Jânio Quadros, destaco as obras de Luiz Alberto Moniz Bandeira, *A Renúncia de Jânio Quadros e a Crise Pré-64: o 24 de agosto de Jânio Quadros e o caminho da revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1979; Almir Labaki, *1961: a crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Brasiliense, 1986 e Paulo Markun & Duda Hamilton, *1961: que as armas não falem*. São Paulo: Senac, 2001. Sobre o Governo João Goulart e o golpe de 64, a bibliografia existente é bastante extensa. Destaco, pela riqueza factual, as obras de Hélio Silva, *1964: golpe ou contra-Golpe?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975 e Luiz Alberto Moniz Bandeira, *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. 6ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. Depoimentos importantes sobre 1964 encontram-se em Denis de Moraes, *A esquerda e o golpe de 64*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989 e Maria Celina D'Araújo, Celso Castro & Gláucio Ary Dillon Soares, *1964: visões do golpe*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. Um estudo detalhado da participação do empresariado nacional na conspiração contra Goulart que se tornou referência é a obra de René A. Dreyfus, *1964: a conquista do Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 1981. Para o ponto de vista do Governo dos Estados Unidos sobre o Governo Goulart e sua participação no golpe de 64, ver Phyllis R. Parker, *1964: O papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977; Vernon Walters, *Missões silenciosas*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986 e Lincoln Gordon, *A segunda chance do Brasil*. 2ª ed., São Paulo: SENAC, 2002. Obras que cobrem os governos de Kubitschek, Quadros e Goulart são igualmente abundantes. Destaco os livros de Mário Victor, *Cinco anos que abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965; Jordan M. Young, *1954-1964: fim de um ciclo civil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1973; Edgard Carone, *A República Liberal. II – evolução política, 1945-1964*. São Paulo: Difel, 1985; Thomas E. Skidmore, *Brasil: de Getúlio a Castelo, 1930-1964*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980 e *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. 6ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 1988 e Luiz Adolfo Pinheiro, *JK, Jânio, Jango: três jotas que abalaram o Brasil*. Brasília: Letrativa, 2001. Uma excelente seleção de artigos sobre os anos 1945-1964 está em Jorge Ferreira & Lucila de Almeida Neves Delgado (org.). *O Brasil republicano, vol. 3: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁴ Ver, a esse respeito, D. Hermann (ed.). *The Communist Tide in Latin América*. Austin: The University of Texas at Austin, 1973, Martin Weinstein. *Revolutionary Cuba in the world arena*. Philadelphia: s.ed., 1979; Jorge I Dominguez. *To make a world safe for revolution: Cuba's foreign policy*. Cambridge, Mass.: Harvard

University Press, 1985 e Francisco López Segrera. *Cuba: política exterior y revolución, 1959-1988*. La Habana: s.e., 1988.

⁵ Por exemplo, a respeito da bibliografia cubana, Moniz Bandeira afirma que esta é “muito pobre. Os livros, carregados de estereótipos ideológicos e jargões, caracterizam-se, na sua imensa maioria, pelo caráter de propaganda, o que reflete o grande atraso e a indigência que as ciências sociais sofreram em todos os países que adotaram os padrões políticos e culturais do stalinismo vigentes na URSS”. Luiz Alberto Moniz Bandeira, *De Martí a Fidel*, op. cit., p. 8. Em relação à polarização de opiniões relativa à questão cubana, sugere-se a leitura da tese de doutorado de Tânia Manzur, *Opinião pública e política exterior no Brasil nos governos de Jânio Quadros e João Goulart* (Tese de Doutorado). Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

⁶ O leitor interessado em cotejar visões discordantes acerca do regime cubano encontrará à sua disposição uma vasta bibliografia, tanto de caráter apologético quanto de crítica contundente. Como exemplos de obras de autores brasileiros favoráveis ao processo revolucionário cubano, destacam-se, além da abundante produção bibliográfica oficial cubana, as obras de Ignácio de Loyola Brandão. *Cuba de Fidel: viagem à ilha proibida*. 5ª ed., São Paulo: Cultura, 1979; Jorge Escosteguy. *Cuba hoje: 20 anos de revolução*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979; Florestan Fernandes. *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979; Eric Nepomuceno. *Cuba: anotações sobre uma revolução*. São Paulo: Alfa-Omega, 1981; Frei Betto. *Fidel e a religião*. 22ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1987 e Fernando Moraes. *A ilha: um repórter brasileiro no país de Fidel Castro*. 28ª ed., São Paulo: Alfa-Omega, 1988. Nos últimos anos, na esteira da extinção da URSS e da crise do socialismo real, obras de crítica ao regime de Fidel Castro começaram a aparecer com mais frequência. Destaco os livros de Armando Valladares. *Contra toda esperança: as prisões políticas de Fidel Castro*. 2ª ed., São Paulo: Editora Intermundo, 1986; J. F. Fogel & B. Rosenthau. *Fin de siglo en La Habana*. Madrid: Anaya & Mario Muchnik, 1993 e Corinne Cumerlato & Denis Rousseau. *A ilha do doutor Castro: a transição confiscada*. São Paulo: Peixoto Neto, 2001. As biografias de Fidel Castro também costumam refletir opiniões ideológicas antagônicas: para uma visão favorável ao líder cubano, ver Cláudia Furiati. *Fidel Castro: uma biografia consentida*. Rio de Janeiro: Revan, 2002, em dois volumes; uma interpretação mais crítica está em Tad Szulc. *Fidel: um retrato crítico*. São Paulo: Best-Seller, 1987. Particularmente valiosas são as memórias de dissidentes cubanos. Vale mencionar as obras de Carlos Franqui. *Retrato de família com Fidel*. Rio

de Janeiro: Record, 1981; Benigno (Dariel Alarcón Ramírez). *Vie et mort de la révolution cubaine*. Paris: Fayard. 1997 e Alina Fernández. *Alina, memorias de la hija rebelde de Fidel Castro*. Madrid: Plaza & Janes Editores, 1997. Um ataque particularmente violento ao regime castrista por um escritor cubano exilado está em Reinaldo Arenas. *Antes que anochezca*. Barcelona: Tusquets Editores, 1992. Para uma crítica pioneira de esquerda ao Governo de Havana, ver Antônio Rangel Bandeira. *Sombras do paraíso: a crise da Revolução Cubana*. Rio de Janeiro: Record, 1994.

⁷ A Doutrina de Segurança Nacional e sua influência sobre os militares latino-americanos são analisadas em profundidade nas obras de Alfred Stepan. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975; Joseph Comblin *A ideologia da segurança nacional na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978 e Alain Rouquié. *O Estado militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

⁸ Recentemente, esse tema começou a chamar a atenção de estudiosos da História brasileira contemporânea. Ver, por exemplo, Denise Rollemberg. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001 e Elio Gaspari, *A ditadura envergonhada e A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Para um estudo pormenorizado da influência do castrismo na esquerda latino-americana, ver William E. Ratliff. *Castroism and Communism in Latin América, 1956-1976: The varieties of Marxist-Leninist experience*. Washington: American Enterprise Institute for Public Research; Hoover Institution on War, Revolution and Peace, 1976.

⁹ Para as relações entre Brasil e EUA, ver Luiz Alberto Moniz Bandeira. *Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973 e *Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1989.

¹⁰ Amado Luiz Cervo & Clodoaldo Bueno, *História da política exterior do Brasil*, 2ª ed., Brasília: FUNAG/IPRI, 2002, pp. 367-380.

¹¹ Bert Hoffmann, op. cit., p. 12.

Notas da Primeira Parte

I - Anos de Transição da Revolução à PEI (1959-1961)

¹ Vasco Leitão da Cunha exerceu o cargo de Embaixador do Brasil em Cuba de novembro de 1956 a dezembro de 1961. Vasco Leitão da Cunha. *Diplomacia em alto-mar: depoimento ao CPDOC*. 2ª ed. São Paulo: Editora da FGV; Brasília: FUNAG, 2002, pp. 196-219.

² A II Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, realizada em Havana de 21 a 30 de julho de 1940, teve como objetivo o estabelecimento de uma política hemisférica de defesa, em virtude da eclosão em setembro de 1939 da II Guerra Mundial na Europa. Idem, pp. 81-3 e 109, nota 15.

³ Vasco Leitão da Cunha exerceu a Secretaria Geral do Itamaraty por um breve período, na gestão de Vicente Rao como Ministro das Relações Exteriores (1953-1954). Ibid, pp. 1-3, 5, 88-94 e 168.

⁴ Nascido em 13 de agosto de 1926 em Birán, província de Oriente, filho de um latifundiário de origem espanhola, Fidel Castro iniciou sua carreira política por volta de 1946, como membro da Unión Insurreccional Revolucionaria (UIR), um dos vários grupos que disputavam o poder na política universitária de Cuba. Em 1947, esteve envolvido em uma tentativa frustrada de desembarque para derrubar o ditador da República Dominicana, Rafael Trujillo. No ano seguinte, estava em Bogotá, Colômbia, quando irromperam os distúrbios civis conhecidos como *El Bogotazo*, por ocasião da Conferência Interamericana que daria origem à Organização dos Estados Americanos (OEA). Filiado ao Partido Popular Cubano (Partido Ortodoxo) de Eduardo Chibás, pretendia lançar-se candidato nas eleições canceladas por Batista em 1952. Ver Tad Szulc. *Fidel, um retrato crítico*. São Paulo: Best-Seller, 1987, pp. 99-238 e ss. Ver também Tulio Halperin Donghi. *História da América Latina*. São Paulo: Círculo do Livro, 1989, p. 343.

⁵ Tad Szulc, op. cit., pp. 389-390. Ver também Jorge Castañeda. *La vida en rojo: una biografía del Che Guevara*. México: Alfaguara, 1997, pp. 140-2.

⁶ Tad Szulc, op. cit., pp. 401-431, 431 e 432. No seu depoimento ao CPDOC, Vasco Leitão da Cunha se equivoca, ao dizer que chegou a Havana “no mesmo dia” do embarque dos expedicionários no México. Vasco Leitão da Cunha, op.cit., p. 196.

⁷ Tad Szulc, *op. cit.*, pp. 462-504.

⁸ Até meados de 1958, os comunistas cubanos duvidavam da possibilidade de êxito do M-26-7 e desdenhavam Fidel Castro como um “aventureiro pequeno-burguês”. O PSP havia inclusive participado, com dois ministérios, do primeiro Governo Batista (1940-4). Luiz Alberto Moniz Bandeira. *De Martí a Fidel, op. cit.*, pp. 76-7, 170-3, 175. Para um relato *in situ* das guerrilhas fidelistas pelo único jornalista brasileiro que acompanhou o dia a dia dos guerrilheiros, centrado na figura de Raúl Castro, ver Carlos Alberto Tenório. *O senhor de todas as armas*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

⁹ Moniz Bandeira, *op. cit.*, p. 149.

¹⁰ Idem.

¹¹ Ibid., pp. 28-9.

¹² Em 15 de fevereiro de 1898, o navio da Marinha norte-americana USS Maine, ancorado no porto de Havana, explodiu misteriosamente, matando 266 tripulantes. Embora a origem da explosão permaneça até hoje misteriosa, a imprensa norte-americana da época utilizou-se amplamente do episódio para pregar a guerra à Espanha, apresentada como responsável pela explosão. Ver Hugh Thomas. *Cuba: the pursuit of freedom*. New York: Harper & Row, 1971.

¹³ J.A.S. Grenville. *A history of the world in the 20th century*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1994, p. 33, 49-50; Moniz Bandeira, *op. cit.*, p. 35. A Emenda foi batizada com o nome do Senador norte-americano que a propôs, Orville H. Platt.

¹⁴ “A posse de Cuba, da mesma forma que a de Porto Rico e das Ilhas Virgens [...], era percebida como fundamental para a segurança das rotas do Golfo do México e a defesa do canal que o governo norte-americano, quase 50 anos antes, projetava abrir no istmo do Panamá”. Idem, pp. 32-3.

¹⁵ Ibid., p. 61 e 67.

¹⁶ Para um panorama detalhado do poder da Máfia ítalo-americana em Cuba antes de 1959, ver Enrique Cirules. *O império de Havana*. São Paulo: Scritta, 1995.

¹⁷ O embargo norte-americano ao envio de armas ao Exército de Batista baseou-se no fato de que o Governo cubano estava utilizando essas armas para combater os rebeldes, o que constituía uma violação da Carta da OEA, que estabelecia que tais armas se destinavam exclusivamente à defesa nacional contra uma agressão externa. Não obstante, os EUA mantiveram sua missão militar em Cuba até o rompimento de relações entre os dois países, em 1961. Vasco Leitão da Cunha, *op. cit.*, p. 154 e 197.

¹⁸ Antônio Rangel Bandeira, *op. cit.*, p. 401.

¹⁹ Para o “desenvolvimentismo associado”, ver Paulo G. Fagundes Vizentini. “Do nacional-desenvolvimentismo à política externa independente (1945-1964)”, in Jorge Ferreira & Lucila de Almeida Neves Delgado (org.). *O Brasil republicano, Vol. 3: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 197 e 206.

²⁰ A disputa entre esses dois setores se expressou, nos anos 50, nas eleições para o Clube Militar, divididas entre as chapas “azul” e “amarela”. Nessa disputa, a Chapa Azul, representante da fração “antinacionalista” (cujos membros preferiam chamar-se “nacionalistas sadios”), enfatizavam que o tema central era a “mobilização popular inerente à política trabalhista” e o “respeito à hierarquia”. Ver João Roberto Martins Filho. “Forças armadas e política, 1945-1964: a antecâmara do golpe”, *idem*, pp. 112-3.

²¹ Thomas E. Skidmore, *Brasil: de Getúlio a Castelo*, *op. cit.*, pp. 55-71 e 62-3.

²² Hélio Silva, *op. cit.*, p. 20 e René A. Dreyfus, *op. cit.*, pp. 125-146.

²³ Concebido como um amplo programa de modernização e de industrialização nacional, o Plano de Metas consistiu na implementação de uma série de projetos de desenvolvimento com capital estrangeiro e financiamento estatal, tendo rendido frutos sobretudo nos setores automobilístico e de bens de consumo duráveis. Ver Mari Victoria de M. Benevides. *O governo Kubitschek: desenvolvimento e estabilidade política (1956-1961)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

²⁴ Em termos históricos e práticos, o rompimento com o FMI em 1959 significou a não adequação do Governo brasileiro às diretrizes apresentadas pelo órgão como condição para o fornecimento de empréstimos ao Brasil. Evidentemente, isso não significou que o Brasil se tenha aliado do sistema econômico internacional e deixado de se relacionar com o Fundo. Thomas E. Skidmore, *op. cit.*, pp. 80-9, 91-2, 101-109, 173-180, 194-8, 203-230, 223.

²⁵ A idéia dos militares como “poder moderador” está exposta em Stepan, 1975, p. 46-52. Para uma crítica ao “mito do papel moderador”, ver Martins Filho, *op. cit.*, pp. 100-3.

²⁶ *Idem.*, p. 103, 105, 106.

²⁷ Ver Octavio Ianni. *O colapso do populismo no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

²⁸ O artigo 3º do TIAR estabelecia o seguinte: “As Altas Partes Contratantes estabelecem que em um ataque armado por parte de qualquer Estado contra um Estado Americano, será considerado como um ataque contra todos os Estados

Americanos. Em consequência, cada uma das ditas Partes Contratantes se comprometem a ajudar a fazer frente ao ataque, no exercício do direito imanente de legítima defesa individual ou coletiva que reconhece o Artigo 51 da Carta das Nações Unidas”. Transcrito em Olivier Dabène. *A América Latina no século XX*. São Paulo: Unesp, 2003, p. 141.

²⁹ Moniz Bandeira considera a Lei de Reforma Agrária um verdadeiro *turning point* no processo de rompimento das relações de Cuba com os EUA. A intervenção nas refinarias de petróleo norte-americanas, seguiu-se à suspensão da cota de açúcar pelos EUA. Em seguida, pela Lei n. 851, o Governo cubano nacionalizou o total das empresas norte-americanas no país, cujos investimentos na ilha chegavam a US\$ 800 milhões. Moniz Bandeira, *op. cit.*, p. 198, 200, 229, 230, 231-2 e 244, nota 94.

³⁰ Idem, p. 295-6. A questão de se a transformação de Cuba em um Estado socialista estava ou não nos planos originais de Fidel Castro está além dos objetivos desta dissertação. Com relação à opinião mais difundida e até hoje mais aceita, segundo a qual os revolucionários cubanos teriam sido empurrados para o lado do bloco socialista pelas pressões e ameaças do Governo dos EUA, uma versão discordante é apresentada pelo ex-assessor especial do Governo Kennedy, Arthur Schlesinger Jr. (*Mil dias: John F. Kennedy na Casa Branca. Vol. I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, pp. 223-6).

³¹ Werner Altman. *México e Cuba: revolução, nacionalismo e política externa*. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2001, p. 78.

³² Dabène, *op. cit.*

³³ Moniz Bandeira, *op. cit.*

³⁴ Idem, p. 129, 131-5, 142, 195, 202.

³⁵ Amado Luiz Cervo & Clodoaldo Bueno, *op. cit.*, pp. 287-8.

³⁶ Idem, p. 290. Kubitschek enxergaria com satisfação no contraste entre a recepção calorosa a Fidel na América do Sul e a acolhida hostil a Nixon no ano anterior a confirmação dos postulados da OPA. Moniz Bandeira, *op. cit.*, p. 195. Paulo Vizentini afirma, em relação à OPA, que esta visava à retomada da “barganha nacionalista” do período Vargas. Vizentini, *op. cit.*, p. 206.

³⁷ Transcrito em Amado Luiz Cervo & Clodoaldo Bueno, *op. cit.*, p. 291. Grifos no original.

³⁸ Idem, p. 292-3, 293-4.

³⁹ Tânia Quintaneiro, *op. cit.*, p. 27. Na ocasião de sua visita ao Brasil, Eisenhower foi surpreendido no Rio de Janeiro com uma faixa colocada pela União Nacional

dos Estudantes (UNE), com os dizeres “*We like Fidel Castro*”. Ao que teria respondido: “Eu também gosto dele. Ele é que não gosta de mim”. Citado em Moniz Bandeira, *op. cit.*, p. 212 e em Tânia Quintaneiro, *op. cit.*, p. 27.

⁴⁰ Tânia Quintaneiro, *op. cit.*, pp. 30-1 e Moniz Bandeira, *op. cit.*, p. 213.

⁴¹ Moniz Bandeira, *op. cit.*, p. 229.

⁴² Tânia Quintaneiro, *op. cit.*, p. 28.

⁴³ Idem, p. 29.

⁴⁴ Moniz Bandeira, *op. cit.*, pp. 210-1.

⁴⁵ Carta-Telegrama, reservado, para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, Havana, 22.07.1960, a) Vasco Tristão Leitão da Cunha. – AMRE – B.

⁴⁶ Moniz Bandeira, *op. cit.*, p. 240.

⁴⁷ Idem, pp. 240-2.

⁴⁸ Ibid., pp. 235-240, 240-2, 243-4.

⁴⁹ Tânia Quintaneiro, *op. cit.*, p. 28, nota 36.

⁵⁰ Edgard Carone, *op. cit.*, p. 139.

⁵¹ Tânia Quintaneiro, *op. cit.*, p. 31.

⁵² A comitiva incluía elementos bastante heterogêneos, o que exprimia o objetivo político de Quadros de colocar-se acima das disputas ideológicas. Era formada dos seguintes membros: Senador Afonso Arinos (UDN), Deputado Castilho Cabral, Paulo de Tarso (PDC), Francisco Julião (PSB), Juraci Magalhães Jr. (UDN), Murilo Costa Rego (PTB), José Aparecido e Augusto Marzagão (secretários particulares de Jânio Quadros), além dos jornalistas João Dantas, Carlos Castello Branco, Villas-Boas Corrêa, Helio Fernandes, Carlos Mesquita, Márcio Moreira Alves, Moniz Bandeira, Fernando Sabino, Rubem Braga e Murilo Melo Filho. Idem, p. 32, nota 47; Moniz Bandeira. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, *op. cit.*, pp. 402-3, 406; *Revolución*, 30 de março de 1961, 31 de março e 4 de abril de 1960; *El Mundo*, 31 de março de 1960; *Prensa Libre*, 3 de abril de 1960.

⁵³ Citado em Tânia Quintaneiro, *op. cit.*, p. 32.

⁵⁴ Idem, p. 33.

⁵⁵ Na opinião de Herter, “*Brazil’s good and cooperation are essential to us in dealing with hemispheric problems, especially the threat of communist subversion and the Castro influence...*” Ibid., nota 49. A confiança do Governo Kennedy, recém-eleito, no Governo Jânio é descrita por Lincoln Gordon, *op. cit.*, p. 316.

⁵⁶ Citado em Paul Sweezy & Leo Huberman. *Cuba, anatomia de uma revolução*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961, p. 7.

⁵⁷ Elio Gaspari. *A ditadura envergonhada*, *op. cit.*, p. 177.

⁵⁸ Tânia Quintaneiro, *op. cit.*, p. 33.

⁵⁹ Moniz Bandeira, *De Martí a Fidel*, *op. cit.*, p. 264. Para uma visão abrangente sobre a PEI, ver o artigo de José Humberto de Brito Cruz, “Aspectos da evolução da diplomacia brasileira no período da política externa independente (1961-1964). In Sérgio Danese (org.). *Ensaio de História diplomática do Brasil (1930-1986)*. Brasília: Cadernos do IPRI, n. 2, 1989, pp. 65-78. Para a relação da PEI com o projeto de desenvolvimento industrial nacionalista substitutivo de importações e com o nacionalismo populista, ver Paulo G. Fagundes Vizentini, *op. cit.*, pp. 211-3 e Amado Luiz Cervo & Clodoaldo Bueno, *op. cit.*, p. 310.

⁶⁰ Cervo & Bueno, *op. cit.*, p. 310. A respeito da ruptura com a política exterior dos governos brasileiros anteriores, Paulo Vizentini descreve o Governo Dutra, por exemplo, como “um dos governos que mais se submeteu aos interesses estrangeiros, particularmente norte-americanos”. Para o alinhamento com os EUA e uma análise do significado da PEI, ver Paulo G. F. Vizentini, *op. cit.*, p. 197, 198, 200, 203-4, 205, 210-1. Para a ampliação da política de JK, ver Cervo & Bueno, *op. cit.*, p. 310. Vizentini (*op. cit.*, p. 215) identifica na PEI uma concepção de “Brasil-Potência”, que seria retomada, mais tarde, pelo regime militar.

⁶¹ Cervo & Bueno, *op. cit.*, p. 310.

⁶² Lincoln Gordon, *op. cit.*, p. 317; Hélio Silva, *op. cit.*, p. 59; Odílio Denys. *Ciclo revolucionário brasileiro – memórias: de 5 de julho de 1922 a 31 de março de 1964*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 97; *El Mundo*, 29 de agosto de 1961; Moniz Bandeira, *De Martí a Fidel*, *op. cit.*, p. 329; Joaquim Felizardo. *A legalidade: o último levante gaúcho*. Porto Alegre: UFRGS, MEC, SESu, Proedi 1988, p. 38; Vivaldo Barbosa. *A rebelião da legalidade: documentos, pronunciamentos, noticiário, comentários*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 104.

⁶³ O artigo, publicado na edição de outubro de 1961 da revista, e intitulado “*Brazil's New Foreign Policy*”, foi escrito pouco antes da renúncia de Jânio Quadros à presidência da República, ocorrida em 25 de agosto de 1961. Encontra-se transcrito na íntegra, em inglês e em português, em Jânio Quadros Neto & Eduardo Lobo Botelho Gualazzi. *Jânio Quadros, memorial para a história do Brasil*, *op. cit.*, pp. 99-116).

⁶⁴ Tal ponto de vista naturalmente conduzia a uma revisão da tradicional posição brasileira em relação ao colonialismo, que até então tinha sido de apoio às potências coloniais européias. Deve-se, porém, lembrar que, embora o Brasil se identificasse

com a luta de libertação das colônias africanas, o país se absteve de condenar o colonialismo português na África, devido aos “laços fraternais” que uniam os governos do Brasil e de Portugal. Ver Cervo & Bueno, *op. cit.*, pp. 319-321 e José Flavio Sombra Saraiva. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)*. Brasília: FUNAG/IPRI, 1996, pp. 76-89.

⁶⁵ “*The Western world must show and prove that it is not only Communist planning that promotes the prosperity of national economies. Democratic planning must also do so, with the assistance of those economically able, if the political system of a two-thirds of the Western world is to avoid the risk of bankruptcy*”. Transcrito em Quadros Neto & Gualazzi, *op. cit.*, p. 102.

⁶⁶ “*In defending with intransigence the sovereignty of Cuba against interpretations of a historical fact which cannot be controlled a posteriori, we believe we are helping to awaken the continent to a true awareness of its responsibilities. We stand by our position on Cuba, with all its implications*”. Idem., pp. 103-4.

⁶⁷ Ibid., pp. 104-5.

⁶⁸ Ibid., p. 106. Durante o ano de 1961, o interesse comercial do Brasil pelos países da Europa Oriental refletiu-se no aumento de suas representações diplomáticas nos países da região. Assim, foram restabelecidas relações com Hungria, Romênia e Bulgária (31 de março) e com a Albânia (4 de abril). Cervo & Bueno, *op. cit.*, p. 317. Para a relação entre desenvolvimento e uma postura diplomática universalista, ver Paulo Vizentini, *op. cit.*, p. 208.

⁶⁹ E. Bradford Burns. *Nationalism in Brazil: a historical survey*. New York: Frederick A. Praeger, 1968;. Ver também Vizentini, *op. cit.*, p. 197, 199. O contraste entre as políticas externa e interna de Quadros intriga até hoje muitos estudiosos e tem levado às mais diferentes interpretações. Moniz Bandeira avança a hipótese de que tal disparidade visava a atender aos cálculos políticos de Quadros: ao adotar uma política externa agradável às esquerdas e uma política econômica ortodoxa afinada com o FMI, ele estaria visando a manter a oposição dividida e confusa, garantindo para si uma ampla margem de manobra política. Ver Cervo & Bueno, *op. cit.*, p. 321. Realmente, à luz da trajetória política de Jânio Quadros como líder carismático e personalista, avesso à tutela dos partidos políticos e inclinado ao poder pessoal – sem esquecer, é claro, sua notória instabilidade emocional, regada a generosas doses de *scotch* –, é tentador tecer considerações sobre a possível instrumentalização da PEI em favor de seus desígnios políticos. À adoção, em política externa, de uma postura não-

ideológica e equidistante dos blocos – inclusive do bloco dos Não Alinhados – corresponderia à pretensão de equidistância dos partidos e das ideologias políticas, como se pode depreender de seu artigo para a *Foreign Affairs*: “*Not being members of any bloc, not even the Neutralist bloc, we preserve our absolute freedom to make our own decisions in specific cases and in the light of peaceful suggestions at one with our nature and history*”. Transcrito em Cuadros Neto & Gualazzi, *op. cit.*, p. 106. As políticas externa e interna de Jânio Quadros, longe de serem contraditórias, teriam sido complementares.

⁷⁰ Cervo & Bueno, *op. cit.*, p. 321. Isso não significa que as relações Brasil-Cuba fossem incondicionais. É o que demonstra a proibição, pelo Governo Goulart, do Congresso Internacional de Solidariedade a Cuba no Rio de Janeiro. Paulo Vizentini, *op. cit.*, p. 197, 210. Não obstante, segundo Tânia Quintaneiro (*op. cit.*, pp. 106-7), a defesa da autodeterminação e da não-intervenção em Cuba pelo Governo brasileiro expressava um “claro confronto com os Estados Unidos”, levando à criação de uma noção de “pertencimento” do Brasil à América Latina.

⁷¹ Cervo & Bueno, *op. cit.*, p. 321. Ver também Moniz Bandeira, *De Martí a Fidel*, *op. cit.*, pp. 262-3.

⁷² A Doutrina Hallstein (1955) proibia a RFA de manter relações diplomáticas com qualquer país que reconhecesse a RDA, exceto a URSS. Assim, a visita de João Dantas a Berlim ameaçou levar ao rompimento de relações da RDA com o Brasil. Vasco Leitão da Cunha, *op. cit.*, p. 222, 261, nota 4.

⁷³ Cervo & Bueno, *op. cit.*, p. 311; *El Mundo*, 9, 20 e 22 de junho e 12 de julho de 1961. Nota, Ministerio de Relaciones Exteriores de la República de Cuba, La Habana, 25 de agosto de 1961, “Año de la Educación”, a su Señoría Carlos Jacinto de Barros, Encargado de Negocios del Brasil, a) Raúl Roa. AMRE-B. Paulo Vizentini enfatiza o papel da PEI no esfriamento das relações com os EUA, ao classificar a PEI como uma “reação nacionalista ao hegemonismo norte-americano” e como uma “reação à degeneração dos termos do comércio exterior”. Vizentini, *op. cit.*, p. 211. Ver também Cervo & Bueno, *op. cit.*, p. 318.

⁷⁴ Moniz Bandeira, *De Martí a Fidel*, *op. cit.*, pp. 295-6. Amado Cervo e Clodoaldo Bueno lembram que, no último ano do Governo Kubitschek, o fantasma da radicalização de Cuba levava o Governo dos EUA a conceder um empréstimo de 47,7 milhões de dólares ao Brasil, a despeito do fato de que o país havia rompido com o FMI em junho de 1959. O importante era que “o rumo que tomava a revolução cubana fazia com que as autoridades norte-americanas alterassem a sua maneira de ver a cooperação com os países da América Latina. Tal conjuntura

contribuiu para que o Brasil obtivesse empréstimo mesmo sem ter feito ajuste na economia nos padrões preconizados por aquele organismo internacional”. Cervo & Bueno, *op. cit.*, p. 297. Sobre os planos de invasão militar de Cuba, ver Arthur Schlesinger Jr. *Mil dias, op. cit.*, pp. 237-271. Além disso, o Governo dos EUA intensificou seu programa de sabotagens contra Cuba, que durou até abril de 1964, na administração Johnson. J.A.S. Grenville. *A history of the world in the 20th century, op. cit.*, p. 602. A Casa Branca também fez planos secretos para eliminar Castro (*Operação Mongoose*), conforme está fartamente documentado. O comando das tentativas clandestinas de assassinar o líder cubano foi entregue em dezembro de 1961 a Bob Kennedy. Ver Simon Hersh, *O lado negro de Camelot: sexo e corrupção na Casa Branca*. Porto Alegre: L&PM, 1998, pp. 278-304.

⁷⁵ Tânia Quinateneiro, *op. cit.*, p. 45; Gordon Connel-Smith. *The United States and Latin América*. London: Heinemann, 1974, p. 230 e Arthur Schlesinger Jr., *op. cit.*, p. 249. Já em novembro de 1960 a embaixada do Brasil em Havana informava sobre a ameaça de invasão de Cuba pelos EUA. Telegrama n. 203, secreto-urgente, da embaixada do Brasil em Havana, a) Vasco Leitão da Cunha, 10/11.8.1960, 19hs00, MDB – Secretos – A – K – Cts – Rec. E Exp. 1960-1961. AMRE-B. Citado em Moniz Bandeira. *De Martí a Fidel, op. cit.*, p. 229, 243, nota 90; Tânia Quintaneiro, *op. cit.*, p. 45; Gordon Connel-Smith, *op. cit.*, p. 230; e Arthur Schlesinger Jr., *op. cit.*, p. 249.

⁷⁶ Tânia Quintaneiro, *op. cit.*, p. 46. Moniz Bandeira (*De Martí a Fidel*, p. 287, 312) lembra que pilotos norte-americanos foram mortos em combate em Playa Girón.

⁷⁷ Tânia Quintaneiro, *op. cit.*, p. 45, 46-7.

⁷⁸ Idem, p. 47.

⁷⁹ Ibid., p. 48.

⁸⁰ Moniz Bandeira. *De Martí a Fidel, op. cit.*, p. 284.

⁸¹ Tânia Quintaneiro, *op. cit.*, p. 47, nota 34 e Cerco & Bueno, *op. cit.*, p. 321.

⁸² Moniz Bandeira. *Presença dos Estados Unidos no Brasil, op. cit.*, pp. 406-9 e *Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente, op. cit.*, p. 58. Ver também Afonso Arinos de Melo Franco. *Planalto (memórias)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968, p. 92. Tânia Quintaneiro (*op. cit.*, p. 48) assim apresenta a complexa situação política do Governo Quadros: “Diante deste quadro de crescente radicalização catalisado pela questão cubana, o governo brasileiro tentava manter o equilíbrio entre os grupos favoráveis a um apoio irrestrito a Fidel Castro, e aqueles que exigiam

a redefinição da política externa aproximando-a da posição assumida pelos EUA em relação a Cuba. O discurso janista insistia, então, na independência com que o Brasil seguia seu rumo de potência em desenvolvimento. O apoio que lhe prestavam Brizola e outras lideranças nacionalistas, entretanto, deixava pouco seguros os setores que, formando constelações de interesses de alguma forma vinculados a grupos econômicos externos, preferiam a tradicional política de manter o Brasil alinhado com os EUA”.

⁸³ Idem, p. 49.

⁸⁴ Afonso Arinos de Melo Franco, *op. cit.*, pp. 94-5; Tânia Quintaneiro, *op. cit.*, p. 49; e Moniz Bandeira, *De Martí a Fidel*, *op. cit.*, pp. 322-4.

⁸⁵ Hermes Lima. *Travessia (memórias)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974, p. 270. Citado em Tânia Quintaneiro, *op. cit.*, p. 105.

⁸⁶ Moniz Bandeira, *De Martí a Fidel*, *op. cit.*, p. 315.

⁸⁷ Cervo & Bueno, *op. cit.*, p. 323. Para a origem da Aliança para o Progresso, ver Moniz Bandeira, *De Martí a Fidel*, *op. cit.*, p. 264.

⁸⁸ Tânia Quintaneiro, *op. cit.*, p. 20.

⁸⁹ Moniz Bandeira, *op. cit.*, p. 308.

⁹⁰ Idem, p. 309.

⁹¹ Ibid., pp. 323-4.

⁹² Segundo Moniz Bandeira, a Aliança para o Progresso visava a “fomentar reformas capitalistas antes que revoluções populares ocorressem”. Ibid., p. 324.

⁹³ Cervo & Bueno, *op. cit.*, p. 326.

⁹⁴ Moniz Bandeira, *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, *op. cit.*, p. 413 e *De Martí a Fidel*, *op. cit.*, p. 328). Ver também Cervo & Bueno, *op. cit.*, p. 323. Enquanto isso, o líder anticastrista cubano e ex-Primeiro-Ministro de Cuba José Miro Cardona recebia as chaves da cidade do Rio de Janeiro das mãos do governador da Guanabara, Carlos Lacerda. Tânia Quintaneiro, *op. cit.*, p. 45, nota 26. De acordo com o protocolo diplomático, o Ministro Guevara não poderia ter sido condecorado pelo presidente da República, mas pelo Ministro das Relações Exteriores. Deveria também retribuir com uma comenda cubana equivalente. Nada disso ocorreu, dado o imprevisto da situação. Mais tarde, a condecoração seria cassada pelo Governo Castelo Branco. Luiz Adolfo Pinheiro. *JK, Jânio e Jango: três jotas que abalaram o Brasil*. Brasília: Letrativa, 2001, pp. 150-1.

⁹⁵ Durante quase quarenta anos, as causas da renúncia de Quadros permaneceram como um dos maiores mistérios da História republicana do Brasil. Em 1996,

porém, seu neto publicou um livro em que o avô confessa, finalmente, que a renúncia foi, na verdade, uma tentativa de golpe. Disse Quadros: “A minha renúncia era para ter sido uma articulação: nunca imaginei que ela teria sido de fato aceita e executada. [...] Meu ato de 25 de agosto de 1961 foi uma estratégia política que não deu certo, uma tentativa de governabilidade. [...] Eu acreditava que não haveria ninguém para assumir a presidência. Pensei que os militares, os governadores e principalmente o povo nunca aceitariam a minha renúncia e exigiriam que eu ficasse no poder. [...] Charles de Gaulle renunciou na França e o povo foi às ruas, exigir a sua volta. A mesma coisa ocorreu com Fidel Castro, em Cuba. [...] Na realidade, renunciando, eu pedi um voto de confiança à minha permanência no poder”. Citado em Quadros Neto & Gualazzi, *op. cit.*, pp. 45-6.

⁹⁶ Lincoln Gordon, *op. cit.*, p. 317; Hélio Silva, *op. cit.*, p. 59; Odilio Denys, *op. cit.*, p. 97; *El Mundo*, 29 de agosto de 1961; Moniz Bandeira, *De Martí a Fidel*, *op. cit.*, p. 329; Joaquim Felizardo, *op. cit.*, p. 38; Vivaldo Barbosa, *op. cit.*, p. 104.

⁹⁷ Thomas E. Skidmore. *Brasil: de Getúlio a Castelo*, *op. cit.*, pp. 259-264.

Notas da Segunda Parte:

II - Anos de Crise: O Governo João Goulart

¹ Moniz Bandeira. *De Martí a Fidel*, *op. cit.*, p. 336. Apesar de sua vinculação à PEI, San Tiago Dantas era bem visto pelo Governo dos EUA, que o considerava a encarnação da “esquerda positiva”, em contraposição à “esquerda negativa” que, dizia-se, estava se acercando do presidente Goulart. A opinião de Washington sobre o novo Chanceler brasileiro era eminentemente positiva. Lincoln Gordon, *op. cit.*, pp. 317-6, 338, nota 25.

² Cervo & Bueno, *op. cit.*, p. 329.

³ San Tiago Dantas. *Política externa independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962, pp. 20-25. Ver também Cervo & Bueno, *op. cit.*, p. 330. Phyllis Parker (1964: *o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março*, *op. cit.*, p. 28) afirma que o Embaixador Lincoln Gordon achava que a linha da política externa do Governo Jango, assim como fora no Governo Jânio, “era na prática substancialmente mais amistosa para com os Estados Unidos do que para com o bloco comunista”. Ver, a esse respeito, Paulo Vinentini, *op. cit.*, p. 214.

⁴ *Hoy*, 16 de setembro de 1961; *El Mundo*, 16 de setembro de 1961.

⁵ Moniz Bandeira. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, *op. cit.*, p. 405 e 420; Cervo & Bueno, *op. cit.*, p. 327. A continuidade entre as políticas externas de Vargas, JK e Jânio é ressaltada por Paulo Vizentini, *op. cit.*, pp. 202-3. Apesar dessas evidências de continuidade da política exterior brasileira, segundo o Embaixador dos EUA no Brasil durante o Governo Goulart, Lincoln Gordon (*op. cit.*, p. 316), os EUA não previram a PEI.

⁶ Eugênio Vargas Garcia. *Cronologia das relações internacionais do Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 2000, p. 138. As relações comerciais entre Brasil e URSS, entretanto, já haviam sido restabelecidas desde o Governo Kubitschek, como ressaltam Cervo & Bueno (*op. cit.*, pp. 299-300): “A existência de estoques de café, a carência de petróleo e o início da coexistência pacífica entre as duas superpotências mundiais levaram a uma aproximação comercial do Brasil com a União Soviética implementada pelo Chanceler Horácio Lafer. As relações comerciais foram restabelecidas com o envio de missão comercial àquele país, em 1959. Após a assinatura, em Moscou, do acordo comercial de compensação, em 9 de dezembro, em abril-maio do ano seguinte o governo brasileiro recebeu a Comissão Executiva Soviética de intercâmbio com o Brasil. Além de um ajuste bancário, os contratos formados previram a venda de café contra a compra de trigo, petróleo bruto e óleo diesel”.

⁷ San Tiago Dantas. “Resposta a interpelações dos Srs. Deputados”. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Rio de Janeiro: 7 (27), 1964, pp. 477-8. Citado em Tânio Quintaneiro, *op. cit.*, p. 107.

⁸ San Tiago Dantas. *Política externa independente*, *op. cit.*, p. 21.

⁹ *Idem*, p. 107.

¹⁰ Quanto a esse último ponto, valer dizer que as esperanças brasileiras de que o regime de Fidel Castro permanecesse fiel aos princípios da Carta de Bogotá se mostraram, de fato, pouco realistas. Na época em que San Tiago Dantas proferiu essas palavras, Fidel Castro há muito já tinha proclamado o caráter socialista da Revolução Cubana (abril de 1961), havendo inclusive explicitado sua intenção de “exportar a revolução” para o restante da América Latina (fevereiro de 1962). Por volta de setembro, mísseis nucleares de alcance médio (MRBM) e intermediário (IRBM) soviéticos começaram a ser instalados em território cubano (*Operação Anadir*). Em outubro, irromperia a Crise dos Mísseis entre EUA e URSS. Logo, a questão cubana já saía do âmbito hemisférico para se tornar uma questão envolvendo diretamente as suas

superpotências, colocando em risco a paz mundial. Ver Moniz Bandeira. *De Martí a Fidel, op. cit.*, pp. 420-2.

¹¹ San Tiago Dantas. *Política externa independente, op. cit.*, p. 107. Para as “obrigações negativas”, ver Moniz Bandeira. *De Martí a Fidel, op. cit.*, pp. 360-1.

¹² No tocante à suposta contradição entre a defesa da autodeterminação e a preservação da segurança continental, San Tiago Dantas chamou a atenção para a diferença, em Direito Internacional, entre *aspiração* (a democracia) e *compromisso* (autodeterminação). Idem, pp. 345-7, 354, 435-7, 353. O México, seguindo uma tradição diplomática de independência face aos EUA, se opôs à convocatória, pois “não era um fato que a determinava, mas uma possibilidade.” Werner Altman, *México e Cuba: revolução, nacionalismo e política externa, op. cit.*, p. 80.

¹³ O discurso era um claro rompimento com a afirmação de Castro de que “*Nuestra revolución no es comunista*”, *El Mundo*, 9 de maio de 1959. Segundo Moniz Bandeira (*De Martí a Fidel, op. cit.*, p. 197, 347-8, 354-5, 349-351), a adesão de Castro ao marxismo-leninismo teve por finalidade comprometer a URSS a ajudar Cuba militarmente. Para a abstenção brasileira, ver Werner Altman, *op. cit.*, pp. 80-1.

¹⁴ Cervo & Bueno, *op. cit.*, p. 336 e San Tiago Dantas. *Política externa independente, op. cit.*, pp. 105-109.

¹⁵ Os ex-Chanceleres que assinaram a nota foram José Carlos de Macedo Soares, João Neves da Fontoura, Vicente Ráo e Horácio Lafer. O ex-Chanceler Raul Fernandes, embora de acordo com a nota, não a assinou, pois era membro da Comissão Jurídica Interamericana. San Tiago Dantas. *Política externa independente, op. cit.*, pp. 110-114.

¹⁶ Idem, p. 113.

¹⁷ Ibid., p. 112.

¹⁸ Moniz Bandeira. *De Martí a Fidel, op. cit.*, pp. 358-9, 368; Mário Gibson Barboza. *Na diplomacia, o traço todo da vida*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002, p. 103, 107.

¹⁹ Tânia Quintaneiro, *op. cit.*, p. 73; Moniz Bandeira. *Presença dos Estados Unidos no Brasil, op. cit.*, p. 422; *De Martí a Fidel, op. cit.*, pp. 368-9; Cervo & Bueno, *op. cit.*, p. 339. O Brasil apoiou a ressalva da delegação mexicana à segunda parte da resolução advinda da Reunião da OEA, pois a “instalação de mísseis nucleares em Cuba não era ataque armado segundo a ONU e o TIAR”. Werner Altman, *op. cit.*, pp. 76-7). Para a posição do Brasil face à resolução dos EUA na VIII Reunião,

ver Moniz Bandeira, *De Martí a Fidel*, *op. cit.*, p. 368). Para a coincidência entre as posições brasileira e mexicana na OEA, ver Werner Altman, *op. cit.*, p. 78. Para a Ata Final da Reunião, ver Cervo & Bueno, *op. cit.*, p. 338. Moniz Bandeira (*idem*, pp. 370-1 e 491) descreve o resultado final da Reunião de Punta del Este como uma “meia vitória” dos EUA.

²⁰ *Ibid.*, p. 335. Para o ponto de vista do Governo dos EUA sobre a posição brasileira em Punta del Este, ver Lincoln Gordon, *op. cit.*, pp. 320-1. Lincoln Gordon (p. 321) afirma que o senador norte-americano Hickenlooper, presente à reunião de Punta del Este como conselheiro do Congresso dos EUA, em sinal de desagrado com a posição do Brasil sobre a questão cubana apelidou San Tiago Dantas de “Santiago de Cuba”. O Brasil se absteria de votar a solicitação da Reunião de Consulta feita pela Colômbia ao Conselho da OEA, pois entendeu que não era o caso de se invocar o TIAR, em que a delegação colombiana buscava fundar sua solicitação ao referido Conselho. Cervo & Bueno, *op. cit.*, p. 336. Para a não-utilização do TIAR à questão de Cuba e para o voto brasileiro na Reunião, ver Moniz Bandeira. *De Martí a Fidel*, *op. cit.*, pp. 361-2, 369 e San Tiago Dantas. *Política externa independente*, *op. cit.*, p. 129, 139 e 177.

²¹ Mário Gibson Barboza, *op. cit.*, p. 105; Cervo & Bueno, *op. cit.*, p. 338. Ao mesmo tempo em que ocorria a Reunião de Chanceleres, realizava-se em 22 de fevereiro uma conferência latino-americana em Havana, paralela a de Punta del Este, com o fim de reafirmar os princípios de autodeterminação e de não-intervenção dos povos. A conferência, presidida pelo ex-presidente mexicano Lázaro Cárdenas e convocada conjuntamente com o senador socialista chileno Salvador Allende, contou com a participação do Deputado Federal e líder das Ligas Camponesas do Brasil, Francisco Julião. *El Mundo*, 21 de janeiro de 1962.

²² San Tiago Dantas. *Política externa independente*, *op. cit.*, p. 172, 174.

²³ *Idem*, pp. 140-1.

²⁴ Na já citada exposição feita em cadeia nacional de rádio e televisão, ao mesmo tempo em que afirmou que houve um ponto de vista unânime na Reunião de Punta del Este em torno da incompatibilidade entre um regime marxista-leninista e os princípios democráticos do sistema interamericano, San Tiago Dantas lembrou que a Carta dos Estados Americanos “não contém nenhum artigo que preveja a expulsão ou a suspensão de um Estado do seio da Organização. Diz como se adquire a condição de membro, mas não fala na perda coercitiva desta condição.” Diante disso, prosseguiu, o Direito Internacional ensina que “quando um organismo internacional não prevê, com uma norma própria, o modo de eliminação de um

dos seus membros, a maneira de alcançar êsse resultado é a reforma da Carta”. O caminho indicado para tanto era o artigo 111 da Carta de Bogotá, que previa sua reforma. O Deputado que interpelou San Tiago Dantas foi Padre Vidigal. O parlamentar valeu-se de pergunta formulada pelo jornal *Diário Carioca* do dia (7 de fevereiro de 1962). Ibid., pp. 138-9, 139, 177.

²⁵ Ibid., p. 175, 187. “O Tratado do Rio de Janeiro, concebido para que os Estados americanos se defendam conjuntamente dos riscos de um ataque armado ou de uma agressão equivalente, consubstanciado num fato concreto, jamais foi concebido como instrumento político para que os Estados dêste Hemisfério ou a sua organização regional se convertam em juízes dos regimes políticos adotados por qualquer país, seja pela via das eleições livres, seja pela via das revoluções”. Ibid., p. 135.

²⁶ “Não é verdade que Cuba esteja perdida como nação para a convivência democrática. Se não a isolarmos, se não a bloquearmos de tal maneira que não lhe deixemos outro rumo senão a integração definitiva no bloco soviético, Cuba completará o seu processo revolucionário, e o seu processo revolucionário a trará de volta à convivência dos Estados democráticos dêste Hemisfério”. Ibid., p. 154.

²⁷ Ibid., p. 131. Grifos meus.

²⁸ Ibid., p. 130-1. Essa declaração condenando o comunismo e em favor da democracia não impediu, porém, que fosse votada uma moção de censura ao Chanceler brasileiro na Câmara dos Deputados. Ver Cervo & Bueno, *op. cit.*, p. 341.

²⁹ Para as pressões das esquerdas, ver Moniz Bandeira. *De Martí a Fidel, op. cit.*, p. 359.

³⁰ A instalação dos mísseis decorria de acordo militar entre Cuba e URSS (*Operação Anadir*). Idem, p. 412, 420-2 e 437. Para os objetivos estratégicos dos EUA na questão dos mísseis em Cuba, ver J.A.S Grenville, *op. cit.*, pp. 593-4. Outro fator lembrado por Moniz Bandeira (*De Martí a Fidel, op. cit.*, pp. 438-9) era a necessidade de Kennedy dar uma resposta à opinião pública interna dos EUA face ao avanço do comunismo, *vis-à-vis* as eleições norte-americanas de novembro daquele ano. Segundo Grenville (*op. cit.*, p. 595), “*Khrushchev had boasted that the march of communism in the world could not be stopped. Cuba was a test. The Soviet Union must be seen to stand by her only ally in the Americas. Coexistence did not mean softness, as Mao was claiming*”. Krushchev visava, com os mísseis, vincular a questão de Cuba à questão de Berlim, dividida desde 13 de

agosto de 1961 em um setor soviético e outro, ocidental. Moniz Bandeira. *De Martí a Fidel*, *op. cit.* p. 416, 426, 435 e 446. Moniz Bandeira se equivoca ao dizer que os mísseis instalados em Cuba eram “ar-ar”. *Idem*, p. 414.

³¹ As primeiras evidências da presença de armamento nuclear soviético em Cuba datam de 28 de agosto. A confirmação veio em 14 de outubro. J.A.S. Grenville, *op. cit.*, p. 428, 440, 458 e 597. Para a resposta de Krushev a Kennedy, ver Moniz Bandeira. *De Martí a Fidel*, *op. cit.*, p. 434, 443 e 452). Para um acompanhamento dia a dia da crise dos mísseis, ver Ernst R. May & Philip D. Zelikow (ed.). *The Kennedy tapes: inside the White House during the Cuban missile crisis*. Cambridge and London: The Belknap Press of Harvard University Press, 1997.

³² Moniz Bandeira. *De Martí a Fidel*, *op. cit.*, pp. 430-1 e 435.

³³ *Idem*, p. 435.

³⁴ Moniz Bandeira. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983, p. 78.

³⁵ Moniz Bandeira. *De Martí a Fidel*, *op. cit.*, p. 455, 457, 458, 462, 464 e 476. Castro retribuiria o apelo, após a solução da crise, com uma visita à Embaixada do Brasil em Havana. *Idem*, pp. 476-7.

³⁶ A carta de Kennedy, que foi enviada também para todos os demais presidentes latino-americanos, está transcrita em Moniz Bandeira. *O governo João Goulart*, *op. cit.*, pp. 76-7, nota 4. De acordo com Phyllis Parker, a atitude de Goulart foi de apoio à posição norte-americana. Diante da revelação da presença dos mísseis em Cuba, ele teria dito: “Se o que Kennedy diz é verdade, então isso é não somente uma ameaça para vocês, mas para todos nós... e, evidentemente, estamos com vocês”. Segundo Parker, “Goulart parecia quase desapontado com o fato de os Estados Unidos não partirem para uma ação militar direta. Perguntou por que os Estados Unidos ‘simplesmente não os explodiam todos com uma bomba atômica’”. Phyllis Parker. *1964: o papel dos Estados Unidos...*, *op. cit.*, p. 49. A mesma opinião tem Lincoln Gordon, *op. cit.*, p. 330. O Artigo 6º do Tratado do Rio dizia o seguinte: “Se a inviolabilidade ou integridade do território, a soberania ou independência política de qualquer Estado Americano for afetada por uma agressão que não seja armada, ou por conflito extra-continental ou intra-continental, ou qualquer outro feito ou situação que possa pôr em perigo a paz da América, o Organismo de Consulta se reunirá imediatamente, a fim de decidir as medidas que, em caso de agressão, deverão ser tomadas em auxílio ao agredido ou, em todo caso, as que convenham tomar para a defesa comum e para a manutenção

da paz e da segurança do Continente”. Transcrito em Olivier Dabène, *op. cit.*, p. 141.

³⁷ Moniz Bandeira. *De Martí a Fidel*, *op. cit.*, p. 141.

³⁸ Idem, *O governo João Goulart*, *op. cit.*, pp. 79-80.

³⁹ Ibid., p. 80; *De Martí a Fidel*, *op. cit.*, pp. 459-451; Lincoln Gordon, *op. cit.*, pp. 280-1, 330 e 378). Na opinião de Moniz Bandeira, a atitude do Embaixador do Brasil na ONU “não refletiu exatamente a orientação de Goulart, que, conquanto não a desautorizasse, rechaçara, na verdade, o propósito intervencionista dos Estados Unidos”. Ainda segundo Moniz Bandeira (*O governo João Goulart*, *op. cit.*, pp. 80-1), a posição do Brasil na reunião da OEA pareceu “vacilante, dúplice e equívoca, em virtude do caráter de conciliação que apresentara”. Nesse sentido, “a posição do Governo se afigurou confusa, num momento de radicalização, em que seus próprios sustentáculos se solidarizavam com Cuba”.

⁴⁰ J.A.S Grenville, *op. cit.*, pp. 598-9. Para as alegações de vitória de ambos os lados, ver Moniz Bandeira. *De Martí a Fidel*, *op. cit.*, p. 467 e 474. Lincoln Gordon (*op. cit.*, p. 335 e 377) afirma que uma das conseqüências da crise foi o aumento do prestígio dos EUA na América Latina e a diminuição da eficácia da propaganda cubana no Brasil. Essa opinião coincide com a de Phyllis Parker, segundo a qual “A maneira pela qual Kennedy conduziu a crise dos mísseis de Cuba serviu para elevá-lo aos olhos de Goulart, e a opinião pública em geral no Brasil foi bastante favorável à virada dos acontecimentos”. Parker (*op. cit.*, p. 50) afirma ainda que, após o fim da crise, Goulart teria brindado à “vitória dos ianques!” Ver também Lincoln Gordon, *op. cit.*, p. 330. A opinião de Goulart não estava em sintonia com a do premiê soviético, que afirmou em suas memórias: “Removemos nossos mísseis em troca da promessa americana de não invadir Cuba. O objetivo dos agressores americanos era destruir Cuba. O nosso, preservar Cuba. E Cuba existe. Então, quem levou a melhor?” Nikita S. Khrushchev. *As fitas da Glanost*. São Paulo: Siciliano, 1991, p. 227. Para a raiva de Castro com a retirada dos mísseis, ver Moniz Bandeira. *De Martí a Fidel*, *op. cit.*, p. 475. Em sua autobiografia, Krushchev afirma que “Castro sugeriu que a fim de impedir a destruição dos nossos mísseis, nós os usássemos contra os Estados Unidos num golpe preventivo. Achava que um ataque americano era inevitável e que cumpria que nos antecipássemos a ele. Em outras palavras: tínhamos de lançar imediatamente um ataque com mísseis nucleares contra os Estados Unidos. [...] Ficou claro para nós que Fidel Castro não havia entendido os nossos propósitos.” Nikita S. Khrushchev, *op. cit.*, p. 224.

⁴¹ Paulo Vizentini, *op. cit.*, p. 210, 214. Moniz Bandeira aponta como resultado da crise para o Brasil “o impulso à radicalização interna, tanto pela esquerda quanto pela direita, paralelamente a outro abalo que causou nas relações com os Estados Unidos, cujas autoridades não tinham a menor simpatia por Goulart e nele confiavam cada vez menos”. Moniz Bandeira, 1998, p. 484. Esta opinião contrasta diretamente com a de Phyllis Parker, anteriormente referida. *Op. cit.*, p. 50.

⁴² Vasco Leitão da Cunha. *Diplomacia em alto-mar*, *op. cit.*, pp. 200-4 e Moniz Bandeira. *De Martí a Fidel*, *op. cit.*, p. 395, 396, 497-8. Moniz Bandeira contabiliza o assassinato de um conselheiro da Embaixada do México, três mortos na do Equador, dois na do Uruguai e dois na do Brasil. *Idem*, p. 499.

⁴³ *Ibid.*, p. 497. Nota, Ministerio de Relaciones Exteriores, República de Cuba, La Habana, 19 de enero de 1963, “Año de la Organización”, Al Excelentísimo señor Luiz Bastian Pinto, Embajador Extraordinario y Plenipotenciario del Brasil, a) Raúl Roa. AMRE-B.

⁴⁴ Telegrama nº 21, reservado-urgentíssimo, da embaixada do Brasil em Havana (Bastian Pinto) 19/20.1.1963 – 15hs30. Telegramas – Recebidos – Havana – 1962-1964. AHMRE-B. Transcrito em Moniz Bandeira. *De Martí a Fidel*, *op. cit.*, p. 498.

⁴⁵ Ofício nº 149, confidencial, José Maria Ruiz de Gamboa ao chanceler Evandro Lins e Silva, Havana, 18.6.1963. MDB – Havana – Ofícios Recebidos – 1962-1964. AHMRE-B. *Idem*, p. 499.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 500.

⁴⁷ Telegrama, da Embaixada em Havana, reservado-urgentíssimo, 20.01.1963, a) Luiz Leivas Bastian Pinto. AMRE-B.

⁴⁸ Moniz Bandeira. *De Martí a Fidel*, *op. cit.*, pp. 499-500.

⁴⁹ Ofício nº 175, confidencial, José Maria Ruiz de Gamboa para o chanceler Evandro Lins e Silva, Havana, 12.7.1963. MDB – Havana – Ofícios Recebidos – 1962-1964. AHMRE-B. *Idem*, p. 501.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 501-2.

⁵¹ Paulo Vizentini, *op. cit.*, p. 209.

⁵² A respeito das “ilhas de sanidade administrativa”, o ex-Embaixador dos EUA no Brasil Lincoln Gordon rejeita a interpretação de que a ajuda aos governos estaduais tinha como objetivo enfraquecer o Governo Goulart. Tal ajuda, na visão do ex-Embaixador, pautava-se unicamente por critérios técnicos: “em vez de aplicar pressões econômicas destinadas a enfraquecer o governo Goulart, nossa política

foi manter a assistência econômica onde ela podia ser eficaz”. Lincoln Gordon, *op. cit.*, p. 106, 328-9.

⁵³ Idem, pp. 95-100, 326, 343, 347-8. Gordon afirmava que “o único progresso visível que ele [Goulart] promoveu foi no aumento do empreguismo, na corrupção e na polarização do sentimento político. Fora isso, o que existe é um vácuo, com elementos perigosos ansiosos para preenchê-lo”. Ibidem, p. 348. Em certo momento do relatório, após analisar a fraqueza dos golpistas da oposição a Goulart e a impossibilidade de *impeachment*, Gordon chega a apelar para uma intervenção divina: “Se Deus é realmente brasileiro, o problema cardíaco que acometeu Goulart em 1962 não tardará a se tornar agudo”. Ibid., p. 349.

Diante dessa ameaça aos interesses estadunidenses, o Governo dos EUA admitia cada vez mais uma ação golpista contra Goulart. Dois anos antes do golpe que derrubou o Presidente brasileiro, em telegrama à Embaixada no Brasil datado de 30 de março de 1962, o Departamento de Estado definia-se abertamente por uma solução golpista, caso a situação no Brasil ameaçasse fugir ao controle, afirmando que “uma clara determinação por parte da autêntica liderança brasileira e a presunção de uma posição de legitimidade são da maior importância possível. Não obstante, não nos deixaremos paralisar por filigranas teóricas, se não houver dúvida quanto a uma opção entre as forças governamentais democráticas do Brasil e uma ditadura dominada pelos comunistas” (Telegrama 1296 do Departamento de Estado para a Embaixada no Brasil, 30.03.1962. Transcrito em Lincoln Gordon, *op. cit.*, p. 113. Mais tarde, o representante dos EUA no Brasil seria ainda mais explícito: “preferiríamos um golpe por forças favoráveis aos EUA a um golpe por forças hostis, suscetíveis de serem capturadas pelo Partido Comunista, por soviéticos e cubanos”. Idem, p. 369.

⁵⁴ Ibid., p. 96-7, 99, 281, 319, 339, 355, 393, 395 e 400. Os EUA associavam a crise brasileira à Guerra Fria, enfatizando a possibilidade de a URSS “correr em ajuda” a um Governo pró-comunista no Brasil, tal como acontecera em Cuba. Ibid., p. 362-3.

⁵⁵ Moniz Bandeira. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, *op. cit.*, p. 423 e Cervo & Bueno, *op. cit.*, p. 334. Para o ponto de vista do Governo norte-americano sobre a encampação da ITT, ver Lincoln Gordon, *op. cit.*, p. 321-2.

⁵⁶ Segundo Lincoln Gordon (*op. cit.*, p. 104), “Contrariamente a muitas das alegações que já foram publicadas, o Governo dos EUA não procurou debilitar o governo de Goulart colocando-o sob pressão econômica”.

⁵⁷ O então Embaixador do Brasil em Havana, Luis Bastian Pinto, referiu-se às determinações da Segunda Declaração de Havana como “comunismo latino-americano”. Moniz Bandeira. *De Martí a Fidel, op. cit.*, p. 376.

⁵⁸ “Segunda Declaración de La Habana”, in Cuba. Ministerio de Relaciones Exteriores. *Perfil de Cuba*. La Habana: Dirección de Información, 1966, p. 307, 310.

⁵⁹ Idem, p. 311, 318, 319, 320.

⁶⁰ Ibid., p. 320.

⁶¹ Ibid.. A título de comparação entre o radicalismo da Segunda Declaração de Havana e a atitude moderada dos PCs tradicionais, vale a pena mencionar a seguinte passagem da Declaração de Março de 1958 do Partido Comunista do Brasil (PCB): “Nas condições presentes de nosso país, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo. A revolução no Brasil, portanto, não é ainda socialista, mas antiimperialista, antifeudal, nacional e democrática... Na situação atual do Brasil, o desenvolvimento econômico capitalista entra em conflito com a exploração imperialista norte-americana, aprofundando-se a contradição entre as forças nacionais e progressistas em crescimento e o imperialismo norte-americano, que obstaculiza sua expansão...” Transcrito em Emir Sader. “Cuba no Brasil: influências da Revolução Cubana na esquerda brasileira”, in Daniel Aarão Reis Filho et al. *História do marxismo no Brasil. Vol. 1: o impacto das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 174-5.

⁶² “Segunda Declaración de La Habana”, *op. cit.*, p. 321.

⁶³ Para a influência da Revolução Cubana nas Ligas, ver Antônio Torres Montenegro. “Ligas Camponesas w sindicatos rurais em tempo de revolução”. In Jorge Ferreira & Lucila de Almeida Neves Delgado (org.). *O Brasil republicano. Vol. 3: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 262. O autor enfatiza o clima de apreensão criado na opinião pública norte-americana por uma reportagem do jornalista Tad Sculz no *The New York Times*, que dava aos leitores a impressão de que “uma revolução comunista estava prestes a acontecer no Nordeste brasileiro”, o que colocaria em risco uma região estrategicamente importante para os EUA na Guerra Fria. Idem, p. 262 e 263.

⁶⁴ Depoimento de Francisco Julião. Transcrito em Denis de Moraes. *A esquerda e o golpe de 64*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989, pp. 80-1.

⁶⁵ Joseph Page. *Nordeste, a revolução que nunca houve*. Rio de Janeiro: Record, 1986, pp. 136-147; Monoz Bandeira. *De Martí a Fidel, op. cit.*, pp. 505-6, 507; *Bohemia*, 8 de março de 1963.

⁶⁶ Para os acampamentos guerrilheiros e o depoimento de Julião, ver Elio Gaspari. *A ditadura envergonhada*, *op. cit.*, p. 179 e Denis de Moraes, *op. cit.*, p. 81 e 84. Para o desmantelamento do foco de Dianópolis, ver Flávio Tavares. *Memórias do esquecimento*. 3ª ed. São Paulo: Globo, 1999, pp. 77-8. Segundo Geneton Moraes Neto, Julião havia requisitado, em viagem à URSS em 1957, mil metralhadoras às autoridades soviéticas para armar os camponeses nordestinos. *Dossiê Brasil: histórias por trás da história recente do Brasil*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996, p. 225.

⁶⁷ Citado em Denis de Moraes, *op. cit.*, p. 225. Ver também Joseph Page, *op. cit.*, pp. 118-124.

⁶⁸ Alfred Stepan. *Os militares na política*, *op. cit.*, p. 116, nota 3 e Robert J. Alexander. *Communism in Latin America*. 3rd. Ed. New Brunswick: Rutgers University Press, 1963, p. IX-XIX.

⁶⁹ Martins Filho, *op. cit.*, p. 117.

⁷⁰ Hélio Silva, *op. cit.*, p. 87. Grifo meu.

⁷¹ Idem, p. 468. Grifos no original.

⁷² Ibid., p. 342, 343; Luís Viana Filho. *O governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975, p. 19.

⁷³ Hélio Silva, *op. cit.*, pp. 362-4; *Revolución*, 16 e 17 de março de 1964. Uma das idéias mais difundidas sobre o movimento que depôs Goulart em março-abril de 1964, sobretudo por setores ligados à esquerda, afirma que o golpe de Estado foi planejado e executado com ajuda do Governo dos EUA, através de sua agência de espionagem, a CIA. Esta é a opinião de Moniz Bandeira (*O governo João Goulart*, *op. cit.*, pp. 72-4) e de Hemílio Fróes. *Vésperas de primeiro de abril, ou nacionalistas x entreguistas*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1993, pp. 123-9, entre outros. Embora o Governo dos EUA tenha visto com bons olhos a deposição de Goulart, e o Embaixador Lincoln Gordon tenha inclusive sugerido o fornecimento de armas norte-americanas aos golpistas brasileiros, admitindo mesmo a possibilidade de intervenção direta dos EUA (*op. cit.*, p. 398), até o momento, porém, tal ideia carece de fundamentação factual, ficando no nível da especulação e das teorias conspiratórias. A pesquisadora norte-americana Phyllis Parker, baseada em documentos do Departamento de Estado desclassificados em 1977, conclui que “não há provas de que os Estados Unidos instigaram, planejaram, dirigiram ou participaram da execução do golpe de 1964”. *Op. cit.*, p. 128. A respeito do plano norte-americano de envio de uma frota naval para auxiliar os golpistas brasileiros (*Operação*

Brother Sam), afirma Lincoln Gordon (*op. cit.*, p. 109) que esta não chegou a entrar em águas territoriais brasileiras, saindo de Porto Rico em 31 de março; com a rápida vitória do golpe, tornou-se desnecessária. O coronel Vernon Walters, adido militar da Embaixada dos EUA no Brasil e amigo pessoal do marechal Castello Branco, nega que a CIA tenha participado do movimento, limitando-se a acompanhar os acontecimentos. Vernon Walters. *Missões silenciosas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986, p. 339. Thomas Skidmore (*Brasil: de Getúlio a Castelo*, *op. cit.*, p. 392) observa que não há evidências concretas de que os conspiradores teriam sido subsidiados ou dirigidos pelo Governo dos EUA.

⁷⁴ Tânia Quintaneiro, *op. cit.*, p. 103, nota 1; p. 104, nota 6. Ver também Moniz Bandeira. *De Martí a Fidel*, *op. cit.*, p. 538.

⁷⁵ Tânia Quintaneiro, *op. cit.*, p. 104, nota 6.

⁷⁶ Transcrito em Geneton Moraes Neto, *Dossiê Brasil*, *op. cit.*, p. 140.

⁷⁷ Tânia Quintaneiro, *op. cit.*, p. 104.

Notas da Terceira Parte:

III - Anos de Ruptura: A Política do Regime Militar frente à Cuba (1964-1974)

¹ Juracy Magalhães. *Minha experiência diplomática: depoimento ao CPDOC*. São Paulo: FGV, 1982, p. 201.

² “Discurso do Presidente Castello Branco, no Palácio Itamaraty, por ocasião da entrega de diplomas aos candidatos aprovados por concurso à carreira de diplomata, em 31 de julho de 1964”. BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Textos e Declarações Sobre Política Externa (de abril de 1964 a abril de 1965)*. Rio de Janeiro: Departamento Cultural e de Informações, 1965, p. 9.

³ Idem, *ibidem*.

⁴ A mesma opinião encontra-se em Lincoln Gordon, *op. cit.*, p. 282.

⁵ “Discurso do Presidente Castello Branco...”, *op. cit.*, p. 10.

⁶ Idem, pp. 10-13.

⁷ Alfred Stepan, *op. cit.*, p. 97 e 168. Ver também Lincoln Gordon, *op. cit.*, p. 282.

⁸ Em mensagem ao Congresso Nacional em março de 1965, Castello Branco enumerou as atuações mais marcantes da Chancelaria brasileira, a saber: o rompimento com Cuba e o reforço do sistema de segurança continental e do sistema interamericano na IX Reunião da OEA. Citado em Tânia Quintaneiro, *op. cit.*, p. 103, 108.

⁹ Juracy Magalhães, *op. cit.*, pp. 183-5.

¹⁰ Alfred Stepan, *op. cit.*, p. 95.

¹¹ Elio Gaspari. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 305; Alain Rouquié. *O Estado militar na América Latina*, *op. cit.*, p. 334.

¹² Alan Rouquié (*op. cit.*, pp. 336-7) afirma que a verdadeira ideologia dos militares brasileiros, longe de ter sido simples reflexo dos interesses das elites econômicas, era a causa do Estado. Ao contrário do padrão marxista clássico, o Estado militar, portanto, não constituía um comitê para administrar os negócios da burguesia, mas constituiu uma forma bastante complexa de autonomia do aparelho estatal. Para a origem do anticomunismo nas Forças Armadas brasileiras, ver Martins Filho, *op. cit.*, p. 104.

¹³ Elio Gaspari. *A ditadura envergonhada*, *op. cit.*, pp. 126-7. Grifos meus.

¹⁴ Maria Celina D'Araújo; Celso Castro; Gláucio Ary Dillon Soares (org.). *1964: visões do golpe*, *op. cit.*

¹⁵ Odílio Denys. *Ciclo revolucionário brasileiro*, *op. cit.*, p. 107.

¹⁶ Moniz Bandeira. *Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente*, *op. cit.*

¹⁷ Régis Debray. *Révolution dans la révolution?* Paris: François Maspero, 1967.

¹⁸ “Discurso do Presidente Castello Branco, no Palácio Itamaraty...”, *op. cit.*

¹⁹ Thomas E. Skidmore. *Brasil: de Castelo a Tancredo*, *op. cit.*, pp. 99-100, 107.

²⁰ Idem, p. 139. Ver também Luís Viana Filho, *op. cit.*, p. 463.

²¹ Thomas E. Skidmore. *Brasil: de Castelo a Tancredo*, *op. cit.*, pp. 151-160. Ver também Jacob Gorender. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira – das ilusões perdidas à luta armada*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1997, pp. 153-166.

²² Elio Gaspari. *A ditadura envergonhada*, *op. cit.*, pp. 333-344.

²³ Thomas E. Skidmore. *Brasil: de Castelo a Tancredo*, *op. cit.*, pp. 189-202, 203-7; Jacob Gorender, *op. cit.*, pp. 181-6 e Elio Gaspari. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 87-104, 105-124.

- ²⁴ Juracy Magalhães, *op. cit.*, p. 183.
- ²⁵ Daniel Drosdoff. *Linha dura no Brasil: o governo Médici, 1969-1974*. São Paulo: Goblal, 1986, p. 53, 54-5. Ver também Lincoln Gordon, *op. cit.*, pp. 282-3.
- ²⁶ Arnaldo Abílio Godoy Barreira Cravo. *A política internacional da Revolução, 1964-1985*. São Paulo: A.A.G.B. Cravo, 2003, p. 32.
- ²⁷ Moniz Bandeira. *Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente, op. cit.*
- ²⁸ Thomas E. Skidmore. *Brasil: de Castelo a Tancredo, op. cit.*, p. 310.
- ²⁹ Lincoln Gordon, *op. cit.*, p. 283.
- ³⁰ Mário Gibson Barboza, *op. cit.*, pp. 265-9.
- ³¹ Analdo Abílio Godoy Barreira Cravo, *op. cit.*, p. 39.
- ³² Aain Rouquié, *op. cit.*, pp. 366-377, 378-180.
- ³³ Elio Gaspari. *A ditadura derrotada, op. cit.*, p. 355.
- ³⁴ Frei Betto. *Fidel e a religião, op. cit.*, pp. 353-6 e Fernando Morais. *A ilha, op. cit.*, p. 136.
- ³⁵ Jacob Gorender, *op. cit.*, pp. 88-91. Moniz Bandeira chama a atenção para a ruptura de Fidel Castro com os “dogmas stalinistas”, o que se teria traduzido, segundo a Embaixada do Brasil em Havana, em uma forma de “marxismo amador”, descrito como “cubanismo”. *De Martí a Fidel, op. cit.*, p. 297).
- ³⁶ Denise Rollemberg. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil, op. cit.*, pp. 14-5.
- ³⁷ Jacob Gorender, *op. cit.*, pp. 89-90.
- ³⁸ Idem, p. 90.
- ³⁹ Moniz Bandeira. *De Martí a Fidel, op. cit.*, p. 194.
- ⁴⁰ Carta-Telegrama, para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, Havana, 29.04.1959, a) Marcos Antonio de Salvo Coimbra. AMRE-B.
- ⁴¹ Além de ter patrocinado quatro tentativas de desembarque de guerrilheiros em países da América Central em 1959, o Governo cubano passou a patrocinar em 1963 guerrilhas na Venezuela, Peru, Guatemala e Argentina. Nos anos seguintes, surgiriam guerrilhas castristas na Bolívia, Brasil, Guatemala e Nicarágua. Moni Bandeira. *De Martí a Fidel, op. cit.*, p. 200, 347, nota 6. Ver também Elio Gaspari. *A ditadura envergonhada, op. cit.*, p. 180, nota 20.
- ⁴² Moniz Bandeira. *De Martí a Fidel, op. cit.*, pp. 201-2. “O estímulo não apenas ideológico mas sobretudo material dado pelo governo cubano à deflagração da luta

armada em toda a América Latina provocou, naturalmente, severas reações em todas as áreas, uma vez que, ao interferir na política interna de outros países, o próprio governo de Fidel Castro violava os princípios de respeito à autodeterminação dos povos e de não-intervenção, evocados exatamente para condenar e impedir a intervenção dos EUA em Cuba”. Idem., p. 305.

⁴³ Ibid., p. 301.

⁴⁴ Ibid., p. 562. Ver também Elio Gaspari. *A ditadura envergonhada*, op. cit., p. 197.

⁴⁵ Moniz Bandeira. *De Martí a Fidel*, op. cit., p. 574. Esse autor afirma que já em 1962 Che Guevara lhe revelara, em conversa em Havana, a idéia de criação de uma internacional revolucionária. Idem, p. 10.

⁴⁶ Elio Gaspari. *A ditadura escancarada*, op. cit., p. 178.

⁴⁷ Idem, p. 563. A respeito do número de brasileiros que teriam feito treinamento de guerrilha em Cuba, Denise Rollemberg informa sobre a existência de um dossiê de 107 páginas, preparado em 1972 pelo Centro de Informações do Exército (CIE), que traz o nome de 219 militantes. Denise Rollemberg, op. cit., p. 12.

⁴⁸ Para a acomodação entre EUA e URSS e o início da “*détente*”, ver Moniz Bandeira. *De Martí a Fidel*, op. cit., p. 492). Um fato que certamente influenciou para a ideia de exportar a revolução foi o isolamento de Cuba. Idem, p. 495. Segundo Moniz Bandeira, “Não fosse a extrema dependência econômica de Cuba em relação à URSS, o governo cubano se alinharia ostensivamente à China”. Ibidem, p. 508. Dentre os líderes revolucionários cubanos, sem dúvida o que tinha uma visão mais crítica sobre a URSS era “Che” Guevara (p. 549). Em várias ocasiões Fidel Castro deu mostras de independência em relação à URSS. Ibid., p. 234, 575, 579-580 e 581.

⁴⁹ Ibid., p. 565 e 568 e Jorge Castañeda. *La vida en rojo*, op. cit., pp. 399-476. A escolha da Bolívia deveu-se à sua localização estratégica, no centro da América do Sul, de onde Guevara pretendia deflagrar a revolução continental. Segundo Moniz Bandeira, Guevara encontrou-se secretamente em São Paulo, quando da viagem clandestina à Bolívia, com o dirigente revolucionário brasileiro Carlos Mariguella. Moniz Bandeira. *De Martí a Fidel*, op. cit., p. 567, 569-570.

⁵⁰ Idem, p. 301; Joseph Page, op. cit., p. 123 e Elio Gaspari. *A ditadura envergonhada*, op. cit., p. 179.

⁵¹ Denise Rollemberg, op. cit., p. 24 e Elio Gaspari. *A ditadura envergonhada*, op. cit., p. 178.

⁵² Geneton Moraes Neto. *Dossiê Brasil*, op. cit., p. 226. Ver também Elio Gaspari. *A ditadura envergonhada*, op. cit., p. 178.

⁵³ Dênis de Moraes. *A esquerda e o golpe de 64*, op. cit., p. 344. Segundo esse autor, “Brizola insistia na carta cubana para conservar a sua condição de comandante da ala esquerda da oposição ao regime brasileiro. Pode-se supor que a sua fé na guerrilha guevarista tenha sido nula. Sua ligação com Cuba, além da ajuda logística, permitira-lhe manter fechado o caminho a outras lideranças de esquerda. Idem, p. 207. Ver também Jacob Gorender, op. cit., pp. 134-7 e Emiliano José. *Carlos Mariguella, o inimigo número um da ditadura militar*. São Paulo: Sol e Chuva, 1997, pp. 215-222. Segundo Flávio Tavares, a guerrilha brizolista tinha apoio do Governo de Chadi Jagan, da Guiana. *Memórias do esquecimento*, op. cit., p. 190, 195.

⁵⁴ Elio Gaspari data o primeiro plano de insurreição brizolista para 15 de setembro de 1964. Segundo Moniz Bandeira, a guerrilha de Caparaó não era um projeto isolado, mas fazia parte da articulação continental com a guerrilha de Che na Bolívia. Moniz Bandeira. *De Martí a Fidel*, op. cit., p. 570, nota 98. Ver também Elio Gaspari. *A ditadura envergonhada*, op. cit., p. 182, 183, 184, 190, 196, 200, 202, 244.

⁵⁵ Geneton Moraes Neto, op. cit., p. 216.

⁵⁶ Para a participação de Mariguella na OLAS, ver Jacob Gorender, op. cit., p. 104 e Elio Gaspari. *A ditadura envergonhada*, op. cit., p. 248. Mariguella considerava Cuba como uma “retaguarda estratégica”. Denise Rollemberg, op. cit., p. 47.

⁵⁷ Idem, p. 40-3.

⁵⁸ Ibid., p. 45 e 49

⁵⁹ Elio Gaspari. *A ditadura escancarada*, op. cit., p. 256. Na opinião de Denise Rollemberg, nem sempre o relacionamento entre Cuba e os guerrilheiros brasileiros era amistosa: “as relações de Mariguella e da ALN com Cuba, mesmo depois de sua morte, em novembro de 1969, não eram sem tensões e conflitos. Se o apoio era bem recebido, não significava, para Mariguella, o meio pelo qual o governo cubano iria intervir nos rumos da revolução brasileira. O apoio jamais levaria à perda da autonomia da organização, à entrega da direção da guerrilha e, muito menos, à subserviência”. Denise Rollemberg. “Esquerda revolucionária e luta armada”. In Jorge Ferreira & Lucila de Almeida Neves Delgado (org.). *O Brasil republicano. Vol. 4: o tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 63.

⁶⁰ Denise Rollemberg. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil*, op. cit., pp. 50-59. Do grupo, apenas seis sobreviveram. Elio Gaspari. *A ditadura escancarada*, op. cit., pp. 386-8.

⁶¹ Denise Rollemberg. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil*, op. cit., p. 12. “O treinamento era, basicamente, o mesmo para todas as organizações e não se diferenciou muito daquele feito pelo MNR. Ou seja, os militantes ficavam por um período de cerca de cinco meses no Ponto Zero, um quartel do exército, próximo a Havana, onde passavam toda a semana. Aí, tinham instruções e prática de tiro, aprendiam fórmulas de explosivo e a montar e desmontar armas. Nos finais de semana iam para a capital. O segundo momento do treinamento era na serra, em Pinar del Rio, no ocidente, para onde os militantes eram deslocados e alojados em acampamentos preparados para este fim. Faziam exercícios militares e de sobrevivência, marchas, tiro, tática, manobras, recebiam noções de topografia. O treinamento culminava em uma simulação, durante a qual os guerrilheiros enfrentavam militares do exército cubano.” Idem, p. 41.

⁶² Ibid., p. 62.

⁶³ Ibid., p. 63. O general Arnaldo Ochoa Sánchez, que seria comandante das tropas cubanas em Angola e na Etiópia, foi condenado em um rumoroso processo por tráfico de drogas e outros delitos e fuzilado em 1989.

⁶⁴ “Discurso do Chanceler Mário Gibson Barboza na 25ª Assembléia Geral das Nações Unidas”. Transcrito em Luís Felipe de Seixas (org.). *A palavra do Brasil nas Nações Unidas, 1946-1995*. Brasília: FUNAG, 1995, p. 250.

⁶⁵ Entre setembro de 1969 e dezembro de 1970, quatro diplomatas estrangeiros foram seqüestrados por membros de organizações guerrilheiras no Brasil: o Embaixador dos EUA, Charles B. Elbrick (4 de setembro de 1969), o cônsul do Japão em São Paulo, Nobuo Okuchi (11 de março de 1970), o Embaixador da República Federal da Alemanha, Ehrenfried Von Holleben (11 de junho de 1970) e o Embaixador da Suíça, Giovanni Enrico Bucher (7 de dezembro de 1970). Todos foram libertados em troca da soltura de presos políticos. Jacob Gorender, op. cit., pp.181-6, 210, 217 e 220-1.

⁶⁶ Mário Gibson Barboza, op. cit., p. 264, 265, 267.

⁶⁷ Contradizendo essa sua afirmação, em discurso pronunciado em 13 de março de 1961, ao se referir ao apoio de outros países a elementos contra-revolucionários, Fidel Castro afirmou que “promoverá a revolução contra os governos que pretendam derrubar o regime cubano”. *Revolución*, 14 de março de 1961.

Notas da Quarta Parte

IV - Anos de Degelo: O Processo de Reaproximação Brasil-Cuba (1974 - 1986)

¹ Moniz Bandeira. *Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente*, op. cit. e Cervo & Bueno, op. cit., pp. 401-411.

² José Flávio Sombra Saraiva. *O lugar da África*, op. cit., p. 76, 77-8.

³ Eric J. Hobsbawn. *A era dos extremos*, op. cit.

⁴ José Flávio Sombra, op. cit., pp. 65-71.

⁵ Paulo Vinentini, op. cit.

⁶ Hugo Abreu. *O outro lado do poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979, pp. 38-59.

⁷ Luiz Adolfo Pinheiro. *JK, Jânio e Jango: três jotas que abalaram o Brasil*, op. cit., pp. 75-88.

⁸ Thomas E. Skidmore. *Brasil: de Castelo a Tancredo*, op. cit., pp. 322-335.

⁹ Moniz Bandeira. *Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente*, op. cit., p. 226.

¹⁰ *Veja*, 2 de julho de 1986.

¹¹ Hugo Abreu, op. cit., pp. 49-50. Ver também Moniz Bandeira. *De Martí a Fidel*, op. cit., p. 591.

¹² Assim, ao deixar o Ministério do Exército, em 12 de outubro de 1977, o General Sílvio Frota, líder da “linha dura” e aspirante à sucessão de Geisel na presidência da República, divulgou nota em que apresentou, como prova do “abandono dos objetivos da Revolução”, “o voto de abstenção, quanto ao ingresso de Cuba na Organização dos Estados Americanos, que esconde, na omissão, a simpatia a um país comunista, exportador de subversão”. Transcrito em Hugo Abreu, op. cit., p. 50.

¹³ Cervo & Bueno, op. cit., pp. 420-3.

¹⁴ Maria Celina D’Araújo & Celso Castro (org.). *Ernesto Geisel*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1997, pp. 343-4.

¹⁵ Hugo Abreu, op. cit., pp. 52-6. Ver também D’Araújo & Castro, op. cit., pp. 344-5.

¹⁶ Fernando Moraes. *A ilha*, op. cit., p. 147 e Moniz Bandeira. *De Martí a Fidel*, op. cit., p. 597.

¹⁷ Jorge Castañeda. *La vida en rojo*, *op. cit.*, pp. 341-398.

¹⁸ Moniz Bandeira. *De Martí a Fidel*, *op. cit.*, p. 597.

¹⁹ Fernando Morais, *op. cit.*, pp. 147-151.

²⁰ Moniz Bandeira. *De Martí a Fidel*, *op. cit.*, pp. 594-5.

²¹ Thomas Skidmore. *Brasil: de Castelo a Tancredo*, *op. cit.*, pp. 422-7, 427-433.

²² Além do livro de Morais, vale mencionar os de Ignacio de Loyola Brandão. *Cuba de Fidel: viagem à ilha proibida*, *op. cit.*; Jorge Escosteguy. *Cuba hoje: 20 anos de revolução*, *op. cit.*; Florestan Fernández. *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*, *op. cit.* e Eric Nepomuceno. *Cuba: anotações sobre uma revolução*, *op. cit.* Essas obras apresentavam uma visão positiva sobre o regime de Fidel Castro, enfatizando os progressos alcançados nas áreas de saúde, educação e justiça social em meio a um continente caracterizado pela miséria e desigualdade. Alguns desses livros, como a longa entrevista concedida por Fidel Castro a Frei Betto em 1985 (*Fidel e a religião*, *op. cit.*), logo se tornaram *best-sellers*, atestando o interesse geral do público pelo tema.

²³ Faziam parte do grupo que foi a Cuba a convite do Governo cubano o cantor e compositor Chico Buarque de Hollanda, a atriz Marieta Severo e os escritores Ignácio de Loyola Brandão e Antonio Callado. Ignacio de Loyola Brandão, *op. cit.*, p. 14.

²⁴ Moniz Bandeira. *Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente*, *op. cit.*, pp. 253-4.

²⁵ Isso não impediu que, no mesmo ano de 1983, a Diplomacia brasileira prestasse “decisiva assistência econômica e militar” ao Suriname, a fim de “evitar que a crise interna naquele país tendesse a uma solução enquadrada pela presença cubana no conflito Leste-Oeste”. Cervo & Bueno, *op. cit.*, p. 451.

²⁶ No momento em que o Brasil reatou relações com Cuba, apenas Chile e Paraguai recusavam-se a reconhecer o Governo de Cuba na América Latina. *Veja*, 2 de julho de 1986.

²⁷ Moniz Bandeira. *De Martí a Fidel*, *op. cit.*, p. 595.

²⁸ *Veja*, 2 de julho de 1986.

²⁹ Entrevista ao autor, Brasília, 2 de setembro de 2003.

³⁰ *Veja*, 2 de julho de 1986.

³¹ Entrevista ao autor, Brasília, 2 de setembro de 2003.

³² *Veja*, 2 de julho de 1986.

³³ Entrevista ao autor, Brasília, 2 de setembro de 2003.

³⁴ *Veja*, 2 de julho de 1986.

³⁵ Entrevista ao autor, Brasília, 2 de setembro de 2003. O Chefe do SNI (Serviço Nacional de Informações) à época do reatamento Brasil-Cuba era o general Ivan de Souza Mendes.

³⁶ *Idem*.

³⁷ *Veja*, 2 de julho de 1986.

Fontes e Bibliografia citadas

Fontes primárias

Arquivos, bibliotecas

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores – Brasília
Biblioteca João Guimarães Rosa
Biblioteca Antônio F. Azeredo da Silveira
Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho
Biblioteca Pedro Aleixo

Periódicos

- Semanais

Bohemia – Havana
Veja – São Paulo

- Diários

El Mundo – Havana
Hoy – Havana
O Globo – Rio de Janeiro
O Estado de Minas – Belo Horizonte

O Estado de São Paulo – São Paulo

Prensa Libre – Havana

Revolución – Havana

Depoimentos, entrevistas, discursos, memórias

Abreu, Hugo. *O outro lado do poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

Affonso, Almino. *Raízes do golpe: da crise da legalidade ao parlamentarismo*. São Paulo: Marco Zero, 1988.

Arenas, Reinaldo. *Antes que anochezca*. Barcelona: Tusquets Editores, 1992.

Barboza, Mário Gibson. *Na diplomacia, o traço todo da vida*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002.

Benigno (Dariel Alarcón Ramírez). *Vie et mort de la révolution cubaine*. Paris : Fayard, 1997.

Betto, Frei. *Fidel e a religião*. 22ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1987.

Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Textos e declarações sobre política externa (de abril de 1864 a abril de 1965)*. Rio de Janeiro: Departamento Cultural e de Informações, 1965.

Corrêa, Luís Felipe de Seixas (org.) *A palavra do Brasil nas Nações Unidas, 1946-1995*. Brasília: FUNAG, 1995.

Cuba. Ministerio de Relaciones Exteriores. *Perfil de Cuba*. La Habana: Dirección de Información, 1966.

Cunha, Vasco Leitão da. *Diplomacia em alto-mar: depoimento ao CPDOC*. 2ª ed., São Paulo: Ed. da FGV; Brasília: FUNAG, 2002.

Dantas, San Tiago. *Política externa independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

_____. “Resposta a interpelações dos Srs. Deputados”. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Rio de Janeiro: 7 (27): 446-81, set.1964.

D’Araújo, Maria Celina; Castro, Celso; Soares, Gláucio Ary Dillon (org.) *1964: visões do golpe*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

D’Araújo, Maria Celina & Castro, Celso (org.) *Ernesto Geisel*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1997.

Denys, Odílio. *Ciclo revolucionário brasileiro. Memórias: de 5 de julho de 1922 a 31 de março de 1964*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

Fernández, Alina. *Alina, memorias de la hija rebelde de Fidel Castro*. Madrid: Plaza & Janes Editores, 1997.

Franco, Afonso Arinos de Melo. *Planalto (memórias)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

Franqui, Carlos. *Retrato de família com Fidel: Fidel Castro visto por um ex-íntimo*. Rio de Janeiro: Record, 1981.

Gordon, Lincoln. *A segunda chance do Brasil: a caminho do primeiro mundo*. 2ª ed., São Paulo: SENAC, 2002.

Khrushchev, Nikita S. *As fitas da Glasnost: memórias de Krushchev*. São Paulo: Siciliano, 1991.

Lima, Hermes. *Travessia (memórias)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

Magalhães, Juracy. *Minha experiência diplomática: depoimento ao CPDOC*. São Paulo: FGV, 1982.

May, Ernest R. & Zelikow, Philip D. (ed.). *The Kennedy tapes: inside the White House during the Cuban missile crisis*. Cambridge and London: The Belknap Press of Harvard University Press, 1997.

Moraes, Denis de. *A esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

Schlesinger Jr., Arthur. *Mil Dias: John F. Kennedy na Casa Branca*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. Vol. 1.

Tavares, Flávio. *Memórias do esquecimento*. 3ª ed., São Paulo: Globo, 1999.

Tenório, Carlos Alberto. *O senhor de todas as armas*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

Valladares, Armando. *Contra toda esperança: as prisões políticas de Fidel Castro*. 2ª ed., São Paulo: Editora Intermundo, 1986.

Viana Filho, Luís. *O governo Castello Branco*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. 2 v.

Walters, Vernon. *Missões silenciosas*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986.

Fontes secundárias

Abreu, Fernando José Marroni de. “Brasil e Cuba: a gangorra diplomática”. In Albuquerque, José A. Guilhen (org.). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)*. Vol. 3: o desafio estratégico. São Paulo: Annablume/NUPRI/USP, 2000, pp. 233-308.

Albuquerque, José A. Guilhon (org.). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)*. Vol. 3: o desafio estratégico. São Paulo: Annablume/NUPRI/USP, 2000.

Alexander, Robert J. *Communism in Latin America*. 3rd ed., new Brunswick: Rutgers University Press, 1963.

Altman, Werner. *México e Cuba: revolução, nacionalismo, política externa*. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2001.

Bandeira, Antônio Rangel. *Sombras do paraíso – a crise da Revolução Cubana: preservar as conquistas sociais e democratizar o regime?* Rio de Janeiro: Record, 1994.

Barbosa, Vivaldo. *A rebelião da legalidade: documentos, pronunciamentos, noticiário, comentários*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

Benevides, Maria Victória de M. *O governo Kubitschek: desenvolvimento e estabilidade política (1956-1961)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Brandão, Ignácio de Loyola. *Cuba de Fidel: viagem à ilha proibida*. 5ª ed., São Paulo: Cultura, 1979.

Burns, E. Bradford. *Nationalism in Brazil: a historical survey*. New York: Frederick A. Praeger, 1968.

Carone, Edgard. *A República liberal. II – evolução política (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1985.

Castañeda, Jorge. *La vida en rojo: una biografía del Che Guevara*. México: Alfaguara, 1997.

Cervo, Amado Luiz & Bueno, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 2ª ed., Brasília: FUNAG/IPRI, 2002.

Cirules, Enrique. *O império de Havana*. São Paulo: Scritta, 1995.

Comblin, Joseph. *A ideologia da segurança nacional na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

Connel-Smith, Gordon. *The United States and Latin America*. London: Heinemann, 1974.

Cravo, Arnaldo Abílio Godoy Barreira. *A política internacional da Revolução, 1964-1985*. São Paulo: A.A.G.B. Cravo, 2003.

Cruz, José Humberto de Brito. “Aspectos da evolução da diplomacia brasileira no período da política externa independente (1961-1964)”, in Danese, Sérgio (org) *Ensaio de história diplomática do Brasil (1930-1986)*. Brasília: Cadernos do IPRI, n. 2, 1989, pp. 65-78.

Cumerlato, Corinne e Rousseau, Denis. *A ilha do doutor Castro: a transição confiscada*. São Paulo: Peixoto Neto, 2001.

Dabène, Olivier. *A América Latina no século XX*. São Paulo: Unesp, 2003.

Danese, Sérgio (org.). *Ensaio de história diplomática do Brasil (1930-1986)*. Brasília: Cadernos do IPRI, n. 2, 1989.

Débray, Régis. *Révolution dans la Révolution?* Paris: François Maspero, 1967.

Domínguez, Jorge I. *To make a world safe for revolution. Cuba's foreign policy*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1985.

Donghi, Túlio Halperin. *História da América Latina*. São Paulo: Círculo do Livro, 1989.

Deyfus, René A. *1964: a conquista do Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

Drosdoff, Daniel. *Linha dura no Brasil: o governo Médici, 1969-1974*. São Paulo: Global, 1986.

Escosteguy, Jorge. *Cuba hoje: 20 anos de revolução*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

Felizardo, Joaquim José. *A legalidade: o último levante gaúcho*. Porto Alegre: UFRGS, MEC, SESu, Proedi, 1988.

Fernandes, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

Ferreira, Jorge & Delgado, Lucila de Almeida Neves Delgado (org.). *O Brasil republicano. Vol. 3: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *O Brasil republicano. Vol. 4: o tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Fogel, J. F. & Rosenthau, B. *Fin de siglo en la Habana*. Madrid: Anaya & Mario Muchnik, 1993.

Fróes, Hemílcio. *Véspera de primeiro de abril, ou nacionalistas x entreguistas*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1993.

Furiati, Claudia. *Confissões de um reatamento: a história secreta do reatamento de relações entre Brasil e Cuba*. S.l.: Niterói Livros, 1999.

_____. *Fidel Castro: uma biografia consentida. Tomo II – do subversivo ao estadista*. São Paulo: Revan, 2002.

Garcia, Eugênio Vargas. *Cronologia das relações internacionais do Brasil*. São Paulo: Alfa Omega/Brasília: FUNAG, 2000.

Gaspari, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Gorender, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 5ª ed., São Paulo: Ática, 1997.

Grenville, J.A.S. *A history of the world in the 20th century*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1994.

Hermann, D. (ed.) *The Communist tide in Latin America*. Austin: The University of Texas at Austin, 1973.

Hersh, Seymour. *O lado negro de Camelot: sexo e corrupção na era Kennedy*. Porto Alegre: L&PM, 1998.

Hobsbawn, Eric J. *A era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. 2ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Hoffman, Bert. *The Cuban transformation as a conflict issue in the Americas: the challenges for Brazil's foreign policy*. Hamburg: Institut für Iberoamerika-Kunde, 1999.

Huberman, Leo & Sweezy, Paul M. *Cuba, anatomia de uma Revolução*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.

Ianni, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

José, Emiliano. *Carlos Mariguella, o inimigo número um da ditadura militar*. São Paulo: Sol e Chuva, 1997.

Labaki, Almir. *1961: a crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Lissagaray, Prosper-Olivier. *História da Comuna de 1871*. 2ª ed. São Paulo: Editora Ensaio, 1995.

Manzur, Tânia. *Opinião pública e política exterior no Brasil nos governos de Jânio Quadros e João Goulart*. (Tese de Doutorado). Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

Markun, Paulo e Hamilton, Duda. *1961: que as armas não falem*. São Paulo: SENAC, 2001.

Martins Filho, João Roberto. “Forças armadas e política, 1945-1964: a antessala do golpe”. In Ferreira, Jorge & Delgado, Lucila de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano. Vol. 3: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 97-126.

Moniz Bandeira, Luís Alberto. *Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

_____. *A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré-64: o 24 de agosto de Jânio Quadros – o caminho da revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 6ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

_____. *Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

Montenegro, Antônio Torres. “Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução”. In Ferreira, Jorge & Delgado, Lucila de Almeida Neves (org.) *O Brasil republicano. Vol. 3: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 241-272.

Moraes Neto, Geneton. *Dossiê Brasil: histórias por trás da história recente do Brasil*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.

Morais, Fernando. *A ilha: um repórter brasileiro no país de Fidel Castro*). 28ª ed., São Paulo: Alfa-Omega, 1988.

Morel, Edmar. *O golpe começou em Washington*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

Nepomuceno, Eric. *Cuba: anotações sobre uma revolução*. São Paulo: Alfa-Omega, 1981.

Paes Leme, Flávio Abrão. *Convergências das políticas externas do Brasil e de Cuba para a crise centro-americana*. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, Instituto de Relações Internacionais, 1996.

Page, Joseph. *Nordeste, a revolução que nunca houve*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

Parker, Phyllis R. *1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

Pinheiro, Luiz Adolfo. *JK, Jânio, Jango: três jotas que abalaram o Brasil*. Brasília: Letrativa, 2001.

Quadros Neto, Jânio & Gualazzi, Eduardo Lobo Botelho. *Jânio Quadros, memorial para a história do Brasil*. São Paulo: Rideel, 1996.

Quintaneiro, Tânia. *Cuba e Brasil, da revolução ao golpe, 1959-1964: uma interpretação sobre a política externa independente*. Belo Horizonte: UFMG, 1988.

Ratliff, William E. *Castroism and Communism in Latin America, 1959-1976: The varieties of Marxist-Leninist experience*. Washington: American Enterprise Institute for Public Research; Hoover Institution on War, Revolution and Peace, 1976.

Reis Filho, Daniel Aarão et al. *História do marxismo no Brasil: o impacto das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. Vol. 1.

Rollemberg, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

_____. “Esquerda revolucionária e luta armada”, In Ferreira, Jorge & Delgado, Lucila de Almeida Neves (org.) *O Brasil republicano. Vol. 4: o tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 43-92.

Rouquié, Alain. *O Estado militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

Sader, Emir. “Cuba no Brasil: Influências da Revolução Cubana na Esquerda Brasileira.” In Reis Filho, Daniel Aarão et al. *História do marxismo no Brasil: o impacto das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. Vol. 1, pp. 157-183.

Saraiva, José Flávio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)*. Brasília: UnB, 1996.

Segrera, Francisco López. *Cuba: política exterior y revolución (1959-1988)*. La Habana: s.e., 1988.

Silva, Hélio. *1964, golpe ou contra-golpe?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

Skidmore, Thomas E. *Brasil, de Getúlio a Castelo, 1930-1964*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. *Brasil, de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. 6ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Stepan, Alfred. *Os militares na Política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

Szulc, Tad. *Fidel, um retrato crítico*. São Paulo: Best-Seller, 1987.

Thomas, Hugh S. *Cuba: the pursuit of freedom*. New York: Harper & Row, 1971.

Victor, Mário. *Cinco anos que abalaram o Brasil: de Jânio Quadros ao marechal Castello Branco*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

Vizentini, Paulo G. Fagundes. “Do nacional-desenvolvimentismo à política externa independente (1945-1964)”. In Ferreira, Jorge et al (org). *O Brasil republicano. Vol. 3: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 195-216.

Weinstein, Martin (ed.) *Revolutionary Cuba in the world arena*. Philadelphia: s.e., 1979.

Young, Jordan M. *Brasil 1954-1964: fim de um ciclo civil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1973.





ANEXOS





Anexo A

Justificação de Voto do Brasil na VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos¹

Senhor presidente:

A Delegação do Brasil adere aos argumentos de ordem jurídica, que foram expostos de maneira cabal pelos nossos eminentes colegas, os Chanceleres da Argentina, do Equador e do México. A orientação que assumimos em face do problema criado pela identificação do regime de Cuba com o marxismo-leninismo ficou bem clara, penso eu, na exposição que tive a honra de fazer ante os Senhores Chanceleres, por ocasião da abertura de nossos debates gerais. Naquela oportunidade, salientei que, no entender da Delegação do Brasil, a criação de um regime comunista no Hemisfério entrava em conflito conceitual com os princípios do sistema interamericano. Por essa razão, demos nosso voto favorável ao 1º e ao 2º dos artigos da parte resolutiva. Esta incompatibilidade resulta, a nosso ver, de que a Organização dos Estados Americanos está baseada em certo número de princípios entre os quais abunda, expresso na alínea *d* do Artigo 5º da Carta, o exercício efetivo da democracia representativa.

Não é esta uma Organização em que a qualidade de membro seja independente de uma certa identidade de propósitos que orienta, por

¹ San Tiago Dantas. *Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962, pp. 129-131. Foi mantida a grafia original.

consequente, o sentido geral da vida dessa Organização. Daí, entretanto, a supor que a infidelidade de um Estado a um desses princípios, precisamente a um dos principais, possa dar lugar a uma medida que não é prevista em qualquer norma do sistema interamericano vai, a nosso ver, uma grande distância. Na verdade, como aqui foi salientado com tãda clareza, em Direito Internacional Público não nos podemos permitir essas aplicações ampliativas, que consistem em supor que são permitidos determinados atos, apenas porque a êles não se faz alusão no instrumento. O que não está precisamente definido no instrumento, o que os Estados que o assinaram não constituíram como uma limitação de sua própria autonomia, não pode, de maneira alguma, ser extraído por via de qualquer interpretação.

Acresce, Senhor Presidente, e Senhores Chanceleres, que, no entender da Delegação do Brasil também existe, nessa matéria, um aspecto político que não pode ser pôsto de lado, no exame a que procedemos, com a plena consciência da importância histórica do momento que estamos vivendo.

O aparecimento de um Estado marxista-leninista em nosso Hemisfério não é um episódio isolado na conjuntura mundial. Não podemos deixar de inscrevê-lo no quadro do grande conflito entre o Ocidente e o mundo socialista dos nossos dias, e de procurar situar, dentro dos limites dêsse quadro, as medidas que tomamos para enfrentar o tema, em defesa dos princípios democráticos e em defesa das idéias democráticas que nos unem. Numa época em que os povos já se certificaram de que não lhes está aberto nenhum caminho para a solução de seu antagonismo através do agravamento dos conflitos, das tensões internacionais e das soluções violentas, o caminho que verdadeiramente nos abrem e ao qual temos que recorrer, cedo ou tarde, é o caminho da criação de condições competitivas que nos possam assegurar a vitória dos princípios democráticos em que acreditamos.

A Delegação brasileira trouxe para esta Reunião de Consulta um ponto de vista que tive a honra de expressar numa das nossas primeiras sessões da Comissão Geral, mas sentiu, desde logo, que êsse ponto de vista talvez ainda não amadurecera suficientemente na consciência de todos para que o pudéssemos verter com proveito e nos têrmos de uma resolução. Não importa; estamos convencidos de que aquêlo ponto de vista não perdeu o seu valor e que a imperfeição inevitável das soluções a que teremos de chegar enquanto não recorrermos a êle, diminuirá, necessariamente, o caminho até o instante de sua adoção. Esta convicção nada mais é do que um reflexo da confiança que temos, em primeiro lugar, na superioridade da democracia representativa,

sôbre tôda e qualquer outra forma de Govêrno. Onde quer que tenha sido deixada uma alternativa, uma porta aberta, para o sistema democrático, êsse sistema terá a fôrça atrativa suficiente, para se impor, mais cedo ou mais tarde, e para eliminar qualquer outro sistema concorrente. A pobreza das soluções políticas oferecidas ao mundo pelo socialismo, em tão veemente contradição com outros progressos de ordem econômica ou tecnológica, prova que a democracia ainda é a maior das técnicas de governar engendradas pela experiência do homem e pela civilização. É, sobretudo, a única dentro da qual se consegue resguardar o nível indispensável das liberdades humanas, e assegurar condições permanentes para o progresso. Essa firme certeza de que a democracia é, no mundo contemporâneo, o regime do futuro, e de que todos os desafios que lhe são hoje lançados pelo mundo socialista terminarão pela vitória inelutável do regime de liberdade, essa convicção está na base do ponto de vista em que se colocou o Brasil, nesta Consulta, e na orientação de tôda a sua política exterior. Além disso, Senhor Presidente, acreditamos firmemente que o mundo americano tem uma vocação inelutável para a unidade e o entendimento. As distorções que porventura se verifiquem num ou noutro país, sob a influência de condições históricas, mais superficiais ou mais profundas, nada poderão contra êsse sentido de unidade, contra essa fôrça atrativa da nossa vocação continental e, por isso, nesse momento em que votamos, quero reafirmar, em nome do meu país, em nome do seu povo e do seu Govêrno, a inabalável confiança que temos nos princípios da democracia representativa, no sistema interamericano, no futuro da Organização regional que praticamos e que temos o dever de aperfeiçoar e desenvolver, e a certeza que temos de que, ao termo de tôdas essas dificuldades e lutas, asseguraremos a vitória dos princípios em que acreditamos.



Anexo B

Carta-Resposta de João Goulart a John F. Kennedy por ocasião da Crise dos Mísseis em Cuba (24 de outubro de 1962)²

Senhor Presidente,

Recebi com apreço e meditei com atenção a carta em que Vossa Excelência houve por bem comunicar-me ter sido constatada a presença, em território cubano, de armas ofensivas capazes de constituírem ameaça aos países deste hemisfério. Nessa carta, Vossa Excelência também solicitou o apoio do Brasil para as medidas que o seu Governo proporia ao Conselho da OEA e ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, com fundamento nas disposições do Tratado do Rio de Janeiro e da Carta de São Francisco.

Já é do seu conhecimento o pronunciamento, no primeiro desses Conselhos, do delegado do Brasil. Quero, entretanto, aproveitar o ensejo para fazer a Vossa Excelência, com a franqueza e sinceridade a que não apenas me autorizam, mas me obrigam o meu apreço pessoal por Vossa Excelência e a tradicional amizade entre os nossos povos, algumas considerações, tanto sobre a posição brasileira em face do caso de Cuba, como sobre os rumos que recentemente vêm prevalecendo nas decisões da OEA.

² Almino Affonso. *Raízes do Golpe: da crise da legalidade ao parlamentarismo*. São Paulo: Marco Zero, 1988, pp. 76-80. Disponível em <http://www.mct.gov.br/CEE/revista/Parcerias3/crisecu.htm>.

Vossa Excelência conhece a fidelidade inalterável do Brasil aos princípios democráticos e aos ideais da civilização ocidental. Dentro dessa fidelidade, os nossos países já combateram lado a lado em duas guerras mundiais, que nos custaram o sacrifício de inúmeras vidas e nos impuseram, proporcionalmente e de modo diverso, pesados prejuízos materiais.

Os sentimentos democráticos do povo brasileiro e do seu governo são hoje, porventura, maiores e mais arraigados do que no passado, porque com o volver dos anos e a aceleração do desenvolvimento econômico, fortaleceram-se e estabilizaram-se as nossas instituições políticas, sob o princípio da supremacia da lei.

Era natural que paralelamente ao fortalecimento da democracia se desenvolvesse o sentido de responsabilidade internacional, levando-nos a participar dos acontecimentos e problemas não apenas regionais, mas mundiais, para nos situarmos em face deles à luz dos nossos interesses nacionais e dos ditames de nossa opinião pública.

No discurso que tive a honra de pronunciar perante o Congresso norte-americano em 4 de abril de 1962, procurei resumir e enunciar com clareza os aspectos dominantes de nossa posição nos seguintes termos:

“A ação internacional do Brasil não responde a outro objetivo senão o de favorecer, por todos os meios ao nosso alcance, a preservação e fortalecimento da paz. Acreditamos que o conflito ideológico entre o Ocidente e o Oriente não poderá e não deverá ser resolvido militarmente, pois de uma guerra nuclear, se salvássemos a nossa vida, não lograríamos salvar, quer vencêssemos, quer fôssemos vencidos, a nossa razão de viver. O fim da perigosa emulação armamentista tem de ser encontrado através da convivência e da negociação. O Brasil entende que a convivência entre o mundo democrático e o mundo socialista poderá ser benéfico ao conhecimento e à integração das experiências comuns, e temos a esperança de que esses contatos evidenciem que a democracia representativa é a mais perfeita das formas de governo e a mais compatível com a proteção ao homem e à preservação de sua liberdade”.

A defesa do princípio de autodeterminação dos povos, em sua máxima amplitude, tornou-se o ponto crucial da política externa do Brasil, não apenas por motivos de ordem jurídica, mas por nele vermos o requisito indispensável à preservação da independência e das condições próprias sob as quais se processa a evolução de cada povo.

É, pois, compreensível que desagrade profundamente à consciência do povo brasileiro qualquer forma de intervenção num Estado americano,

inspirada na alegação de incompatibilidade com o seu regime político, para lhe impor a prática do sistema representativo por meios coercitivos externos, que lhe tiram o cunho democrático e a validade. Por isso, o Brasil na VIII Consulta de Chanceleres Americanos se opôs à imposição de sanções ao regime cubano, tanto mais que não eram apontados então, como só agora veio a suceder, fatos concretos em que se pudesse prefigurar a eventualidade de um ataque armado.

Ainda agora, entretanto, Senhor Presidente, não escondo a Vossa Excelência a minha apreensão e a insatisfação do povo brasileiro pelo modo por que foi pleiteada e alcançada a decisão do Conselho da OEA, sem que tivesse preliminarmente realizado, ou pelo menos deliberado, uma investigação *in loco*, e sem que se tivesse tentado através de uma negociação, como a que propusemos em fevereiro do corrente ano, o desarmamento de Cuba com a garantia recíproca de não invasão.

Receio que nos tenhamos abeirado sem, antes, esgotar todos os recursos para evitá-lo, de um risco que o povo brasileiro teme tanto como o norteamericano: o da guerra nuclear. E é na atuação de Vossa Excelência, no seu espírito declaradamente pacifista, que depositamos a esperança de que não sejam usadas contra Cuba medidas militares capazes de agravar o risco já desmedido da presente situação. Para tudo que possa significar esforço de preservação da paz, sem quebra do respeito à soberania dos povos, pode Vossa Excelência contar com a colaboração sincera do governo e do povo do Brasil.

Não quero encerrar, porém, esta carta, Senhor Presidente, sem acrescentar às considerações nela feitas a expressão de meus receios sobre o futuro imediato da OEA. Nos últimos tempos, observo que as suas decisões vêm perdendo autoridade à medida que se afastam da correta aplicação das suas próprias normas estatutárias, e que são tomadas por maioria numérica com injustificável precipitação. A isso cabe acrescentar a tendência para transformar a Organização num bloco ideológico intransigente, em que, entretanto, encontram o tratamento mais benigno os regimes de exceção de caráter reacionário.

Permito-me pedir a atenção de Vossa Excelência para a violação do art. 2º da Carta de Bogotá, que se está correndo o risco de cometer para evitar a adesão de novos Estados por motivo de ordem ideológica. Permito-me ainda recordar a aplicação imprópria da Resolução II de Punta del Este sobre vigilância e defesa social, que não autoriza a organização encomendar

investigações sobre a situação interna de nenhum país, para evitar que se firam os melindres de Estados soberanos, e que agora se pretende abusivamente invocar justamente para a execução de uma investigação dessa natureza. A esses casos acrescento o da criação do Colégio Interamericano de Defesa. Este órgão não pode merecer senão a nossa simpatia e cooperação, desde que se limite a apreciar problemas técnicos e de segurança externa, mas seus efeitos podem ser negativos se, a título de problemas de segurança interna, passar ele a estudar questões da competência privativa dos Estados sobre as quais convém que os militares recebam uma formação e orientação puramente nacionais.

Estou certo de que Vossa Excelência compreenderá as razões de minha apreensão. O Brasil é uma país democrático, em que o povo e governo condenam e repelem o comunismo internacional, mas onde se fazem sentir ainda perigosas pressões reacionárias, que procuram, sob o disfarce do anticomunismo, defender posições sociais e privilégios econômicos, contrariando, desse modo, o próprio processo democrático de nossa evolução. Acredito que o mesmo se passa em outros países latino-americanos. E nada seria mais perigoso ver-se a OEA ser transformada em sua índole e no papel que até aqui desempenhou, para passar a servir a fins ao mesmo tempo anticomunistas e antidemocráticos, divorciando-se da opinião pública latino-americana.

Veja Vossa Excelência, Senhor Presidente, nestas considerações, que pretendia desenvolver pessoalmente, ao grato ensejo de sua visita ao Brasil, uma expressão do propósito de melhor esclarecimento mútuo sobre as aspirações e as diretrizes do povo brasileiro.

Renovo a Vossa Excelência a certeza de minha melhor estima e apreço.

Anexo C

Rompimento de Relações Diplomáticas com Cuba³

O Encarregado de Negócios do Brasil em Havana entregou à Chancelaria cubana nota onde se declara que, não havendo condições para o prosseguimento de relações diplomáticas e consulares com o Governo de Cuba, o Governo brasileiro decidiu rompê-las na data de hoje. Em obediência às instruções do Itamaraty, o representante do Brasil solicitou imediatamente, do Governo de Cuba, os meios necessários para a sua pronta e segura saída daquele país, em companhia do pessoal brasileiro da Embaixada. Simultaneamente, no Rio de Janeiro, o Encarregado de Negócios de Cuba, Conselheiro Francisco Calzadilla, foi notificado do rompimento de relações diplomáticas e consulares entre os dois países, sendo-lhe comunicado que, de igual maneira, o Governo brasileiro colocava à disposição do pessoal da Embaixada de Cuba os meios necessários para a sua pronta e segura saída do País.

A decisão tomada pelo Governo brasileiro está em perfeita consonância com o seu propósito de não admitir ação comunista no território nacional, propósito êsse pôsto em destaque pelo Senhor Presidente da República em seu discurso de posse, quando afirmou que o Brasil respeitaria a independência

³ Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Textos e declarações sobre política externa (de abril de 1964 a abril de 1965)*. Rio de Janeiro: Departamento Cultural e de Informações, 1965, pp. 50-1. Foi mantida a grafia original.

dos países de todo o mundo nos seus negócios internos, mas exigiria igual respeito nos nossos negócios, que não admitem a mínima interferência, por mais discreta e sutil que seja.

Ao identificar-se oficialmente como de tipo marxista-leninista, o Governo de Cuba se excluiu, *ipso facto*, da participação no Sistema Interamericano. O regime de Fidel Castro, longe de manifestar o menor interesse em seu retorno ao convívio das nações livres da América, foi-se afastando cada vez mais dos países do Continente, aproveitando-se de tôdas as oportunidades para continuar a exportar suas doutrinas subversivas, através de intensa propaganda ideológica.

Essa conduta, que caracteriza ingerência nos assuntos internos dos países americanos, em violação ao princípio de não-intervenção, consagrado na Carta da Organização dos Estados Americanos, foi comprovada, inclusive, pela Comissão de Investigação designada pelo Órgão de Consulta para apurar as acusações de intervenção e agressão formuladas pelo Governo venezuelano contra o Governo de Fidel Castro.

Com respeito às relações entre o Brasil e Cuba, delas se vinha servindo o Governo de Fidel Castro, sobretudo nos últimos tempos, para acobertar as atividades de propaganda de seus agentes, em inequívoca demonstração de que, ao diálogo regular pelos canais diplomáticos, optara por um inadmissível entendimento com grupos minoritários brasileiros, interessados num proselitismo incompatível com as tradicionais convicções cristãs e democráticas de nosso povo. Tal interferência em assuntos internos do Brasil não mais podia ser tolerada sem graves riscos para a ordem pública e sem ofensa aos verdadeiros sentimentos nacionais, reafirmados agora pela Revolução vitoriosa.

Brasília, 13 de maio de 1964



<i>Formato</i>	<i>15,5 x 22,5 cm</i>
<i>Mancha gráfica</i>	<i>12 x 18,3cm</i>
<i>Papel</i>	<i>pólen soft 80g (miolo), duo design 250g (capa)</i>
<i>Fontes</i>	<i>Times New Roman 17/20,4 (títulos), 12/14 (textos)</i>